

IFCH

SILVANA MARIA DE MOURA WALMSLEY

Origens do Janismo: São Paulo, 1948/1953.

Dissertação apresentada
como exigência para obtenção
do grau de Mestre em
História, sob orientação
do prof. Dr. Michael M. Hall.

*Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
de final de curso e aprovada pela
Comissão julgadora em 22/06/92*

Michael M. Hall

Universidade Estadual de Campinas

São Paulo - 1992

W163o

17189/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA GERAL

ÍNDICE

1. Preâmbulos - pp. 1 a 2.
2. Apresentação - pp 3 a 9.
3. Capítulo 1 : "A Política do Pós-Guerra e seus personagens em São Paulo", pp 10 a 54..
4. Capítulo 2: "A Conquista da Cidade", pp 55 a 67.
5. Capítulo 3: " A Economia Moral de Jânio Quadros", pp 68 a 125.
6. Capítulo 4: "A Onda Popular", pp 126 a 164.
7. Conclusão: pp 165 a 183.
8. Fontes e Bibliografia, pp 186 a 193.

PREÂMBULOS

Manda a tradição que, ao terminar a redação da tese, apresente o pesquisador o seu inventário de dívidas, acumuladas nos anos de trabalho. Como a tese é a síntese de um percurso, há sempre nela mais do que está escrito. Ela é a síntese de um tempo vivido e da convivência dos que partilharam, de uma forma ou de outra, das alegrias e dos espinhos do trabalho. Por isso, o afã de agradecer, para dividir os frutos do que se viveu em comum.

Agradeço, em primeiro lugar, aos professores do Departamento de História e em especial a Michael Hall, orientador, amigo e "cúmplice" deste trabalho. Com Michael, tenho partilhado de uma grande afinidade intelectual e a ele devo o aprendizado do ofício.

Devo mencionar também Edgar de Decca (a quem a Diana chamou de "dono do mundo", antes de Gilberto Braga escrever sobre o tema), para agradecer pela convivência destes anos. Da convivência com o Edgar, com o seu brilhantismo, eu e este trabalho fomos beneficiários.

Agradeço em seguida aos colegas da turma de mestrado de 86 e aos que a ela foram se agregando, como a Betânia, a Marisa, o Marcão e a Cristina. Sou grata a todos pelas manhãs luminosas de 86 e 87, que não se repetirão. Nossa turma se deixa de bom grado representar pela Diana, com o seu apreço tão generoso pela amizade e pela solidariedade, de que somos todos devedores.

Agradeço também ao clã dos Chaves de Moura Walmsley, uma família do velho tipo, onde tive a sorte de nascer. A eles devo o que de bom há na minha trajetória. E ao Mané, que colheu os espinhos, mas se manteve firme neste trabalho, me emprestando um pouco de sua obstinada objetividade. Só ele conhece os descaminhos de minha psique fragmentada

e foi capaz de me indicar o rumo à frente, nos vários momentos em que eu perdi o norte.

Agradeço finalmente à Fapesp e à Capes, pelo indispensável apoio financeiro para que esta pesquisa chegasse ao seu termo. Agradeço, em especial, ao assessor da Fapesp, que generosamente dialogou comigo, anonimamente, apoiando este trabalho.

Sou devedora, é claro, de muito mais gente. Dos funcionários da Pós-Graduação do IFCH, do Arquivo do Estado de São Paulo, da Biblioteca Mário de Andrade, da Câmara Municipal e da Assembléia Legislativa. Mas como não é conveniente cansar o leitor, logo de saída, paro por aqui.

Também, como é tradição, devo acrescentar que se os méritos são sobretudo coletivos, os defeitos e os limites deste trabalho são tão somente meus.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem o seu "trauma de origem"¹. Ele está situado há vários anos atrás, quando a eleição de Jânio Quadros para a Prefeitura de São Paulo, em oposição a Fernando Henrique Cardoso e Eduardo Suplicy, deixou a muitos sem explicação. Pareceu-lhes que toda a racionalidade que marcava as manifestações do eleitorado da capital, desde 74, tivesse subitamente desaparecido.

Até 82, os paulistanos manifestaram-se, nas eleições, em oposição à ditadura e portanto, em reforço ao campo "dos vencidos" de que falava criticamente Edgar de Decca e que incluía, de direito, os intelectuais e "o povo"². Aquele campo fora trincado pela irracionalidade da última manifestação. Era a volta do fantasma do populismo, com tudo o que ele representava de retorno a um passado condenado, de apoio a políticos demagógicos, responsáveis, afinal, pela ruptura da ordem democrática em 64, segundo uma "história dos vencidos" já consagrada.

Entre 1982 e 1985, contudo (de Montoro a Jânio Quadros), a população paulistana vivera duros momentos, em que suas estratégias de vida foram despedaçadas pela primeira grande recessão pós -"milagre", fato que foi traduzido, de maneira dramática, pela onda de saques de 1983. Vivera também as esperanças e frustrações da grande mobilização popular pelas eleições diretas em 1984.

Em 1985, o voto oposicionista, contra a ordem de 64, não mais deu a tônica das eleições. Entre os muitos decepcionados com o comportamento do eleitorado, houve os que falaram que Jânio fora eleito com o voto dos nordestinos de São Paulo, ou seja, com o voto dos ignorantes, que sustentaram a ditadura em seus estados e que em São

Paulo eram incapazes de perceber que Jânio Quadros representava a antiga ordem, então responsável pelos seus padecimentos. Em 1953 também foram os sofrimentos do povo, aliados à sua incapacidade para discernir, entre demagogia e verdade, que foram apontados como explicação para a eleição espetacular de Jânio Quadros para prefeito da Capital. Só que naquele momento, a racionalidade tinha outros representantes. O campo dos vencidos, naturalmente, ainda não estava configurado e os porta-vozes da razão não pretendiam se colocar no seio do povo.

O que levara os paulistanos a votar outra vez em Jânio Quadros? Deixemos esta pergunta sem resposta. Para nós, aquela votação teve a importância de mostrar a manifestação eleitoral como uma expressão, única, diferenciada, que tem as suas motivações e a sua história. Para além dos julgamentos de valor feitos por todos os que são implicados no resultado das urnas, para além do veredicto de que o povo sabe ou não votar, esta expressão é caça para o historiador, que dela pode se valer para buscar o imaginário e o contexto que a produziu.

Em 1953 chamou a nossa atenção o fato de que a eleição de Jânio Quadros tivesse sido quase concomitante com a eclosão da grande greve geral, conhecida como "greve dos 300 mil". Parecia-nos que a simultaneidade dos eventos não era gratuita e que esta era a chave para entender a especificidade daquela manifestação, que se realizara após uma campanha eleitoral em que os votantes foram chamados a optar entre o tostão e o milhão.

Queríamos, por outro lado, construir a imagem de Jânio Quadros, não como a vemos (ou como ela havia passado à historiografia após o episódio da renúncia), mas como a viam os seus eleitores, lá em 1953, no momento em que ele emerge como liderança popular, a partir do bairro operário de Vila Maria e de outros bairros das zonas norte e leste da

Capital. Queríamos obter, repetindo, a especificidade daquela manifestação e o imaginário e o contexto de sua produção.

Para recriar a história desta eleição e de seus personagens escolhemos um itinerário que foi, em larga medida, delimitado pela documentação a que tivemos acesso, mas ao mesmo tempo a documentação permitiu que ele permanecesse fiel a si mesmo. Dos documentos que pesquisamos - jornais de São Paulo e Rio de Janeiro, artigos de revistas especializadas da época e Anais da Câmara Municipal e da Assembléia Legislativa, com os discursos de Jânio Quadros, foram os últimos que nos pareceram mais férteis como "pistas" e fragmentos da história que procuramos recompor.

Nos discursos de Jânio podemos "ver", a pulular, um mundo de personagens, reivindicações, sofrimentos, aspirações. O orador prolixo, fixado em detalhes, pinta, com sua retórica, um mundo que procuramos ver, através do filtro irremediável da sua mediação.

Esta forma de utilização da documentação para fixar um itinerário para a produção da narrativa está baseada na proposta metodológica que pouco a pouco fomos assumindo como nossa, como ferramenta essencial do nosso ofício. Trata-se da proposta que podemos encontrar no célebre artigo do historiador Carlo Ginzburg, de 1980⁹, sobre a natureza do conhecimento histórico.

O conhecimento histórico é, para Ginzburg, um conhecimento indireto, baseado em sinais e fragmentos de evidências, conjectural. É um conhecimento sobretudo descritivo, mais do que analítico, baseado na observação das experiências e na sua conceitualização. Difere, sobretudo, do tipo de conhecimento produzido pela física (paradigma do conhecimento científico) que busca o estabelecimento de leis e regras

para a explicação de fenômenos cuja existência se procura controlar, através da mensuração e da repetição.

Ginzburg compara o trabalho do historiador ao do detetive, que consegue refazer a história do crime através da observação de pistas e recuperação de fragmentos, valendo-se de sua experiência e de uma dose indispensável de intuição. Compara-o também ao do médico, que através dos sintomas consegue descrever uma doença, apesar de que a doença em si permanece inatingível. Ginzburg diz que a história é um conhecimento de tipo muito particular, irremediavelmente baseado no concreto, mas que nem por isso deixa de ser conhecimento.

Estas idéias soam muito próximas das que encontramos em Paul Veyne, que diz que a história ocupa uma "posição gnesiológica intermediária entre a universalidade científica e a singularidade inexplicável". Veyne também considerava que o evento jamais é apreendido de maneira direta e completa, mas sempre por tekmeria, por indícios".

A partir desta idéia de história e de sua proposta metodológica é que Veyne propõe a sua noção de trama como "um corte de vida que o historiador tomou, segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa". Segundo ele, os historiadores narram tramas que são "itinerários traçados através do campo factual bem objetivo, mas nenhum historiador descreve a totalidade deste campo, porque um caminho deve ser escolhido e não se pode passar por toda parte".⁴

A proposta de Veyne tem, ao nosso ver, o mérito de colocar, num mesmo momento, as virtualidades e os limites do trabalho do historiador. As virtualidades ele as aponta quando sugere a existência de infinitos caminhos e os limites são colocados na documentação e no próprio historiador, para quem Veyne reclama além de cultura e erudição, a

experiência de um clínico ou de um confessor.

Na narrativa que construímos, procuramos mostrar a trama desta eleição, que transcorre num momento de luta, de embate e que projeta a figura de Jânio Quadros, identificado, ali, com as massas populares, com os despossuídos. Como a figura de Jânio que nos ficou é outra, a do político autoritário, moralista e conservador, fizemos uma desconstrução desta imagem, para que pudéssemos vê-lo como o viam seus eleitores.

O primeiro capítulo é dedicado, sobretudo, à contextualização do momento do pós-guerra, quando Jânio surge na cena política. Montamos o cenário a partir de Jânio Quadros. Neste cenário ganha relevância a figura de Adhemar de Barros, de quem Jânio seria opositor e principal adversário.

Nos dois capítulos subsequentes traçamos uma imagem de Jânio Quadros, através de seus discursos, que nos informam sobre as suas atividades e sobre os temas e as reivindicações que as norteavam. Os temas, a agenda política de Jânio Quadros, compõem o seu perfil. Procuramos também ali traçar um cenário da cidade e de suas aflições. Alguns temas que nos são familiares, como a inflação, por exemplo, procuramos sempre fixá-los com relação aos valores e sentimentos da época.

No último capítulo, descrevemos a eleição e a greve geral e procuramos encontrar os laços entre os dois eventos. Procuramos situar a vitória de Jânio Quadros no seu tempo, em que a prática política estava marcada por um espaço muito exíguo de convivência democrática entre as classes sociais, o que tornava a ordem institucional de então muito precária e instável.

Finalmente, na conclusão, definimos Jânio Quadros em 1953, em

relação às suas próprias idéias e aos demais projetos que estavam colocados no debate político nacional e que disputavam entre si o direito de existir e de ser o parâmetro para fixar a ordenação social do país. Também aí vemos Jânio como o viam os seus opositores liberais, que o definiram como um político populista.

Em todo o trabalho, vale repetir, fomos tolhidos pelos limites da documentação e pelos limites do historiador. A inexperiência do historiador aprendiz, as lacunas na sua formação, são uma condição desgraçada, mas inapelável. Com relação às fontes, contudo, cabe destacar a ausência, em todos os arquivos que consultamos, do diário matutino A Hora, único jornal janista do período de 1948 a 1953, cujo acervo não pudemos encontrar. Fazemos este registro esperando por um milagre: que uma boa alma, amante do jornalismo ou da história, tenha guardado estas coleções e se decida a trazê-las à luz.

NOTAS

1. Devo esta expressão a Sidney Chalhoub em Visões de Liberdade, p. 18.

2. A crítica da idéia do "campo dos vencidos", composto por intelectuais e trabalhadores no pós 64, que fundamentaria a elaboração de uma história comum está em Edgar de Decca, O Silêncio dos Vencidos, p. 35.

3. Carlo Ginzburg, "Morelli, Freud and Sherlock Homes, Clues and Scientific Method" in History Workshop, n 9, 1980, pp. 5 a 36.

4. Paul Veyne, Como se Escreve a História, p. 30.

CAPÍTULO 1

A POLÍTICA NO PÓS-GUERRA E SEUS PERSONAGENS EM SÃO PAULO.

"Jânio contra Jânio"

"Razão sobeja ao senhor Pereira Lira, cuja atuação na chefia de polícia do Rio de Janeiro, inquinada de prepotência, talvez se salvasse neste pensamento: as elites estão adormecidas, sem ouvir o ruído dos vendavais.

Tudo é possível da cólera popular, toda bastilha capitula ao assalto.

Por outro lado, visível se torna a intoxicação do proletariado pelo messias mascarado. Endurece-o o crescente materialismo, crescente embrutecimento material.

Cristo, o socialista supremo, vê-se apeado dos altares, para que o marxismo pan-eslávico lhe macule o templo e lhe substitua a filosofia.

Só esta crise, crise de caráter, produziria os demagogos falazes do proletariado, a inveja que lhe corrói o imo, o despeito que lhe embarça o julgamento, o revide cruel que almeja no troco, a irreligiosidade do cérebro e da alma".

Jânio Quadros, Colégio Dante Alighieri, 14/12/46.

Jânio contra Jânio? A seção livre que reproduzimos acima foi matéria paga em todos os jornais paulistanos no dia 15 de março de 1953, uma semana antes do pleito municipal que elegeria o prefeito da Capital. Pequena peça de contrapropaganda, nela os adversários do candidato do "tostão contra o milhão" quiseram mostrá-lo como crítico dos demagogos falazes, produto da crise de caráter que, naquele particular contexto de 1946, estava a produzir vendavais.

Pequeno texto pinçado de um discurso, a matéria contém, não obstante, vários dos elementos que delineavam a crise, digamos assim, de

convivência democrática da Quarta República, com sua conhecida instabilidade institucional, sua história de sucessivos golpes e tentativas golpistas, que marcaram o curto interregno democrático de 1945 a 1964.

Neste período, alguns dos elementos presentes naquele texto foram repetidos, ad nauseum, em várias situações e através de diferentes veículos: em jornais e revistas conservadores, nos programas e documentos partidários, nos discursos políticos, nos pronunciamentos militares, etc. Ali estão: a crise das elites, adormecidas; a insatisfação do proletariado, com demandas reprimidas e que encontram, de certa forma, um canal de expressão através dos "demagogos", da filosofia marxista e da exigência do troco.

O autor do discurso, Jânio da Silva Quadros, professor do colégio Dante Alighieri e também advogado de profissão que levantava o fantasma do assalto à Bastilha, em 1946 não tinha ainda ingressado formalmente na política. Também não pertencia a uma família tradicional, de posses, proprietária de terras ou de indústria¹. Não se localizava, portanto, por nascimento, entre as elites, mas talvez sim por afinidade, já que se filiara em 1945 à UDN, atribuindo a si, talvez, aquele sentido de excelência, tão caro aos udenistas².

Sua carreira política se construirá, portanto, a partir da conjuntura específica do imediato pós-guerra. Não possuía, ao contrário da maioria dos políticos em 45, raízes no Estado Novo, nem como governo, nem como oposição. Na sua carreira, o getulismo não será, sequer, um corte essencial de definição. Neste particular será um fenômeno político totalmente novo e um produto da época.

O final do regime instituído com o Estado Novo, como já tem sido apontado pelos historiadores³, esteve ligado ao desenlace da Segunda Guerra Mundial a favor dos aliados. As iniciativas tomadas por Vargas para por fim ao seu próprio regime, foram basicamente de duas ordens:

A primeira foi a de preparar o seu futuro e de sua corrente política, o trabalhismo, num futuro governo liberal democrático, através de iniciativas no campo social (é de 1943 o decreto criando a CLT, que reunia num só documento a legislação trabalhista) e das palestras radiofônicas do seu ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, que mais tarde seria o criador do PTB.

A segunda foi a de liberalização gradual do regime, com promessas de liberdade "para depois da guerra" durante os anos de 1943 e 1944 e de iniciativas democráticas efetivas durante todo o ano de 1945, que na prática levaram ao fim do Estado Novo, antes mesmo da deposição do ditador, em 29 de outubro.

Ao mesmo tempo em que propunha aos trabalhadores a sua união em sindicatos (como em 44) para que pudessem participar da reconstrução da sociedade no pós-guerra, Vargas patrocinava através da chamada mobilização de guerra, a intensificação sem precedentes da exploração do trabalho nas fábricas, dado que a expansão industrial ocorrida durante a conjuntura de guerra, sobretudo em certos setores como a indústria têxtil, foi obtida através da intensificação do ritmo da produção e do aumento das horas de trabalho e não pela modernização tecnológica⁴.

Por outro lado, as dificuldades para os trabalhadores se acentuaram pela política salarial praticada já que o salário mínimo instituído pela primeira vez em maio de 1940 só teria o seu primeiro reajuste (de 30%) em 1943. Diante da compressão salarial e da intensificação da exploração do trabalho, ocorrida, não obstante, numa

conjuntura de aumento da oferta de emprego em expansão, Getúlio decretará como de interesse militar a indústria têxtil, na época a maior empregadora entre os ramos industriais, acabando com a liberdade de contrato. Por essas medidas, as demissões voluntárias e mesmo as faltas ao serviço seriam consideradas como deserção.

Nos anos finais de guerra, a partir sobretudo de 42, os brasileiros serão surpreendidos, também, pelo retorno da inflação, a taxas que não estavam na memória da população, porque não eram vistas, iguais, desde o início dos anos 30. Basta considerar que entre 1929 e 1939 o nível geral de preços na economia brasileira elevou-se em 31% e que entre 1940 e 1944 a elevação foi de 88%. Somente em 1942, quando a economia é submetida a um esforço maior, a alta foi de 18%⁵.

Celso Furtado explica a inflação deste período como o resultado de um desequilíbrio gerado pelo excesso de renda criada na economia. Nas condições anormais de guerra, a economia gerava mais renda (as "cambiais") que produtos para a população. Em outras palavras, isto significa que o enorme esforço produtivo da sociedade - suor e lágrimas - não encontrava, em contrapartida, qualquer aumento da riqueza e bem estar.

Pelo contrário, já a partir de 1942 o país convive com problemas de desabastecimento e encarecimento dos gêneros. Neste ano, os preços foram tabelados para o álcool, o querosene, o café, o açúcar e o sal. A crise no abastecimento levava à formação de filas, ao mercado negro e à necessidade do tráfico de influências para a aquisição de produtos de necessidade básica.

Alguns grupos industriais, diante da crise, mobilizaram-se, tomando medidas de emergência através da criação de postos de abastecimento, como foi o caso das indústrias do ABC como a Firestone, a

Rhodia, a Aliberti e a Cerâmica São Caetano. Esta atitude dos industriais mereceria críticas contundentes do comércio estabelecido⁶.

A contraface deste processo é que a inflação significava, segundo Furtado, nada mais que a valorização de todos os bens e serviços em processo de produção ou já produzidos e em mãos de intermediários, o que fazia com que os industriais, por deter estoques, tenham obtido, nesta época, ganhos substanciais de capitais. O enriquecimento dos empresários e a expansão dos negócios foi, portanto, um dos traços marcantes deste período, da mesma forma que a intensificação da exploração do trabalho. A inflação, a proibição das greves e o trabalho tornado obrigatório criaram as condições para que, como observou Elias Chaves Neto, "a Nação unida trabalhasse para o enriquecimento dos industriais"⁷.

As demandas dos trabalhadores, duramente reprimidas desde 1935, saltarão à luz já em 44, diante da crise do regime e da piora crescente das condições de vida e trabalho. As primeiras greves operárias acontecerão em 1944, antecipando a grande onda grevista de fins de 45 e inícios de 46.

Todos os indícios apontavam para o fim, inexorável, do regime de 37, mesmo antes da vitória final dos aliados, em maio de 1945. Por isso, as medidas tomadas por Vargas e seus opositores assemelhavam-se a um concerto de vozes dissonantes, onde aparentemente o que se procurava era ocupar posições no palco da nova cena política que se descortinava no país⁸. Desta forma, surgiram as entrevistas à imprensa de próceres liberais, como José Américo de Almeida e Prado Kelly e de generais, golpistas de ontem, fiadores do regime até o penúltimo minuto, como Góis Monteiro e Canhobert Pereira da Costa⁹.

São todas iniciativas bastante retóricas, defendendo a liberalização formal do regime. São também eivadas de uma visão

passadista, de um estilo político cuja escola tinha raízes na República Velha. A insistência na defesa dos ideais democráticos não significava, em contrapartida, uma nova escolha de aliados políticos. O aliado seguro continuava a ser, não o povo, ou os trabalhadores, mas as Forças Armadas, como atesta a declaração do paulista Armando Salles de Oliveira, antigo candidato à presidência da República pelo Partido Constitucionalista, às eleições (canceladas) de 1938: "eu não pertencço aos que, desiludidos com o Exército, apelam para o povo"¹⁰.

A resposta de Getúlio à crescente perda de base social do seu regime foi a adoção de medidas liberalizantes como a programação de eleições gerais para dezembro de 45, a anistia política e a concessão, na prática, de liberdade de associação e de imprensa.

Por outro lado, Vargas apostaria na recomposição das suas alianças através da criação dos dois partidos que lhe dariam sustentação: o PSD e o PTB. Finalmente, "apelaria ao povo", aceitando inclusive a aliança com Prestes e o Partido Comunista, que resultou nas grandes manifestações do movimento queremista, que trariam os trabalhadores para o centro do cenário político e custariam a Getúlio a cadeira presidencial.

Para John French¹¹, Getúlio teria compreendido que os seus adversários eram presa de uma visão retrógrada, que não incorporara ainda a noção do novo país, urbano e industrial, que emergia da Segunda Guerra Mundial para fins de sua prática política. O velho ditador, segundo ele, inovaria mais uma vez, adotando medidas que introduziriam novos participantes, novos interesses e um novo estilo na cena política.

Entre essas medidas estariam a exigência de que os novos partidos criados fossem nacionais (com o que dificultava a articulação das

oligarquias que se organizavam numa base regional) e a adoção (ao lado das modificações introduzidas pela reforma eleitoral de 1932) do voto obrigatório e do alistamento eleitoral ex-officio, com o que propiciava uma superestimação do eleitorado urbano, formado sobretudo pelos assalariados.

Essas medidas provocaram uma mudança substancial, quantitativa e qualitativa, do perfil do eleitorado. Mesmo em 1933, as eleições ainda eram disputadas dentro de um círculo muito restrito de eleitores: 1 438 mil em todo o país (pequeno crescimento em relação aos 1 155 mil eleitores de 1910), apesar da abrangência da reforma eleitoral de 32). Em 45, seis milhões de eleitores participaram das eleições de 2 de dezembro.

O resultado das eleições, como já tem sido assinalado, inauguraram uma nova fase na história das disputas eleitorais do país. A grande mudança foi trazida pela manifestação do eleitorado urbano e sobretudo operário, em 45 e depois em 47, que passa a se manifestar com uma identidade marcadamente classista, através das legendas do PTB e do PCB¹².

Justamente em São Paulo, nos principais centros industriais como a Capital, Santo André, Santos, Sorocaba e Campinas, a elite patronal amargará insucessos eleitorais, forçando-a a aliar-se às oligarquias rurais para a obtenção dos almejados cargos políticos¹³. A votação do PTB e do PCB nos grandes centros era a expressão eleitoral do momento de grande efervescência política porque passava o país. Além das manifestações queremistas, o ano de 45 foi pontuado pela ocorrência de greves em várias categorias de trabalhadores¹⁴, pela reorganização partidária, pelo ressurgimento de associações políticas e culturais e sobretudo, por um grande otimismo em relação ao futuro, propiciado pela

derrota do nazi-fascismo na guerra, pela redemocratização do país e pela perspectiva de satisfação das reivindicações há muito congeladas pela ditadura e pela situação excepcional de guerra.

Para os trabalhadores, sobretudo, o otimismo significava a perspectiva de participação maior na riqueza que estava sendo criada pelo surto de industrialização que o país conhecera nos últimos anos de guerra. Curiosamente, os políticos liberais também encaravam com otimismo o futuro, por motivos quase opostos. Tratava-se de recuperar os postos de mando conquistados em 33 e 35 e cassados em 37 pelo Estado Novo¹⁵. Daí o otimismo em relação à candidatura de Eduardo Gomes, cuja eleição, segundo um analista político da época, deveria ter acontecido "por aclamação"¹⁶.

No início de 46, ainda no governo José Linhares, deflagra-se uma onda grevista que se estende por três meses. O movimento grevista acontecia num momento em que a escassez de gêneros e a alta de preços tomava ares de catástrofe. Quando o general Dutra assume o governo, uma de suas primeiras medidas será o decreto n. 9 125, que entre outras medidas impunha um congelamento de preços¹⁷. Numa avaliação retrospectiva, em janeiro de 1953, quando se esperava a decretação de um novo congelamento, o Diário da Noite afirmava que aquela medida em 46 não tivera resultados efetivos e que fora, portanto, "platônica"¹⁸. É muito provável que o congelamento tenha contribuído para estimular, ainda mais, a sonegação dos produtos, pois em setembro do mesmo ano Dutra toma medidas para combater o desabastecimento criminoso, através de outro decreto-lei, o de n. 9 340.¹⁹

O surto grevista de 1946, que aconteceu à revelia das direções políticas e sindicais²⁰, foi, ao nosso ver, o elemento realmente novo na

conjuntura, ou seja, a emergência de um novo parceiro aspirante ao poder e à riqueza. Demandas habitualmente consideradas como contratuais, posto que privadas, politizam-se, uma vez alçadas ao cenário da grande política nacional.

Para determinados setores, tanto da UDN, como do PSD e do PR, o getulismo ou sua expressão populista passam a ser vistos como fonte de legitimação que permitia a emergência desses novos atores sociais, o que faz com que o governo Dutra seja, em alguns aspectos, uma tentativa de retorno ao puro liberalismo do "ancien regime" nacional. Dadas as novas condições políticas e sociais do país, era uma tentativa de "por o gênio de volta para o fundo da garrafa"²⁴.

As medidas tomadas por Dutra careciam daquela ambiguidade característica dos governantes contemporizadores. As suas iniciativas reforçavam-se, umas às outras, no sentido claro da destruição do movimento operário do pós-guerra e de suas instituições. Pouco depois de sua posse, em março de 46, Dutra responde ao clamor do patronato com o decreto-lei 9070, na verdade uma lei anti greves que, embora ferisse a disposição liberal da Constituição que seria promulgada em setembro, permanece em vigor por quase 20 anos, sendo invocado pelos tribunais para julgar a legalidade dos conflitos.

A liberdade de manifestação conquistada na prática em 45 desaparece, embora já não de direito. As primeiras manifestações realizadas no Rio e em São Paulo são violentamente reprimidas pela polícia. Pouco depois, no dia 23 de maio, uma manifestação convocada pelo Partido Comunista que celebraria o primeiro ano de legalidade efetiva seria dissolvida à bala pela polícia comandada por Pereira Lira (o mesmo do discurso de Jânio Quadros). O incidente passou a ser conhecido por "Massacre do Largo Carioca" e sua brutalidade gratuita

seria o prenúncio dos novos tempos.

As medidas do novo presidente, claras em seu objetivo, esbarravam com o clima social do país e com as expectativas dos trabalhadores que acreditavam na iminência de transformações sociais a seu favor. Por outro lado, o presidente, democraticamente eleito, defrontava-se com a nova ordem constitucional: a Assembléia Constituinte, reunida em fevereiro de 48, trabalhava na redação de uma carta que dotava o país da garantia de liberdades públicas embora, como já tem sido bastante frisado, não tenha tocado na estrutura sindical corporativista²². Embora frequentemente ignorada, a nova Constituição era uma fonte de legalidade para as manifestações que o governo Dutra empenhava-se em combater.

Por outro lado, Dutra toma medidas para a implantação de uma política nova na área trabalhista, rompendo com a abordagem populista dada por Getúlio aos conflitos do trabalho. Em São Paulo, estado mais industrializado do país, as atribuições da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), sobretudo a fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista, são transferidos, através de convênio, para o DET - Departamento Estadual do Trabalho - órgão que estava sob o controle direto da Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - a entidade de representação dos industriais paulistas.

Finalmente, em outubro, Dutra substitui o seu ministro do Trabalho, entregando o ministério a Morvan Dias de Figueiredo, representante do patronato que sempre advogara a velha e boa máxima de que a questão social era um caso de polícia. A abordagem diretamente policial da questão das relações trabalhistas seria concretizada pela indicação de Eduardo Gabriel Saad, delegado de polícia em Santo André, notório por perseguir a esquerda e os movimentos populares no ABC desde o Estado Novo para a chefia do DET.

Por último, em maio de 47, após complicada batalha judicial em que pessoalmente o general presidente esteve empenhado, o Tribunal Superior Eleitoral cassava o registro de funcionamento do Partido Comunista do Brasil. ato que foi seguido, em todo o país, pelo fechamento, pela polícia, das sedes e associações vinculadas àquele partido. Deixando claro qual era o alvo preferencial dos ataques, no dia seguinte, dia 8 de maio, Dutra decreta a intervenção em 36 sindicatos de trabalhadores (decreto n. 23 046) sendo destes 16 em Santos, 14 na Capital, dois em Santo André e quatro no interior.

A cena final de cassação do Partido Comunista, cuja existência na legalidade de certa forma simbolizava a nova ordem constitucional foi a cassação de todos os parlamentares eleitos naquela legenda, decisão tomada pelo Congresso no dia 12 de janeiro de 1948. Sintomaticamente, dez dias depois, os grandes partidos conservadores (PSD, UDN e PR) celebrariam um acordo formal de colaboração.

No último dia de 1947, outro ato de força privava de seus mandatos os comunistas eleitos no pleito municipal de nove de novembro de 1947, através da legenda do PST - Partido Social Trabalhista. Na véspera da posse, uma decisão do TSE considerou nulos os votos dados aos que foram eleitos naquela legenda, que abrigara os "candidatos de Prestes". Perderam seus mandatos, em São Paulo, 15 dos vereadores eleitos para a Câmara Municipal, a maior bancada eleita.

Com a anulação dos votos, o coeficiente eleitoral foi recalculado e todos os partidos foram beneficiados com o ato de força. Entre os políticos estreantes, que assumiram o seu primeiro mandato popular em 1 de janeiro de 1948, estava o jovem professor e advogado Jânio Quadros, de 31 anos, eleito pelo Partido Democrata Cristão. É o começo, modesto, de uma carreira política meteórica. Eleger-se-ia ainda deputado

estadual, prefeito, governador, deputado federal pelo Paraná e finalmente presidente da República. Após a renúncia, seria derrotado em 1962, na disputa com Adhemar de Barros para o governo de São Paulo. Adhemar era também o governador paulista em 48, quando Jânio iniciava o seu mandato de vereador e seria o principal rival de Jânio Quadros na disputa pelo espaço para a construção de sua corrente política. Adhemar lhe daria os temas e a munição para a construção de seu discurso oposicionista. O moralismo de Jânio seria, sobretudo, antiademarista. Com Adhemar, ele se enfrentaria em mais de uma eleição, em todos os níveis, pessoalmente ou através de correligionários.

O Inimigo

Adhemar de Barros foi, para Jânio Quadros, pelo menos no período inicial de sua carreira (de 1948 a 1953) o inimigo principal, quase a sua razão de ser. Ao contrário de Jânio, Adhemar tinha "o berço" que se exigia para que tivesse lugar entre os membros da elite política paulista. Seu pai, Emílio de Barros, era ligado à oligarquia cafeeira, proprietário de terras em São Manuel.

Também ao contrário de Jânio, era originário da política dos anos 30, tendo participado, como médico, das forças "revolucionárias" de 32. Adhemar foi adversário; aliado e outra vez adversário de Getúlio Vargas e as raízes de sua corrente foram plantadas durante o Estado Novo²⁹.

Adhemar candidatou-se, pela primeira vez, ao cargo de constituinte estadual, em 1935, pelo PRP, partido que tradicionalmente congregava a elite paulista. Participou da elaboração da constituição paulista de 35, mas perdeu seu mandato em 1937, com o golpe de novembro, quando foram extintas as casas legislativas em todo o país e extintos os

partidos políticos. Como deputado, foi um crítico ácido e violento de Getúlio Vargas, em discursos que mais tarde seriam lembrados por seus inimigos, quando da sua adesão ao Estado Novo.

Com o golpe de 37, o PRP vislumbrou a possibilidade de retornar ao poder em São Paulo, através da adesão e retomar os postos de mando que estavam sendo ocupados pelo Partido Constitucionalista. O PRP indicou a Getúlio uma lista de "próceres" do partido para ocupar a interventoria de São Paulo, da qual constava o nome de Adhemar de Barros, em último lugar.

Vargas escolheu Adhemar por indicação do chefe de polícia do então Distrito Federal, Filinto Müller, mas também por desejo, mesmo atendendo formalmente ao extinto PRP, a indicação de um nome pouco expressivo, que não se constituísse numa liderança que pudesse aglutinar as forças políticas do estado contra o seu governo.

A escolha de Adhemar de Barros seria lamentada tanto por Vargas como pelos seus correligionários do PRP. Adhemar fez muito, por si próprio, durante seus três anos no cargo de interventor. Não aglutinou as velhas forças antigetulistas, mas logrou construir a sua própria corrente, embrião de seu futuro partido, promovendo lideranças, sem respeitar a hierarquia dos chefes perrepistas locais, jogando com a concessão de cargos, sobretudo com as prefeituras dos municípios.

Por outro lado, sua administração "dinâmica", simbolizada na construção de grandes obras viárias e seu talento para estabelecer um contato direto com a população projetaram sua imagem de liderança populista, com ambição e talento suficientes para tentar vãos mais altos em sua carreira política. Para tanto, organizou a sua própria rede de clientela, altamente centralizada em sua pessoa. Adhemar inaugurou também um estilo de administração marcado pelo assumido desprezo em

relação aos padrões éticos, cuja expressão maior seria a frase, atribuída a seus correligionários, de que ele "rouba mas faz".

Em 1945 Adhemar é rejeitado pela "frente das oposições" que se aglutinara na UDN e passa a organizar o seu próprio partido, que só estaria legalizado em 1948, com o nome de PSP - Partido Social Progressista.

O PSP lançaria Adhemar candidato ao governo do Estado nas eleições de 19 de janeiro de 1947. Nestas eleições, Adhemar demonstraria seu oportunismo político incomum, beneficiando-se da divisão do eleitorado conservador entre os dois partidos tradicionais (PSD e UDN) e das divisões petebistas entre borghistas e antiborghistas. Por outro lado, selou, a poucos dias do pleito, um acordo formal com o Partido Comunista de Luís Carlos Prestes, para atrair o eleitorado urbano, profundamente chocado com a política antioperária do governo Dutra e do PSD.

Alcançaria vitória surpreendente que deixariam atônitas as lideranças políticas do Estado, principalmente as que representavam as autointituladas classes conservadoras.

Rouba mas faz: o burguês sem charme no espelho das elites.

A surpresa e a decepção causadas pela vitória de Adhemar foram substituídas por uma política de oposição encarnicada. Por dois anos, o futuro da administração Adhemar de Barros esteve por um fio, devido às pressões pessedistas e udenistas para a anulação do resultado do pleito e mais tarde, para provocar a intervenção federal em São Paulo.

Adhemar de Barros já fora rejeitado em 1945 pelos dois partidos conservadores. No PSD não encontrara espaço por ter se colocado como

oposição a Vargas e por ser alvo de ressentimentos, por parte de antigos correligionários perrepistas. Na UDN, partido ao qual se filiara, foi sistematicamente marginalizado pela facção paulista, formada por antigos representantes do Partido Constitucionalista, a quem Adhemar perseguira no período de sua interventoria.

Curiosamente, Adhemar não seria igualmente rejeitado pelos políticos liberais da UDN nacional, como Virgílio de Mello Franco, Pedro Aleixo e José Américo de Almeida que, afastados das disputas regionais, pretendiam manter sua corrente dentro do partido. Mesmo fora da UDN (desligara-se em setembro de 45), Adhemar foi um dos principais responsáveis pela campanha do Brigadeiro no interior de São Paulo.

A falta de espaço para Adhemar entre as lideranças conservadoras do seu Estado, as restrições que sofreu e a oposição que enfrentou levantam a questão sobre o conteúdo e a imagem do ademarismo, um movimento que não tendo base em sindicatos e movimentos trabalhistas receberia, senão o veto, pelo menos a desaprovação explícita e militante das elites patronais.

Em artigo de 1954²⁴, o sociólogo Hélio Jaguaribe já deixava patente o paradoxo que cercava a imagem pública de Adhemar: "a vulgaridade pessoal do senhor Adhemar de Barros e suas declarações", dizia, "fazem do ademarismo objeto de desprezo das pessoas cultivadas e parecem reduzi-lo a um nível indigno de um estudo sério". Esse estudo se justificava, contudo, por ser "um movimento em plena ascensão, capaz de empolgar, dentro de dois anos, a presidência da República".

Mesmo considerando Adhemar como pessoalmente desprezível e sua ascensão política como "uma ameaça", Jaguaribe faz questão de frisar, sobre o conteúdo deste movimento que "nem o senhor Adhemar de Barros oculta seus propósitos de manter e consolidar o capitalismo nacional,

especialmente em sua forma mercantil, nem faz segredo do fato de pretender se ajustar, completamente, à política do imperialismo norte-americano. Assim, além de não ter conteúdo ideológico preciso e peculiar, o ademarismo é um movimento reacionário no que se refere ao estatuto da produção e às relações entre a economia nacional e o imperialismo capitalista".

Assim, apesar da constatação de que Adhemar não compartilhava do projeto nacionalista isebiano de Jaguaribe, o artigo reênforça o fato de que não havia, do ponto de vista da fidelidade aos princípios liberais burgueses, razões mais sérias que separassem Adhemar de seus adversários políticos.

Uma outra versão sobre o conteúdo do ademarismo, proposta por Fernando Henrique Cardoso²⁵, talvez forneça elementos mais concretos, indicando conflitos de interesses que talvez cercassem a oposição a Adhemar. Ao contrário de Hélio Jaguaribe, Cardoso considera que o pessepismo representou, como seu nome indicava, um movimento "progressista", no sentido de que ao lado do clientelismo tradicional em que se apoiava a máquina ademarista, "o PSP era também o partido do rouba mas faz ... e esse fazer possibilitou a participação de setores sociais em ascensão nos negócios do Estado e na função do lobbyismo".

"Não se deve esquecer", diz, "que o PSP era o partido dos turcos ... e de fato por intermédio dele alguns descendentes de imigrantes ... enriquecidos com a guerra e a industrialização, passaram a atuar na política paulista e a fazer negócios junto ao Estado".

O PSP teria, finalmente, "feito a ligação entre um novo estilo de capitalismo e as camadas populares ou pequeno burguesas que não eram captadas pelos conteúdos mais radicais do social trabalhismo e da

esquerda".

Na versão de Cardoso, a corrupção atribuída a Adhemar de Barros recebe um sentido mais concreto, porque na verdade significava estender as benesses do Estado a um círculo mais largo de burgueses, novos ricos, ao contrário de mantê-las como apanágio dos setores tradicionais do patronato, já presentes na máquina do Estado desde o início da República.

Em 1947, contudo, segundo nosso entendimento, a oposição a Adhemar de Barros ganha novos contornos e novos elementos: a ambição do político paulista chega a transgredir uma norma sagrada para as elites políticas: a de não manipular, a seu favor, as forças da "subversão" popular, que uma vez libertas poderiam por em risco todo um sistema de dominação.

A aliança de Adhemar com os comunistas desmantelava, de uma penada, todo o aparato montado por Dutra e pelo interventor Macedo Soares para o controle do movimento operário de São Paulo: o DET, a Força Pública e o Dops passariam para o controle de Adhemar e quicá, de seus temíveis aliados comunistas. Além disso, com as novas perspectivas trazidas pela vitória eleitoral, os trabalhadores poderiam ser induzidos a uma nova onda de greves e conflitos²⁶.

Afastada a ameaça de impugnação do pleito, Adhemar assume o governo no dia 14 de março, em cerimônia festiva a que compareceu acompanhado de Luís Carlos Prestes. A posse se deu, contudo, após um acordo provisório com o PSD, que passou a ocupar posições no seu secretariado. Este primeiro acordo celebrado com o PSD teria muito curta duração, já que Adhemar iniciou, desde logo, a substituição dos prefeitos por interventores de sua confiança, que teriam como tarefa preparar a vitória do partido nas eleições municipais programadas para

novembro de 47. Tratava-se de uma reedição da mesma política adotada em 1936, que incompatibilizara Adhemar com os líderes perrepistas e com a qual dera início à construção de sua máquina política.

Durante todo o seu governo e sobretudo no período em que sofreu a ameaça de intervenção, Adhemar celebrou vários acordos com o PSD, que seriam rompidos e refeitos, várias vezes. As derrotas eleitorais nas cidades e a investida ademarista sobre suas bases no meio rural acabaram por solapar a força do PSD, que emergira das eleições de 45 como o maior partido no Estado²⁷.

Só a UDN, enquanto agremiação, recusara-se a qualquer acordo com Adhemar, que mesmo assim conseguiu que uma dissidência, encabeçada pelos deputados Paulo Nogueira Filho e Castilho Cabral rompesse com o partido, ingressando no PSP. Com uma pequena minoria de deputados na Assembléia Legislativa (nove entre 75 cadeiras), Adhemar se dedica a todo um jogo de acordos, coligações e cooptação de políticos para a sua legenda.

Com relação aos aliados comunistas, o acordo seria ainda mais efêmero. Adhemar comparece, a 1 de maio, às manifestações realizadas pelos comunistas (como também estaria presente aos jogos organizados pelo patronato). Contudo, a 7 de maio, quando se concretiza a proscricção do Partido Comunista, sentindo-se pessoalmente ameaçado por esta decisão, Adhemar se abstém de fazer declarações sobre o fato, ao mesmo tempo em que a polícia paulista ataca e fecha as sedes do PCB e de seu jornal. Por sua "traição", o governador receberá ataques duros do diário comunista Hoje.

Disposto a assegurar sua sobrevivência política, ele reprimirá as atividades dos seus antigos aliados. De qualquer forma, sua sensibilidade para acompanhar as tendências do eleitorado não lhe

permitirá assumir o anticomunismo como bandeira. Na verdade, em 1947 e até meados de 48, o PCB, mesmo na ilegalidade, dispõe de maior liberdade de ação em São Paulo do que durante todo o ano de 1948²⁸. Essa situação só se modificará a partir de junho de 1948, depois da vinda do general Canhobert Pereira da Costa a São Paulo, que negocia com Adhemar o compromisso de uma repressão mais dura contra os comunistas em troca da decisão do governo Dutra de mantê-lo na chefia do governo do Estado.

Muitas das características do governo de Adhemar de Barros já estavam presentes no seu primeiro período, como interventor. Novamente a ênfase da administração estará voltada para as grandes obras, que ao mesmo tempo em que simbolizam uma administração dinâmica, "progressista", constituíam-se numa fonte de recursos para o favorecimento de determinados grupos econômicos.

Segundo Regina Sampaio²⁹, os ataques ao novo governo que fundamentaram os pedidos de intervenção diziam respeito desde à cobrança de propinas para a concessão de obras públicas a empresas particulares, até ao envolvimento no câmbio negro dos gêneros alimentícios e na exploração do jogo do bicho. Falava-se popularmente numa "caixinha" do governador, formada com o dinheiro arrecadado com os vários tipos de suborno que praticava.

Neste período, não obstante, o PSP conhece sua fase áurea. Já em 1947, nas eleições municipais de novembro, com apenas oito meses de governo e apesar das ameaças de intervenção, o partido consegue eleger 27% dos prefeitos do interior. Em 1950, o PSP elege a maior bancada da Assembléia Legislativa, de 19 deputados, obtendo cerca de 25% da votação.

Em face do crescimento do pessepismo no Estado, Adhemar torna-se o "grande eleitor" na disputa presidencial de 1950, em que apóia a

candidatura de Getúlio Vargas, habilitando-se para participar, através de indicações, do futuro gabinete ministerial. Finalmente, elege seu sucessor, o professor Lucas Nogueira Garcez, um candidato de pouca experiência política e projeção pública, escolhido por Adhemar por ser alguém que permitiria a continuidade de seu controle sobre a estrutura burocrática do governo do Estado.

Depois desta fase áurea, o ademarismo ainda estaria longe de perder a sua força política, mas sofreria um processo, embora bastante lento, de declínio, até a reconquista do governo do Estado em 1962, quando, no entanto, já eram outras as condições sociais e políticas do Estado e também outro o conteúdo do ademarismo, que passa a receber, inclusive, o apoio dos seus arquiinimigos da UDN.

A perda de espaço desta corrente foi causada, num primeiro momento, pelo rompimento de Adhemar com Lucas Garcez, em 1953 e pelo surgimento de uma outra liderança política que disputaria com ele o espaço do poder e a simpatia popular na pessoa de Jânio Quadros.

A "geração" de 1948

Em artigo datado de 1947, publicado pela revista *Digesto Econômico*, editada pela Associação Comercial de São Paulo, escrito logo após os resultados do pleito de 19 de janeiro, Clóvis Leite Ribeiro constatava que as eleições de 45 e 47 haviam revelado "com significativa evidência o progresso da consciência de classe e o crescente antagonismo do proletariado ... em face da burguesia capitalista e dos partidos políticos conservadores"⁹⁰. Para Ribeiro, a continuidade desta expressão eleitoral de cunho tão marcadamente classista exacerbava os conflitos de classe e punha em risco a própria sobrevivência do regime democrático.

A única saída democrática para a sociedade brasileira seria a mobilização política da classe média, erigida naquela proposta em classe dirigente e em "funcionária do universal"⁹¹. Para o cumprimento desta missão, a classe média não deveria "servir de instrumento de dominação de classe, nem restringir-se à defesa dos seus interesses ou limitar-se a um conservadorismo estéril, sob pena de anular-se..."

Neste projeto político, a classe média deveria orientar-se no sentido da "redenção da classe operária e da superação dos conflitos de classe, através da mais ampla e fraternal união de todas as classes e partidos em torno da idéia da nacionalidade ... condicionada à idéia da humanidade e da dignidade da pessoa humana".

Nesta proposta de direção política, portanto, nota-se que a liderança da sociedade não poderia ser confiada à burguesia, por sua revelada incompetência (e pelo seu "egoísmo cego") e nem ao proletariado, por uma razão ontológica: dada a natureza dos seus interesses e à força do seu número, a dominação do proletariado corresponderia à imposição da ditadura.

Esta idéia profética em relação ao papel da classe média na política teria, de fato, se concretizado, a partir de 1948, segundo a hipótese proposta pelo historiador John French⁹². Concluindo seu estudo sobre a participação política dos trabalhadores no ABC, French afirma que "por um breve instante" (entre 1945 e 1947) a identidade de classe foi diretamente transferida para a arena eleitoral (comunitária) como votos para o PCB e o PTB. Este instante fugaz teria sido quebrado, segundo ele, pela política antioperária e anticomunista de Dutra, que cassou a expressão pública do Partido Comunista e por outro, pela atuação política da classe média, que passa a conhecer sucessos na

conquista do eleitorado operário.

Após as eleições municipais de novembro de 47 e depois da cassação dos mandatos dos comunistas em todo o país, uma nova relação de forças teria finalmente se estabelecido, fechando um ciclo que se iniciara com as lutas democráticas e sindicais de 44, 45 e 46. Este novo quadro teria se completado com o acordo intêrpartidário, celebrado pelos três grandes partidos conservadores.

A partir de então, afirma French, já não haveria a participação direta dos trabalhadores na política eleitoral, nem votações de cunho tão marcadamente classista. Por outro lado, não haverá o retorno à velha política anterior a 30, quando os trabalhadores e seus interesses eram simplesmente postos à margem das disputas eleitorais. Ele argumenta que, a partir de então, a classe média aprende a trabalhar com as novas realidades sociais e reciclando-se, passa a conhecer êxitos nas disputas eleitorais. Finalmente, com apelo a outros tipos de demanda, consegue atrair e dividir a votação operária.

Este novo quadro seria responsável por várias mudanças de comportamento por parte das lideranças políticas. A primeira seria o coroamento de um novo estilo, forçando ao abandono dos traços conservadores e elitistas, uma espécie de esnobismo condescendente, tão característico da UDN. Vários políticos assumem o modelo de comportamento popularesco, consagrado por Adhemar.

Por outro lado, haveria novos temas que a partir de então se tornariam o "pão com manteiga" das campanhas políticas: a introdução de demandas relativas às condições de vida dos trabalhadores da periferia, agravadas pelo processo de urbanização e industrialização.

Seria a descoberta, por parte dos políticos de classe média, do eleitor enquanto "morador", o que lhes permitia mobilizar grupos mais

amplos do que aqueles formados pelos indivíduos e suas famílias e mais restritos do que o conjunto dos trabalhadores assalariados. Esta nova forma de mobilização eleitoral propiciaria, contudo, a pulverização dos votos dos trabalhadores em diferentes grupos e legendas, diminuindo, desta forma, o impacto de sua expressão política e o peso de seus votos nas disputas eleitorais.

Para French o coroamento deste processo se dá com a eleição de Getúlio Vargas para a presidência da República em 1950, com o apoio de Ademar de Barros. Ao mesmo tempo em que significava a falência da tentativa de retorno ao ancien regime pretendida por Dutra, implicava também na consolidação do modelo populista de participação política para os trabalhadores.

Ao nosso ver, o mesmo fenômeno apontado por French é identificado por Azis Simão, em seu clássico estudo sobre o voto operário em São Paulo³⁹. Simão também vê uma identidade classista expressa nas votações para o PCB e o PTB no imediato pós guerra, que já não podia ser encontrada nas eleições municipais de 1953 que consagraram Jânio Quadros. Simão fala em "ruptura de um balizamento" distinguindo aquele pleito dos anteriores.

Neste novo quadro político criado, segundo French, a partir de 1948, surgiram várias lideranças que ocuparam este espaço aberto com a imposição da ilegalidade ao Partido Comunista. A mais expressiva foi sem dúvida Jânio Quadros, que conseguiu empalmar o governo da República no curto espaço de 13 anos.

Mas não foi a única. Em seu estudo dos movimentos políticos no ABC, French se detém na carreira de Anacleto Campanella, de São Caetano, como um "exemplar" desta nova safra de políticos de classe média, que teriam aprendido a navegar ao sabor dos ventos. Em São Paulo, segundo

entendemos, outras carreiras políticas se constróem, nas vagas desta conjuntura. São políticos sem tradição familiar, que não representam grandes grupos econômicos, mas que manipulam a nova linguagem, "o novo tom", da política da época. Cid Franco, do Partido Socialista e Juvenal Lino de Mattos, do PSP, são também, segundo pensamos, duas expressões, diferenciadas, deste mesmo fenômeno⁹⁴.

Anacleto Campanella, por exemplo, forçou sua entrada no debate político da época quando, ao assumir sua cadeira de vereador em 1 de janeiro de 1948, protestou contra a decisão do TSE que impediu a posse do prefeito eleito pelo PST, Armando Mazzo e dos 13 vereadores comunistas, registrados naquela legenda, eleitos para a Câmara Municipal de Santo André. Nesta fase inicial de sua carreira, Anacleto se vinculou a dois movimentos com grande apelo popular no seu tempo: o movimento autonomista de São Caetano e a defesa do monopólio estatal para a exploração de petróleo.

Com bandeiras como estas, Anacleto seria duas vezes deputado estadual e duas vezes prefeito de São Caetano. Sua carreira política só seria interrompida com a cassação, ocorrida em 1969, com o ato institucional n 5.

Outro político que protestou no primeiro dia de mandato contra a cassação dos comunistas foi Cid Franco, advogado, jornalista e radialista, vereador eleito pelo Partido Socialista, partido no qual faria sua carreira política, interrompida também pela cassação, em 1964.

Vereador em 47, eleito juntamente com Jânio Quadros, Cid Franco se tornaria deputado em 1950 e seria reeleito em 54, 58 e 62. Homem de partido, Cid Franco alcançaria grande popularidade, ligando-se aos movimentos populares e sindicais e utilizando-se do rádio para multiplicar sua audiência. Cid Franco esteve muito ligado a Jânio

Quadros, no período inicial da carreira do ex-presidente, quando foram colegas na Câmara Municipal (entre 1948 e 1950) e na Assembléia Legislativa (entre 1951 e 1952). Os dois parlamentares, neste período, revezavam-se na denúncia da corrupção ademarista e das violências policiais contra trabalhadores e indigentes.

Em pesquisa realizada pelo Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), em novembro de 1953, Cid Franco foi apontado como o deputado estadual mais popular, recebendo, inclusive, 40% das indicações dos eleitores consultados dentro do grupo de renda mais baixa⁹⁵.

Um outro político que atuava na Assembléia Legislativa em 1953, Juvenal Lino de Matos, possui um perfil político distinto, mas ao nosso ver, é fruto do mesmo fenômeno que possibilitou a emergência de Jânio. Matos, como Adhemar, iniciou sua participação política na revolução de 32, mas reconciliou-se com o governo getulista ao participar do sindicalismo oficialista entre 1933 e 1937, chegando a presidir a União dos Trabalhadores, que foi uma das entidades responsáveis pela indicação de Adhemar de Barros como interventor.

Lino de Matos continuaria ligado a Adhemar, concorrendo, já em 1947, a deputado estadual pelo PSP. Ele seria reeleito em 50, eleito senador em 54 e prefeito de São Paulo em 55, em eleições suplementares realizadas devido ao afastamento de Jânio Quadros, que assumiu o cargo de governador.

Por muito tempo, Juvenal Lino de Matos seria considerado como um "ademarista vermelho", um dos seguidores de Adhemar que conseguia imprimir ao seu estilo político a mesma marca do chefe. Durante a greve operária de março e abril de 1953, Adhemar de Barros, rompido com Lucas Garcez, orienta seus seguidores para que apoassem o movimento grevista,

deixando que o governador arcasse sozinho com o ônus da repressão ao movimento.

Lino de Matos e vários de seus colegas do PSP estavam, por isso, entre os parlamentares que acompanharam os grevistas nos conflitos da Praça da Sé, o que provocou a fúria de Garcez, que afirmava ser "um fato virgem na história" que "autoridades" passassem a insuflar grevistas. Na pesquisa do Ibope, de novembro de 1953 sobre a popularidade dos deputados, Lino de Matos recebeu o segundo lugar³⁶.

Lino de Matos esteve ligado ao ademarismo até 1958, quando foi preterido para concorrer ao cargo de vice-governador na chapa de Adhemar. Matos pretendia exercer o governo de São Paulo, no caso de vitória de Adhemar para a presidência da República em 1960. Afastado de Adhemar, Lino de Matos vai se ligar, justamente, ao seu arquiinimigo Jânio Quadros. A carreira de Lino de Matos prosseguiu até 1971, tendo exercido, por duas vezes, o cargo de senador. Depois do PSP ele esteve ligado ao PTM - Partido Trabalhista Nacional e depois do Ato Institucional n.º 2 ao MDB - Movimento Democrático Brasileiro.

Tratamos, nesta digressão, deste grupo de políticos da "geração de 46", que construíram suas carreiras "apelando ao povo" e que galgaram cargos expressivos sem possuir os pré-requisitos: não estavam vinculados a clãs familiares com tradição de mando político; não eram representantes de interesses de grupos econômicos estabelecidos e não possuíam, sequer, os requisitos do notório saber ou da excelência acadêmica. Inserimos Jânio Quadros neste grupo para mostrar que a sua emergência não foi um fenômeno despido de conteúdo sociológico³⁷, como se poderia pensar, dado o tom farsesco de que se revestiram os últimos episódios de sua carreira anteriores a 64.

Sua votação em 53, como veremos, mostra que, embora extremamente

bem votado em toda a cidade, Jânio tinha seu contingente eleitoral mais importante nos bairros periféricos, das zonas leste e norte da capital, onde residiam a maioria dos assalariados de baixa renda. Seus discursos estão povoados de personagens em que podemos reconhecer os segmentos mais explorados da população, que também foram os mais entusiastas em comemorar a sua eleição para o cargo de prefeito municipal:

"no dia da vitória, o 'meu jornal', o jornal A Hora, o único que o havia apoiado, recebeu uma tremenda manifestação popular. A redação foi obrigada a sair nas janelas para receber a homenagem daquele segmento mais humilde da população - engraxates, carregadores, office boys, motoristas de praça e jornaleiros em sua maioria - pelo fato de termos apoiado Jânio Quadros"⁹⁸.

É possível que este grupo que Michelle Perrot chama de "os mais deserdados" tenha se ligado mais estreitamente a Jânio Quadros, justamente porque não estavam vinculados ao trabalhismo ou ao comunismo.

Francisco Weffort, em artigo que hoje se tem como uma referência clássica sobre o tema⁹⁹, elabora a hipótese de que o janismo era a expressão de grupos operários que haviam perdido a esperança de ascensão social e que portanto reclamavam por justiça e igualdade de tratamento; por sua vez, o ademarismo atrairia camadas pequeno-burguesas, temerosas da proletarização e que, por isso, reclamavam "favores" do Estado, colocando-se como clientela, como forma de manter os seus poucos privilégios de classe.

Apesar de enxergarmos uma certa simplificação sociológica nesta equação que estabelece que a pequena burguesia exigia favores e os operários reclamavam justiça (como se os termos não pudessem se intercambiar), permanece o fato de que o janismo, no seu nascedouro, foi

uma corrente vinculada aos trabalhadores, assalariados ou não, que no entanto conseguiu se expandir e empolgar parcelas mais amplas da população.

Isto não significa, contudo, que o ademarismo não tivesse também raízes nas camadas operárias, como atestam as votações conjuntas recebidas por Jânio e Adhemar na disputa pelo governo do Estado em 1954⁴⁰.

Um estudo mais detalhado dos discursos de Jânio Quadros revela que, apesar do aparente ecletismo, sua fala se articula em torno de uma proposta razoavelmente nítida: a do catolicismo social, em termos que se aproximam daqueles, clássicos, propostos pelas encíclicas Rerum Novarum e Quadragesimo Anno.

Muito embora a vinculação de Jânio Quadros com o Partido Democrata Cristão tenha sido de ocasião (Jânio permaneceu no PDC entre 1947 e 1954), o ex-presidente vai buscar na tradição católica reformista os principais elementos que compõem o seu discurso oposicionista e insere-se nesta corrente discursiva que nos anos 50 se articulava em torno das Ações Católicas e que conseguia audiência em determinados setores sociais, tanto operários como pequeno-burgueses.

Havia, por um lado, toda uma "visão" de economia moral, que condenava liminarmente os lucros excessivos e o enriquecimento rápido, que se fazia de forma "irresponsável" e "egoísta". Observe-se que o enriquecimento rápido era um fenômeno comum em São Paulo, nas conjunturas de guerra e pós-guerra, como já apontava Fernando Henrique Cardoso, na sua interpretação do fenômeno do pessepismo, que já comentamos. Dizia o deputado:

"Cansei-me desta tribuna de advertir aos negociantes do dinheiro

para a dramática situação desta classe [dos bancários] de cuja miséria de colarinho e gravata, os lucros fantásticos, a vida fácil e os charutos patronais escarneciam.

Homens que embranqueceram nas casas de crédito, vivendo com dedicação e honradez vinte e mais anos, entre paredes que se renovam na prosperidade do estabelecimento, transformando, pelo seu labor, o reboco em mármore, a lâmpada em lustres, o edifício modesto em gigantes de concreto, sofriam, na própria pessoa e da família, a penúria do ordenado mesquinho e degradante... [os banqueiros] teimam em conservar escancaradas as burras e fechados os corações...

Tudo o que concederam foi uma longa discussão, cheia de evasivas, prenhe de má fé ... cujo termo demorava sempre ... na indagação cínica do leão da fábula aos coelhos que reivindicavam direitos: onde estão as vossas garras?⁴¹

Note-se que o projeto de economia moral tinha outros elementos, sobretudo na defesa da idéia do "preço justo", verdadeiro, moral, que se fixa como uma norma que regulamenta as relações entre as pessoas da comunidade. Ao preço justo equivalia também o seu complemento, o salário digno, que evitaria que o proletariado se desagregasse e que, aviltado pela miséria, se transformasse em multidão, em malta enfurecida, pondo em risco a sociedade e sua ordenação hierárquica.

Os temas do enriquecimento ilícito, da corrupção e da especulação com gêneros povoam as páginas da imprensa do período, com uma insistência eloquente e são para Jânio uma fonte de munição aparentemente inesgotável para as suas batalhas políticas. A continuidade do processo inflacionário, que não conhece freio no período de que tratamos seria uma fonte de constante mal estar e de conflitos.

Interessante é perceber que o diagnóstico que se fazia da inflação ainda não se sofisticara, como nos nossos dias, para que fosse atribuída a obscuros fatores macro-econômicos. A inflação era vista e sentida como um processo de acumulação de riquezas e transferência de recursos dos assalariados para "as classes produtoras".

A revista Anhembi, em campanha antigetulista, em março de 1953, apontava para o Brasil como "o país de vida mais cara do mundo" e cuja "inflação suicida" era provocada ... "pela ambição nunca satisfeita dos exploradores que vivem e agem à sombra dos favores oficiais. A manobras da elite, 'os trusts', o bloqueio criminoso dos gêneros de 1ª necessidade são os recursos mais descaradamente usados e mais descaradamente admitidos por entidades oficiais encarregadas de salvar a pátria"....

"O homem do campo planta feijão", continuava, "e vende a dois cruzeiros e cinquenta centavos; quando precisa comprar, paga dez cruzeiros ... as dívidas contraídas durante o cultivo obrigam-no a vender por dois e a adquirir por dez - ... o seu financiamento é o do sírio da estrada, que lhe fornece os mantimentos na entre-safra. E o sírio da estrada não é tão benevolente quanto o Banco do Brasil para com os especuladores de algodão da rua 1^o de fevereiro... E foi o próprio ministro da Fazenda ... quem revelou terem sido 80% superiores aos de 51 os lucros obtidos pelas classes produtoras em 52 ..."⁴².

Para Jânio Quadros os ataques ao câmbio negro e ao enriquecimento ilícito assumem, predominantemente, a forma de ataques aos grupos ligados a Adhemar e ao pessepismo. É possível também perceber que na condenação que lança contra os "gananciosos" ele propõe uma desqualificação desses burgueses para o exercício do poder. O seu apego à defesa dos seus próprios interesses fazia com que perdessem as

condições morais indispensáveis para o exercício da autoridade.

"Soube que a fiscalização da COAP esteve no mercado central, onde surpreendeu um negociante que mercadeiava mexiricas com lucro superior a 100%....

Faz pouco a COAP porque não entrou pela porta principal. A porta principal e da fechada da exploração e da senação fica próxima: é o entreposto de verduras da rua da Cantareira, onde os atravessadores têm sua praça forte e onde manipulam não só o negócio a retalho, mas também as colheitas e a produção de verduras e frutas....

Essa aporta estreita de que fala a Bíblia, cuja entrada é difícil, mas insisto em convidar a COAP a passar por ela ... libertando o povo de um grupelho .. que se locupletam impunemente sob o teto da administração municipal....

Tem o órgão poderes para a ação. Execute-a, a menos que, lembrando os livros sagrados, outra vez receba esta advertência que é uma condenação: ai de vós doutores da lei, porque carregais os homens de pesos que não podem suportar; e vós nem com um só dedo lhes tocais a carga!" A citação é de São Lucas, um evangelhista muito em moda⁴³.

Por outro lado, o discurso de Jânio também acompanha o católico reformista no tratamento que dá aos trabalhadores, ao "proletariado". A sua fala acentua, quase sempre, no operário, a condição de desvalido, de carente, de impotente.

Encontramos nos seus discursos, a mancheias, expressões como "o proletário infeliz", "farrapos humanos", "infelizes que nasceram com a condenação da pobreza", etc, etc. Nota-se que, em geral, os operários não possuem fala autônoma, articulada e que a sua expressão se dá,

também, através de gritos e gemidos(44).

Podemos observar que, em Jânio, todas essas imagens remetem a um determinado projeto de ordenação social que vê no Estado o promotor do bem comum e que deve atuar, implacavelmente, na distribuição da justiça. As classes sociais que se enfrentam nos conflitos que ameaçam a comunidade não podem promover a justiça social: os proletários por sua impotência e os burgueses por estarem cegos em seu egoísmo e na sua irresponsabilidade. O escárnio dos poderosos diante da miséria geral é também uma constante nas suas arengas, como, por exemplo, nesta condenação que faz das tardes no Jôquei:

"A aristocracia do dinheiro e a aristocracia animal terão, naquela tarde, a data máxima. A primeira afrontará o povo nos 'cadillacs', nas jóias, nos vestidos, nos perfumes, na ignorância, que é irracional, dada a sua racionalidade, dos dias penosos em que vivemos; a segunda afronta-lo-á na cevada, na aveia, no leite, no carinho desvelado, na ignorância, que é racional, dada a sua irracionalidade, dos dias penosos em que vivemos....

Qual a percentagem dos seus ganhos, fantásticos, abusivos, afrontosos, que distribui à pobreza, à enfermidade, à velhice, ao amparo social? ... Não se apercebem eles das lágrimas que as multidões choram, das agruras que as coletividades sentem?⁴⁵

Diante deste quadro traçado, a "salvação" deveria ser procurada na figura do Estado impessoal, justiceiro, que deveria prover a todos com equidade. As imagens, por sua vez, também remetem na fala de Jânio, para a sua própria pessoa, como a provável corporificação deste Estado. Ali estava ele: excêntrico, implacável, visionário, messiânico⁴⁶

Por último, resta tratar de um outro item da agenda política de Jânio Quadros: a defesa de um projeto de capitalismo autônomo, com traços nacionalistas, associado ao desenvolvimentismo. Também neste caso há coincidência entre a sua proposta e a da Igreja Católica, sobretudo da dos bispos do Nordeste, engajados no projeto nacional-desenvolvimentista através da campanha pela criação da Sudene. Por esta via, é possível observar que não é tão esdrúxula, como poderia parecer, a aliança dos socialistas com Jânio Quadros.

As duas correntes coincidiavam em denunciar uma suposta estratégia conspirativa do imperialismo ou das empresas multinacionais (as petrolíferas, sobretudo) contra o desenvolvimento econômico nacional, o fetiche da época.

Habilmente, Jânio Quadros desenvolve a sua campanha nacionalista fixando-se em inimigos claros e precisos. Participa ativamente da campanha pelo monopólio estatal da exploração do petróleo e propõe, em 1950, a encampação e nacionalização da Light. Sobre a Light, Jânio consegue estabelecer uma ponte entre a crítica à atuação da empresa canadense e as demandas por cidadania da população dos bairros periféricos da Capital:

"Tenho contra essa companhia ... as mais sérias restrições. Infame exploradora de nossa terra e de nossa gente, negociista inescrupulosa do bem comum.

Cerca de 15 mil prédios da área urbana e 40 mil da área rural não têm iluminação domiciliar. Não é atentatório à dignidade da espécie a imensa escuridão que a Light derramou nos bairros pobres?

A empresa canadense cobra dos usuários ... os postes, os cabos, os fios, as instalações afinal e depois a própria corrente. Cobra tudo

isso e incorpora tudo em seu patrimônio.

Não imaginem que o material adquirido pelo trabalhador, pelo operário, com o suor do rosto, os calos das mãos e a brevidade da vida torne-se sua propriedade. Não, a propriedade é, sempre, da Light.

... Enquanto isso, ficamos com o consumo per capita de 70 kwt, que nos põe no plano do Egito e da Índia, duas trágicas nacionalidades subjugadas....

...Segue mercadejando com os direitos básicos de um povo, até que esse povo, com decisão, com coragem, reunidos em Assembléia Legislativa e em Câmara Federal, desaproprie-lhe os bens, nacionalize-lhe o acervo e expulse-a do solo que aviltou e empobreceu".

No projeto de Jânio Quadros deste período, portanto, podemos reconhecer alguns dos elementos que o tornavam popular: em primeiro lugar, o apelo a valores de economia moral, que pareciam obter grande ressonância entre os trabalhadores e outros segmentos sociais marginalizados e também a denúncia das injustiças que a desigualdade social estabelecia e a igualdade formal não evitava.

Já transparecem também, no seu discurso, traços do autoritarismo que o notabilizaria nos períodos posteriores de sua carreira: a grande ênfase dada ao Estado, como promotor da justiça e do desenvolvimento nacional, que, para ele, seriam as chaves para a promoção do bem-comum. O Estado dos discursos de Jânio deveria ser o Estado benefitor, impessoal, que expulsasse os inimigos comuns, varresse a corrupção e colocasse cada coisa em seu lugar.

Nos dois próximos capítulos nos deteremos nos temas em torno dos quais gravitavam os discursos e as atividades de Jânio Quadros, entre

1948 e 1953, como vereador e como deputado. Nestes temas, pretendemos apontar as demandas populares com as quais Jânio se envolveu. Neste rastreamento, procuramos identificar, ao mesmo tempo, a imagem que ele projetou e as aspirações do eleitorado. Como perseguimos o imaginário político que cercou a ascensão de Jânio Quadros, não nos interessa discutir se a imagem que ele construiu correspondia à "verdade" da sua identidade pessoal e nos afastaremos do discurso "pró ou contra" como o diabo da cruz.

O nosso trabalho, será o de tentar recompor, em narrativa, o cenário, os personagens e o "clima" que compuseram o momento de emergência desta liderança popular. Nosso trabalho se encerra quando todas as luzes estão, pela primeira vez, sobre Jânio: no momento em que ele é eleito prefeito da Capital. Procuraremos identificar a corrente subterrânea que o elevou até ali.

NOTAS

1. A família de Jânio Quadros era originária do Mato Grosso. Seu pai, Gabriel Quadros, era médico e teria acumulado riquezas em São Paulo através de dois ambulatorios de profilaxia da tuberculose, que montou nas zonas do meretrício. Segundo o depoimento de Osvaldo de Benedictis, antigo redator do jornal A Hora.

2. Maria Vitória Benevides, A UDN e o Udenismo, p. 149.

3. A respeito dos eventos que marcaram os últimos anos do Estado Novo, consultar Hélio Silva, 1945: Porque Depuseram Vargas; Ricardo Maranhão, Sindicatos e Democratização, Maria Vitória Benevides, A UDN e o Udenismo; Thomas Skidmore, Brasil, de Getúlio a Castelo, entre outros.

4. Sobre esta questão, consultar Maria Célia Paoli, "Trabalhadores Urbanos Na Fala dos Outros: Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira" in Comunicação, n. 7, Museu Nacional do Rio de Janeiro e também Ricardo Maranhão, op. cit.

5. Sobre a inflação e seus efeitos para a redistribuição de renda país, neste período, ver Celso Furtado, História Económica do Brasil, capítulos XXXIII, XXXIV, XXXV, pp 204 a 232.

6. O estudo desta questão em Santo André foi realizado por John French em Industrial Workers and the Origin of Populist politics in the ABC Region of Greater São Paulo, Brazil, 1900-1950. As críticas às medidas das empresas para minorar a crise de abastecimento para os seus

operários foram feitas pela ACISA (Associação Comercial e Industrial de Santo André). French, op. cit., p. 308.

7. Elias Chaves Neto, Minha Vida e as Lutas do Meu Tempo, p. 67.

8. O caráter teatral de determinadas iniciativas políticas tomadas pelos liberais teria sido percebido, na época, segundo Maria Vitória Benevides, por Fernando de Azevedo, que se recusara a compor a "frente das oposições", reunida na UDN. A este respeito teria afirmado que: "dão-se as mãos grupos políticos, velhos e novos, e atiram-se em vagas sucessivas de entendimentos e alianças contra uma situação tão fortemente atacada que começa a estremecer e a desconjuntar-se".... Benevides, op. cit., p. 47.

9. A este respeito consultar a cronologia apresentada por Hélio Siva em 1945: Porque Depuseram Vargas.

10. Armando Salles de Oliveira, Diagrama de uma Situação Política; Manifestos Políticos do Exílio, pp 95 e 96; citado por John French, op. cit., pp 240 e 241.

11. French, op. cit., p. 240.

12. A este respeito há o trabalho clássico de Azis Simão, "O Voto Operário em São Paulo" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 1, passim.

13. Sobre esta questão, French revela que Roberto Simonsen e

Armando Arruda Pereira, proprietário é gerente da Cerâmica São Caetano, obtiveram, naquele município, apenas 328 e 112 votos, respectivamente, para as suas candidaturas a senador e a deputado federal em 1947. John French, op. cit., p 448.

14. Sobre as greves ocorridas em 1945 consultar Ricardo Maranhão, op. cit., p 42.

15. A respeito dos políticos liberais que ocuparam cargos a partir das eleições da Constituinte de 1933 consultar Sérgio Micelli, "Carne e Osso da Elite Política Pós 1930" in História Geral da Civilização Brasileira, v. 10, pp 557 a 597.

16. Clóvis Leite Ribeiro, "A Classe Média e as Eleições de 19 de Janeiro" in Digesto Econômico, 3: 29 (1947), pp 71 a 77.

17. O decreto-lei 9 125, de abril de 1946, além do congelamento de preços instituiu a CCP - Comissão Central de Preços, encarregada do tabelamento e fiscalização dos preços e do estabelecimento de quotas de gêneros de primeira necessidade (carne e trigo sobretudo) cuja produção não era suficiente para garantir um abastecimento normal em todo o país. No mesmo decreto foram instituídas as CEPs - Comissões Estaduais de Preços - que eram órgãos estaduais, encarregados da mesma função. Permeáveis que foram às pressões dos grupos econômicos e dos comerciantes, ineficazes na fiscalização, suspeitas de corrupção, as comissões de preços acabaram por se transformar em organismos impopulares. Foram extintas por Getúlio Vargas, em 1951, que no entanto as substituiu por um organismo com o mesmo caráter, mas com as funções ampliadas: a COFAP,

Comissão Federal de Abastecimento e Preços. Enquanto sobreviveram as CEPs, o seu presidente era sempre o secretário do Trabalho, que em São Paulo era o industrial J J Abdalla. Por um breve período funcionou na Capital a Comissão Municipal de Preços, da qual Jânio Quadros fez parte, como um dos representantes da Câmara Municipal.

18. Diário da Noite, 1. de janeiro de 1933.

19. Segundo Jânio Quadros, o decreto, que entre outras medidas obrigava os comerciantes a fornecerem nota fiscal toda vez que realizassem venda superior a cr\$ 10,00, justificava-se porque o país vivia, àquela altura, "um instante anômalo de sua existência, já que praticamente todos os produtos, todos os artigos eram escamoteados para que sofressem mercância a preços que superavam os respectivos valores". Jânio, Anais da Câmara Municipal, 13/8/49.

20. A política do PCB, contrária às greves neste período, foi comentada por vários autores. Entre eles ver Francisco Weffort, Sindicatos e política e Ricardo Maranhão, Sindicatos e Democratização.

21. A expressão é de John French in "Workers and the Rise of Adhemarista Populism in São Paulo, 1945/1947" in Hispanic American Historical Review 68: 1.

22. Sobre a permanência do sindicalismo estatal na Constituição de 1946 também são inúmeros os trabalhos. Entre eles ver Luiz Werneck Vianna, Sindicalismo e Sindicato no Brasil.

23. Sobre os dados biográficos de Adhemar de Barros consultamos Regina Sampaio, Adhemar de Barros e o PSP e o verbete Barros, Adhemar P. de Barros, do Dicionário Histórico e Geográfico da Fundação Getúlio Vargas, pp 316 e 324.

24. Hélio Jaguaribe, "O Que é o Ademarismo?" in Simon Schwartzman (org) O Pensamento Nacionalista e os Cadernos do Nosso Tempo.

25. Fernando Henrique Cardoso, "Partidos e Deputados em São Paulo" in Os Partidos Políticos e as Eleições no Brasil, pp 50 a 52.

26. Numa visão ex-post, pode parecer extremamente irreal a idéia de que a vitória de Adhemar causasse algum temor às "classes produtoras". No entanto, em editorial da revista Digesto Econômico, logo após o resultado do pleito, os representantes da Associação Comercial de São Paulo deixavam patente o quão consternados pareciam estar com o seu resultado, que lhes parecia ser fruto da pouca iniciativa política das classes conservadoras, que, entre outras coisas, permitiram a sua divisão entre os candidatos do PSD e da UDN. O editorial propõe medidas visando o próximo pleito, entre elas o fim do alistamento eleitoral ex-officio. Antes das eleições, o nome de Adhemar fora vetado pela Liga Eleitoral Católica, devido à união com os comunistas. Depois do pleito, Clóvis Leite Ribeiro revela em seu artigo que a "impressão geral" que se tivera sobre aquelas eleições, correspondia à que foi transmitida a Luís XVI, sobre os acontecimentos depois da tomada da Bastilha: "não eram eleições, eram uma revolução".

27. Sobre o declínio eleitoral do PSD em São Paulo, consultar Cardoso, op cit., p 47.

28. Esta talvez tenha sido a razão para o excelente desempenho dos comunistas (através da chapa do PSTD) nas eleições de novembro de 47, já que contaram com relativa facilidade para abrir comitês e fazer campanha. A esse respeito ver French, Workers and the Rise of Adhemarista Populism in São Paulo, 45/47 in Hispanic American Historical Review 88:1, p. 36.

29. Sampaio, op. cit., p. 63.

30. Clóvis Leite Ribeiro, op. cit., passim.

31. A expressão é de Marilena Chauí in Seminários, o Nacional e o Popular na Cultura Brasileira, p 68.

32. John French, Industrial Workers and the Origin of Populist Politics in the ABC Region of Greater São Paulo, Brazil, 1900/1950, pp 557 a 559.

33. Simão, op cit., p 141.

34. Sobre os dados biográficos de Anacleto Campanella, Cid Franco e Juvenal Lino de Matos ver DHBRGV; sobre Anacleto Campanella ver também John French, op. cit., pp 548 a 551. Sobre Lino de Matos ver também Regina Sampaio, op. cit., pp 88 a 93.

35. Cid Franco foi apontado como o melhor deputado estadual por 37,4% do total de eleitores consultados. Na pesquisa por nível sócio econômico, ele obteve os seguintes percentuais: 19,2% das preferências da "classe rica", 37,7% na "classe média" e 40,1% na "classe pobre". Esse total deve ser considerado dentro do grupo de eleitores que manifestaram preferência por algum deputado. Entre os eleitores pesquisados, 50,6% não apontaram suas preferências; este percentual sobe para 64,1% entre os eleitores pesquisados na "classe pobre". Ibope, coleções especiais, pesquisa eleitoral, 1953.

36. Lino de Matos recebeu 21,3% das indicações como melhor deputado estadual; suas médias por nível sócio-econômico foram as seguintes: 23,1% da classe rica; 23,1% da classe média e 19,1% da classe pobre. Colocado em segundo lugar na pesquisa, foi o mais bem votado na classe rica.

37. Segundo Maria do Carmo Campello de Souza e Bolívar Lamounier, "a ponte que Jânio foi capaz de estabelecer entre diferentes estratos sócio-econômicos explica os seus quase seis milhões de votos, mas também foi responsável por envolver numa série de brumas o fenômeno jânista, que acabou ficando na memória de muita gente como um demagogo sem qualquer conteúdo sociológico, capaz de enganar a todos por igual". Jânio, Três Momentos na Vida de um Político in Isto É, n. 4, pp 55.

38. Depoimento de Osvaldo de Benedictis, em carta à pesquisadora.

39. Francisco Weffort, O Populismo na Política Brasileira, pp 34 a 36.

40. Jânio Quadros e Adhemar de Barros receberam, conjuntamente, 92% dos votos em São Miguel, 91% em Nossa Senhora do Ó, 89% em Osasco, e 88% em Vila Matilde, na Penha e no Tatuapé. Em Vila Maria, reduto janista, o ex-presidente teve 70% dos votos contra 23% de Adhemar, anulando, praticamente, o espaço para o candidato não populista, Prestes Maia. A esse respeito consultar Maria do Carmo Campello de Souza e Bolívar Lamounier, op. cit., p. 56.

41. Jânio Quadros, Assembléia Legislativa de São Paulo, 107a sessão, dia 29/8/51.

42. Salário e Inflação, Anhembi, março de 1953, pp 301 a 306.

43. Jânio Quadros, Assembléia Legislativa, 64a sessão, 24 de junho de 1952. A referência ao evangelista São Lucas remete ao governador, Lucas Nogueira Garcez, cuja honorabilidade era apregoada aos quatro ventos, o que o diferenciava de Adhemar, seu antecessor.

44. Sobre a "impotência discursiva" do oprimido no discurso da Igreja, consultar Roberto Romano, Brasil, A Igreja Contra o Estado, p. 43.

45. Jânio Quadros, Assembléia Legislativa, 30a sessão em 2 de maio de 1952.

46. Segundo José Álvaro Moisés, na Câmara Municipal Jânio frequentemente apelava a seus pares para que tomassem medidas destinadas

a deter o 'drama' que se avizinhava, com a sublevação das massas. No entanto, para ele, esse apelo aos outros era um apelo para si mesmo "pelo qual procura armar o edifício da ilusão que advoga a reforma 'moral' dessas instituições, como a única via de satisfação das massas e, ao mesmo tempo, de salvação das próprias instituições". Moisés, Protesto Urbano e Democracia, Tese de Doutorado, p. 262.

CAPÍTULO 2

A CONQUISTA DA CIDADE

São Paulo emerge da Segunda Guerra Mundial como uma cidade transformada. Quase dois milhões de habitantes, uma cidade operária. A Capital chegava à época da "política de massas"¹ depois de haver perdido o gosto das eleições. O município da Capital perdera sua autonomia política no final da Primeira República e só elegera prefeitos pelo voto direto neste período, época das eleições manipuladas da república dos coronéis².

A cidade transformou-se, também, rápida e dramaticamente, na primeira metade do século. Da cidade dos fazendeiros, provinciana, rodeada de chácaras de que falam os depoimentos, como o de Oswald de Andrade, para a metrópole industrial dos anos 40³. Ao boom da imigração e da industrialização correspondeu a corrida imobiliária. O próprio pai de Oswald, corretor de imóveis, teve parte nesta corrida, um "abridor de bairros", criador da Vila Cerqueira César.

Rasgada pelos trilhos da ferrovia, que do interior demandavam o porto de Santos, porta de São Paulo, a cidade viu nascer os povoados-estação, ocupando os terrenos baixos, de várzeas, insalubres, onde se instalam indústrias e operários⁴.

Numa planta da cidade de São Paulo em 1922, estudada por Juegen R. Langenbuch, evidencia-se uma tendência que deveria permanecer. A cidade de São Paulo estender-se-ia muito além dos limites de suas necessidades imediatas e próximas. Criavam-se bairros isolados, espacialmente, da área compacta da cidade. Chácaras eram loteadas, ruas traçadas e lotes vendidos. Assim, mesmo bairros mais antigos, como a Penha, N S do Ó, Santana, Casa Verde, Vila Prudente, Ipiranga e Vila da Saúde permanecem, em 1922, ainda como núcleos isolados da cidade. Por esta mesma planta percebe-se o surgimento, o "arruamento", de outros bairros também isolados da cidade. Surgiam a Vila Maria, o Jardim Japão,

a Vila Guilherme, o Tucuruvi e a Vila Anastácio⁵. Também em 1922 já despontava, de maneira embrionária, o bairro de Indianópolis.

Em 1948, contudo, quando voltara a funcionar em São Paulo a Câmara Municipal, Indianópolis ainda era um lamaçal descuidado pelos poderes públicos, sob o pretexto de que as ruas daquele bairro eram particulares e não oficiais.

Para Langenbuch, a especulação imobiliária preside ao processo de expansão, desordenada, da capital. As ruas brotavam da noite para o dia, traçadas, às centenas, em papel. A maioria dos melhores terrenos permaneciam desocupados, reservados para a especulação. Desta forma surgiram, por exemplo, os bairros de Vila Maria e Vila Guilherme.

Com relação a Vila Maria, a construção deste bairro foi, segundo Langenbuch, uma "experiência infeliz", que poderia ter sido evitada. Ele cita a opinião do geógrafo Azis Ab Saber de que Vila Maria, por ter sido toda edificada em pleno domínio de várzea, foi uma "grande e triste aventura", não se justificando a instalação deste bairro que "escolheu mal" o seu sítio urbano⁶. Em 1953 o bairro, que foi o berço político de Jânio Quadros, não possuía rede de água, nem saneamento. As águas de poço, contaminadas, foram responsáveis por um grande número de mortes por tifo em 1952⁷.

Ainda na década de vinte surge também a City, empresa imobiliária responsável pela criação dos famosos bairros-jardins, destinados à classe média abastada. Criam-se desta forma o Jardim Paulista, o Jardim América, o Jardim Europa, o Pacaembu e o Alto da Lapa. Relata ainda Oswald de Andrade:

"Foi nesta época que surgiram as primeiras operações de terrenos da Cia City. Era um grupo de ingleses que resolvera aplicar atividades e capitais em nossa cidade ... esse grupo adquiriu dele [Horácio Sabinol

os terrenos da Vila América, ao longo da rua Augusta, estendendo a operação a esta grande gleba que se seguia na direção do rio Pinheiros e que parecia um negro atoleiro ... os nossos terrenos, ao lado do futuro Jardim América, que se construiu sobre o lamaçal saneado, sofreram alta considerável.... meu pai foi procurado por um compadre ... que lhe ofereceu pela Vila Cerqueira César dois mil e quinhentos contos ... com uma parte do dinheiro meu pai teria comprado todas as casas da rua Direita...⁸

Nos negócios imobiliários de São Paulo a City era, contudo, uma exceção, porque a maioria dos empreendimentos loteamentos eram feitos por famílias ou pequenas empresas, em iniciativas isoladas. Nos anos 30, a especulação imobiliária parece ter chegado ao seu auge⁹. O cinturão de chácaras dá lugar a um cinturão, largo, de loteamentos. Parte dos moradores potenciais da cidade eram expulsos para a periferia, criando, neste movimento, mais um campo para a proliferação desordenada de loteamentos.

Este fato terá a sua contraface política. A demanda por bens e serviços por parte dos moradores da periferia ocupará a agenda política da maioria dos representantes populares eleitos da Capital. As reivindicações dos moradores da periferia adquiram, não raro, um caráter de luta democrática, pelo direito à cidade e a aquilo que ela proporcionava em termos de "civilização" a seus habitantes. Como vereador, a partir de 1948, Jânio Quadros ocupava-se sempre destas questões, como neste caso de Vila Bela:

" ...há outros reclamos. Policiamento. Telefone. E não sei quanta coisa. Mas, nem vale a pena pedir. A gente de Vila Bela contenta-se com o menos; contenta-se com um trator que lhe arrume a rua das Glicínias de sorte a poder o ônibus passar pelo bairro. De sorte a poder a ambulância

levar o médico nas emergências. De sorte a poder o comércio ... receber mercadorias e gêneros. De sorte a incorporar-se Vila Bela a São Paulo, para efeitos da vida social¹⁰

Isto era em 1948. Mas no começo da década de 30, trens e bondes comandavam o processo de expansão da capital. Num período anterior do seu desenvolvimento, ocuparam-se os terrenos em torno da linha da Santo Jundiaí, a Inglesa, criando-se os populosos bairros do Brás, Móoca, Belém, Ipiranga, Lapa e Barra Funda.

Também grande número de subúrbios foram criados a partir dos povoados-estação que brotaram ao longo das linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil. Esta estrada, no trecho que ligava São Paulo a Mogi das Cruzes, também cortava os bairros industriais do Brás e Belém, sendo o acesso a eles facilitado pela estação inicial, Norte (hoje presidente Roosevelt) e por algumas paradas intermediárias. O pequeno ramal da Penha foi desativado, pela concorrência do bonde elétrico.

Por outro lado, o ramal de Guarulhos faria florescer os subúrbios da Zona da Cantareira. Em 1930, já apresentavam certa edificação os subúrbios localizados perto das estações como Chora Menino, Tremembé, Tucuruvi, Vila Mazzei, Guapira (hoje Jaçanã). Em 1932, contudo, com a criação da Variante de Poá, a ocupação dos terrenos da Zona Leste tomou um novo impulso. O povoado de São Miguel Paulista, ex-aldeamento indígena, sofre uma inflexão no seu desenvolvimento com a criação da Cia Nitroquímica, em 1935.

A Nitroquímica chegaria a São Miguel quando o povoado não passava de um grupo de casas, circundando o largo da Igreja, apresentando pouca diferença em relação ao que era no tempo do aldeamento. Com grande extensão de terrenos à sua disposição, situada entre a ferrovia e o rio Tietê, a Nitroquímica encontraria um lugar ideal para a sua instalação.

O fato de que a região fosse quase despovoada, segundo Langenbuch, não era um fator desfavorável à indústria devido aos "fétidos resíduos gasosos expelidos pela "fábrica". No início da década de 40, uma iniciativa semelhante seria a criação da indústria química Celosul, no povoado-estação de Comendador Ermelino, hoje Ermelino Matarazzo.

Por seu lado, o bonde, surgido no final do século com a Light, mostrará cedo a sua vocação de mola da expansão imobiliária. Toma posições arrojadas, servindo a subúrbios como a Lapa, Penha, Saúde, Pinheiros¹¹. O pai de Oswald de Andrade, vereador do município naquele período, foi chamado a votar sobre a instalação da Light:

"A ele que fora um "abridor de bairros"¹², que possuía no 'encilhamento' todo o Brás, todo o Cambuci e a Glória, comprando e vendendo imóveis, não escapava o que seria a condução fácil e rápida para o desenvolvimento de São Paulo. E como não tinha rabo de palha, não sentiu hesitação alguma - estava do lado da Light"¹³.

O bonde, de fato, guiou, por algum tempo, essa expansão. A região do então município de Santo Amaro (anexado a São Paulo em 1930) foi uma das que mais conheceu as atividades dos loteadores. Em grande parte, isso se devia ao tramway elétrico ligando Santo Amaro ao coração de São Paulo, a Praça da Sé. Em 1930, ano da anexação, havia bondes entre a Sé e Santo Amaro a cada 15 minutos. Indianópolis expandia-se. Na divisa entre os municípios surgiram vários loteamentos, como os de Campo Belo e Brooklin Paulista.

Nesta época, contudo, o bonde passaria a ser acompanhado e logo suplantado, pelo ônibus. Surgia o rodoviarismo. Em 1935, já havia 62 linhas de ônibus, algumas delas "dobrando" o itinerário percorrido pelos bondes. Os automóveis "de passeio" eram poucos, privilégio dos ricos. Havia 22 739 automóveis particulares em 1940, contra 1 760 em 1917.

Ônibus e automóveis encontravam não poucos obstáculos no seu abrir caminhos. As estradas da época eram quando muito transitadas por carros de bois. A função inicial dos ônibus era de completar o trajeto feito pelos trens. O ponto inicial dos ônibus ficava junto à gare e seus horários coincidiam com as partidas e chegadas dos trens.

Desta forma, os ônibus vieram multiplicar a já aparentemente ilimitada capacidade de São Paulo para criar novos loteamentos. Surgem, assim, no período de 30 a 40, os chamados subúrbios-loteamento, apoiados na circulação rodoviária. Muitos desses subúrbios, quando surgiam, não possuíam ainda garantias quanto ao meio de transporte. O loteador oferecia os terrenos esperando que o ônibus ali passasse, no futuro. Por muito tempo, faziam a pé o percurso até o bairro mais próximo, servido por ônibus. Quando o subúrbio se expandia, garantindo a rentabilidade da linha, o serviço era implantado. Assim, quando os moradores da periferia reivindicavam o acesso a São Paulo, faziam-no, muitas vezes, usando o sentido material do termo.

Esta profusão de loteamentos criará impasses para a administração da Capital. Serão eloquentes os debates na Câmara a este respeito, no período que pesquisamos, já que o loteador reservava ao poder público a incumbência de prover aos moradores dos bens e serviços essenciais, ou seja, de lhes estender o "direito à cidade". Fato muito comum será o debate na Câmara sobre a qualidade de ruas e praças de serem ou não oficiais, isto é, públicas. Eram comuns arengas deste tipo, como neste discurso que Jânio fazia em 1948:

"Dizia eu que este bairro, do Jardim da Saúde, com ruas oficiais e com uma praça oficial, não goza dos benefícios da iluminação pública...afirmo a V Excias que está densamente povoado. Está praticamente todo edificado e são moradias boas, são casas boas ... a

casa própria com que todos sonham, e que se materializou graças ao empreendimento particular... Eu iria além. Na hipótese de não serem oficiais as ruas: nessa hipótese, deixaria de existir o Jardim da Saúde? Deixariam de existir os milhares de habitantes que ele abriga? ... deveria o abandono ser oficial?"¹⁴

Note-se que, mesmo a respeito de um bairro como Indianópolis, cujo arruamento, como vimos, teve início na década de 20, permanecem sem atendimento os reclamos, em particular no que se refere à infra-estrutura urbana. O vereador Cid Franco denunciava que seu grupo escolar fora interditado pelos comandos sanitários. O bairro, na verdade, continuava à margem do poder público:

"Depois das eleições as pedras [para o calçamento] desapareceram. O resto continua como está: ruas não oficiais, sem calçamento, poços e fossas, escuridão"¹⁵.

Iluminação pública e domiciliar, calçamento e ônibus, água e saneamento, oficialização das ruas. Em cada bairro, este mesmo elenco de demandas, às vezes em ordens invertidas, comporá a pauta de lutas dos moradores. Veremos adiante como elas levarão os paulistanos a "politicizar a rotina", trazendo estes reclamos para a esfera da política.

Trevas

Em princípios da década de 40 foi instalada a indústria química Celosul, no distrito de Comendador Ermelino, zona leste de São Paulo, subúrbio da Central. Ao contrário do que acontecia no bairro, na fábrica havia luz. A esse respeito, discursava Jânio em 1950:

"A luz está ali, na fábrica do 'benemérito' Matarazzo... entende a Câmara que a família merece a perpetuação do nome em placa de avenida

... o seu Matarazzo está perpetuado pela própria fortuna, pelo próprio prestígio e pela fome dos que mourejam nos seus galpões infindos..." E prossegue:

"O que importa é ter a Celosul luz, por dentro e por fora. Há lâmpadas por toda parte. E enquanto ela é um jorro de claridade em Ermelino, Ermelino é uma enorme mancha escura, manchando também a nossa democracia"...¹⁶

Neste jogo de imagens encontramos, reunidos, vários dos elementos que compunham a sua leitura dos problemas da cidade e dos cidadãos que representava na atividade parlamentar. A imagem da Celosul é plástica e política. Na fala do vereador, a fábrica e a família Matarazzo são a prepotência da "plutocracia". Valia-se também do contraste luz e sombra: por um lado, a fábrica, iluminada e a família, também iluminada pelo prestígio social. Por outro, na sombra, os que mourejam sob os galpões infindos (ou no "mundo sob o mundo", como dizia Michelle Perrot) e que vivem no bairro carente de iluminação e, portanto, da "civilização" proporcionada pela convivência com a metrópole.

A estigmatização do patronato prepotente, que aparece aqui, é outra constante em Jânio Quadros o que, de certa forma, introduzia uma cunha na idéia muito difundida na época de que a indústria era sempre positiva para o país e para os cidadãos, já que significava progresso e desenvolvimento. A irresponsabilidade social do patronato, nestes anos de enriquecimento rápido de guerra e pós guerra será sempre apontada por Jânio e considerada como uma ameaça à democracia e à solidez das instituições.

Sob o ponto de vista dos trabalhadores e dos munícipes, o discurso de Jânio interpreta o espaço da cidade - como local de moradia e acesso a determinados bens e serviços - sob o prisma político, como

uma demanda democrática. Entre as várias questões cogitadas constantemente, a luz tinha especial relevância. A luz era um fator de distinção entre o campo e a cidade. Para os que vinham do meio rural, as luzes da cidade significavam outra forma de vida e convivência.

A questão da luz era na verdade a da extensão da rede elétrica aos bairros da periferia. A "benfeitoria" exigia investimentos por parte da Light e quando o retorno em termos de consumo não era compensador, a empresa (por ser privada, "imperialista", "escravagista" e não sei quanta coisa mais¹⁷) não os efetuava. E não por falta de denúncias. Jânio Quadros tinha na companhia, a "dona Light" um dos seus alvos prediletos:

V Excias conhecem Itaquera. Lá está toda uma população trabalhadora, há muitos anos sem luz ... no regime do lampeão, do candeeiro, porque a Light possuía força bastante - força! para manter no Rio de Janeiro o senhor Pereira Lira, como secretário do senhor presidente da República, embora não dispusesse de força para iluminar as casas proletárias de Itaquera"¹⁸...

Um grupo de bairros estava totalmente às escuras. Entre eles, vários dos chamados subúrbios da Central, localizados ao longo da linha tronco entre São Paulo e Mogi das Cruzes. Não havia luz em Itaquera, Guaianazes, Comendador Ermelino, Artur Alvim e 15 de Novembro. Também, no extremo oeste, não havia luz em Perus, onde se localizava a fábrica de Cimento do mesmo nome, esta sim, iluminada, num caso semelhante ao da Celosul.

A situação de Itaquera vinha sempre à tona. "Pequena cidade", com 30 mil habitantes em 1948, estava ligada a São Paulo por 54 trens diários. O caso de Itaquera era considerado símbolo da prepotência da Light. Como os serviços que a empresa prestava eram concessão federal, a

Light deveria prestar contas, em última instância, ao governo da República. A Prefeitura não tinha autoridade para lhe impor metas. Mas um decreto do general Dutra de maio de 1947, dava-lhe um prazo de 90 dias para levar a luz a Itaquera.

Mas em abril de 1950 a providência ainda não fora tomada, segundo Jânio Quadros, porque a empresa tinha "força": a força da energia elétrica confundia-se com a força política da companhia, cujos interesses estavam bem representados no Parlamento e mesmo junto à presidência da República, sendo o controvertido secretário Pereira Lira (chefe de Polícia do Rio de Janeiro em 1946 e secretário da Presidência em 1950) tido e sabido como um dos seus representantes.

Luz e trevas, portanto, dividiam a cidade, estabelecendo entre os bairros uma fronteira quase material. Nos discursos de Jânio há ainda referências a outros bairros totalmente sem iluminação:

"... escuridão sem fim que atormenta os meninos, que tolhe a atividade dos adultos e os expõe a todos os riscos. Assim em Vila Olímpia, assim em Vila Formosa, assim em Vila Nova Cachoeirinha, em Vila Carolina, em Vila Califórnia e por toda a cidade"¹⁹

Havia, por outro lado, muitos bairros em que a luz chegava a algumas casas e a outras não. Pelo contrato de concessão celebrado pela Light com o governo federal, que remontava a 1917, era facultado à Cia cobrar pela instalação dos postes, dos cabos, dos fios, sempre que não fosse assegurado o retorno mínimo de consumo, por parte da comunidade beneficiada.

Assim, alguns moradores cotizavam-se, em "listas dolorosas", para conseguir a melhoria para as suas casas e ruas. Mas muitas outras permaneciam sem iluminação. São casos e mais casos relatados pelos vereadores. Como, por exemplo, o de Vila Baruel, comentado por Jânio:

"Vila Baruel Não tem luz. Não tem luz? Enganei-me. Vila Baruel tem luz, em cinco ou seis casas, situadas no centro da vila, no coração da vila ... em plena Vila Baruel estão os postes da eletricidade. Junto da pequena habitação do trabalhador, a menos de dez metros dessa habitação e dele partem os fios que, tocando os telhados da pobreza, levam a corrente ao lar dos afortunados..."²⁰

Outro aspecto da questão era o da iluminação pública. Ao contrário da iluminação domiciliar, neste caso o serviço resultava em ônus para os cofres da Prefeitura e a discussão voltava ao âmbito da administração municipal. Neste caso, retornava a polêmica entre as ruas oficiais e as não oficiais. Por isso, o Jardim da Saúde não tinha iluminação pública, nem Indianópolis. Como grande parte dos loteamentos era clandestino ou semi clandestino²¹, esta deveria ser, pelo menos para os bairros periféricos, praticamente a regra geral. Iluminação somente em algumas ruas, oficializadas e trevas nas demais. Era o que Jânio chamava de "abandono oficial".

Os loteamentos clandestinos, por sua vez, eram fruto da ação dos "tubarões loteadores", que, sobretudo nas décadas de 30 e 40, vendiam terrenos sem qualquer infra-estrutura. Muitas vezes, terrenos que a princípio eram destinados a praças e ruas acabavam também por ser vendidos e por isso as ruas consideradas "particulares" não deviam receber equipamentos e serviços públicos e entre eles estava a iluminação²². No entanto, como reparava Jânio, a clandestinidade de ruas e bairros não poupava os seus moradores da cobrança de impostos territoriais.

Como vereador da oposição Jânio politizava a questão, e reivindicava os direitos dos munícipes aos serviços que deveriam ser prestados à comunidade. Como político estreante, o jovem vereador

encontrava a ponta de um fio de novelo que ainda o levaria muito longe. Uma grande identidade de interesses uniria o excêntrico Jânio Quadros à periferia paulistana, que o elegeria prefeito em 1953 e desta vez sim, seria quase por aclamação.

Vila Maria

Para a historiografia e para a tradição política, Jânio Quadros teve sua origem política no bairro de Vila Maria, zona norte de São Paulo. Sobre Vila Maria, já dissemos que foi o bairro que, na opinião do geógrafo Azis Ab Saber, escolhera mal a sua própria origem e localização. Fruto do "equivoco", o bairro, não obstante, foi o que mais cresceu no período intercensitário de 40 a 50, passando de 15 257 para 54 300 habitantes (um acréscimo de 255% em 10 anos)²³.

Segundo Jânio, era uma "zona densamente povoada, numa cidade que surgiu na cidade, cheia de casas de comércio, fervilhando de operários diligentes", muito embora fosse também "um lamaçal intérmino, um pântano sem fim". Seria uma longa penitência. Jânio Quadros visitava-o constantemente. Em setembro de 1950, às vésperas de sua eleição para deputado estadual, esteve lá mais uma vez, para constatar que tudo continuava como sempre:

"A avenida Guilherme Cotching parece uma esterqueira. Horroriza, apavora, produz engulhos. Nojo. Deus do céu; há-de ser tudo, exceto uma avenida e a única em Vila Maria e a única transitável!"²⁴

Os problemas mais sérios eram de ordem sanitária:

"Vasam ao longo da artéria as fossas e canalizações, de mistura com lama de fétido intolerável. Apodrecem ... águas enegrecidas ... não existe poço que não esteja contaminado. Basta deitar um balde a um deles

e sobe um líquido de cheiro e gosto indescritíveis, no qual as larvas, os insetos, os corpos mais asquerosos são visíveis a olho nu..."

"... perguntei porque em parte alguma morrem tantas crianças como em Vila Maria. Os índices fazem tremer. Perecem recém nascidos no bairro, em grandes multidões. Em verdadeira hecatombe. Em verdadeiro desastre, em legítima calamidade...." ²⁵

Por outro lado em Vila Maria como na maioria dos bairros periféricos, as ruas eram descritas como quase intransitáveis:

"o calçamento ... é uma indecência ... e vencê-lo uma temeridade. Para evitar os excrementos, a porcaria, os entulhos ... rolam por ele ônibus, caminhões, carros de passeio e carroças, disputando a passagem aos pedestres, com atropelamentos, com mortes ... uma rua inacessível, onde atolam animais de tração...."

Finalmente, o vereador protestava: "ninguém entra ou sai do lar a não ser chafurdando nessa infâmia da municipalidade, nesse documento irresponsível da incompetência, da desídia, da indiferença, da apatia criminosa dos poderes públicos...." ²⁶

A situação do bairro de Vila Maria, a se confiar nos debates na Câmara Municipal, não era, apesar da desvantagem geográfica, muito diferente da de dezenas de bairros periféricos da Capital. Muitos deles viviam, como já vimos, uma situação surrealista. Existiam de fato mas não eram oficiais. Além disso, o rodoviarismo nos anos 40 era coisa recente, as estradas não eram feitas para o trânsito e só poucos afortunados tinham automóvel de passeio.

Pelas dificuldades de trânsito e de acesso, a maior parte da periferia paulistana estava de fato ilhada, segregada. Dezenas de relatos descrevem a situação, que era tão comum, que para o pesquisador

até soam como repetição:

À vila Anglo Brasileira não há possibilidade de acesso. Ninguém chega a essas casas de comércio, ninguém chega a essas casas de família, exceto o distribuidor de avisos de impostos²⁷.

"Vila Morais fica em São Paulo", dizia ainda o vereador, "Se V. Excia. tiver dúvidas, qualquer lançador de impostos comprovará a afirmativa... residem em Vila Morais milhares de operários, operários de verdade, desses que labutam de manhã à noite no trabalho braçal; pois não têm condução... O loteamento infame segregou Vila Morais e a menos que seja desapropriado um lote, nunca os moradores de Vila Morais dirão adeus ao candeeiro..."²⁸

Ou ainda: "nenhum dentre V. Exas. chegará a Vila Guilhermina à noite ou em dias chuvosos, porque ela, no momento, é inatingível... deve apanhar um prático, um piloto, como os navios ao se aproximarem de determinados cais... eis que graças a esse prático um veículo se aventura pelo que se convencionou chamar de rua e logra atingir as moradias do operariado..."²⁹

Alteram-se os nomes de bairros e vilas, permanecem os mesmos relatos. Os de Jânio Quadros parecem visar um endereço preciso: as populações segregadas. O vereador não se detinha em considerações doutrinárias, como fazia Cid Franco e nem mesmo em análises sociológicas. Tratava os temas plasticamente, mobilizando imagens. Os elementos se repetiam: o proletariado segregado, privado de direitos. O isolamento geográfico correspondia à privação dos bens que deveriam ser

comuns à civilização. Da civilização, a única figura comum era a do cobrador de impostos: desigualdade de direitos, igualdade de deveres.

Tão pacífico era o fato de que muitos bairros eram inacessíveis que a maioria dos serviços de coleta de lixo eram feitos com veículos a tração animal³⁰. E não poderia ser de outra forma, conforme argumentava o vereador pessepista Ermano Marchetti, já que os muares foram comprados para as zonas onde o caminhão não podia trafegar.

Por outro lado, não era em todos os bairros que o lixo era coletado. Segundo o pessepista Cantídio Sampaio, as leis municipais demarcavam com precisão o perímetro onde devia ser feita a coleta, que não incluía, por exemplo, o bairro de Vila Guilherme, visitado por Jânio Quadros, a pedido dos moradores, para que pudesse ver o "espetáculo" do lixo "defronte das residências e em toda a extensão das vias públicas"³¹.

A deposição do lixo nas ruas não era, ainda, o único problema sanitário dos bairros de São Paulo, como já vimos no caso de Vila Maria. As populações se serviam de água de poço e os lençóis d'água, em grande número de bairros, estavam poluídos, contaminados. As fossas extravasavam e os esgotos corriam a céu aberto. As populações das vilas conviviam, portanto, com o mau cheiro dos esgotos e dos detritos acumulados e com nuvens de insetos.

Em Indianópolis, conforme o depoimento do vereador do PSD, José Cyrillo (oposicionista na Câmara de maioria ademarista)³² os moradores serviam-se de água de poço pouca profunda, por não possuir rede de água encanada... os córregos sofriam a infiltração de líquidos das valas de esgotos e das águas poluídas e perigosas, provenientes das fossas... os moradores só conseguiam água para beber quando se distanciavam muito da zona central do bairro, nas proximidades do Clube Sírio Libanês³³.

Adiante, o vereador alertava para o risco da propagação do tifo, que estaria fazendo vítimas em Vila Galvão, conforme constatara a imprensa, apesar de que a epidemia estava sendo negada pelo serviço de profilaxia do Estado. O jornal A Hora surpreendeu um grupo numeroso de crianças que seguia em direção à farmácia São Pedro, no bairro de Vila Galvão, onde um cartaz afixado anunciava: vacina-se contra tifo.

Enfim, todos os depoimentos se pareciam quando se tratava de descrever os sofrimentos dos bairros periféricos de São Paulo. "A vida em Vila Formosa", recitava Jânio, "é tormento que Dante esqueceu na capitulação dos suplícios infernais" ... não tem água, não tem luz, não tem esgoto, não tem pavimentação, não tem assistência. Se V Exas desejarem, pronuncio mais alguns não esparsos, para que, imaginado outros benefícios da coletividade social, possam empregá-los para negar a sua existência

Jânio Quadros não era o único vereador a se ocupar destes temas, mas nos parece que tinha rara habilidade em atrair para si com sua oratória e sua atividade, sentimentos de identidade. Sabemos que com três anos de atividade parlamentar, ele multiplicou por dez o seu contingente inicial de eleitores.

Nos discursos de Jânio, como já vimos, havia elementos que sempre se repetiam. O fato de que, como dissemos, ele trabalhava com imagens, também é outro fator que aproxima o seu discurso daquele utilizado pela Igreja Católica³⁴. Através delas, ia criando laços de uma identidade imaginária com a qual reunia aqueles a quem endereçava a sua fala.

Os moradores de Vila Formosa, por exemplo, eram "municipes pobres, pobres sim, mas diligente e idealistas ... gente simples, das ruas e das praças, do estribo dos bondes, das filas dos cinemas de bairro ... essa gente que as fábricas, as usinas, despejam à hora do

almoço, em borbotões, na rotina hereditária do trabalho humilde"³⁵.

Até aqui vimos como Jânio se fez popular, tratando de determinados temas que envolviam o seu trabalho parlamentar. Da atenção que dispensou às condições de moradia dos trabalhadores dos bairros periféricos de São Paulo, na sua luta por um lugar na cidade, em condições que Quadros definira como de acesso à civilização.

O vereador não se furtava em acentuar a situação de classe implícita na condição de morador da periferia. Falava sempre dos "lares proletários", das "casas do operariado", dos bairros em que vivam os "operários de verdade". A fala de Jânio lembra o que dizia Jacques Rancière, quando afirmava que certos discursos faziam questão de prender o trabalhador 'no seu lugar', ou seja, na sua classe, colando no seu ser uma identidade da qual ele não poderia se despir. Ele só seria um "operário de verdade" quando encarnasse, sem contradições e sem reservas, esse pretense corpo coletivo³⁶.

Mais adiante³⁷, tentaremos esclarecer de quem Jânio tratava quando se referia à gente simples do estribo dos bondes; essa gente para a qual ele tecerá uma identidade imaginária, o que não deixava também de ser uma forma, ao nosso ver, de colocá-los "no seu lugar". Estes personagens, que povoavam os discursos do parlamentar, eram os que lhe enviavam abaixo-assinados e lhe transmitiam suas queixas: sobre o tratamento prepotente e arbitrário dos chefes, sobre as condições de trabalho penosas, sobre salários atrasados, horas-extra não remuneradas, feriados trabalhados sem remuneração.

Jânio dedicava-se a uma atividade "infrené", segundo ele mesmo, "desde a manhã até altas horas da madrugada" para atender aos reclamos que pediam sua intervenção. Os tempos eram difíceis e muitas vezes

havia sido silenciadas. O silêncio dos outros, a tribuna parlamentar e o jornal A Hora emprestaram à sua voz condições de especial ressonância no quadro político da época. Pequenas histórias e lutas subterrâneas criaram a grande corrente de apoio que veio à luz em março de 1953.

Dissonância

Na opinião do jornalista Elias Chaves Neto foram os lixeiros de São Paulo e José Américo de Almeida que derrubaram o Estado Novo³⁸. Diante das condições de trabalho duríssimas e dos baixos salários do final da guerra, os lixeiros deixaram, um dia, simplesmente, de recolher o lixo, permanecendo em suas casas. No final do terceiro dia de greve foram chamados pelo então prefeito Prestes Maia para a negociação, num fato inusitado, que quebrou a lei anti-greves do Estado Novo que igualava os movimentos grevistas à insubordinação militar.

Coincidentemente, ainda segundo Chaves Neto, nestes dias aconteceu a entrevista de José Américo de Almeida no Correio da Manhã que, como vimos, deitaria por terra a censura à imprensa. Na verdade, como já destacamos no capítulo anterior, pressões de várias origens faziam o governo estadonovista ceder e as mobilizações populares aconteciam, sem que houvesse condições para uma repressão eficaz. A anistia, o fim da censura à imprensa, a criação de novos jornais, os grandes comícios e as greves, tudo isto aconteceu quando Getúlio Vargas ainda estava no Catete.

O governo Dutra, no entanto, reuniria condições políticas para levar à frente uma prática muito mais dura contra os movimentos sociais, apesar de seu caráter de governo constitucional. Durante o exercício do seu mandato, a repressão política seria muito mais forte do que a que

existia em 1945, quando as liberdades públicas haviam sido recuperadas de fato.

Como símbolo desta situação irônica, temos o caso dos próprios lixeiros paulistanos. Eles retornaram à greve em fins de 1947, quando Adhemar de Barros já era governador e os prefeitos eram de sua indicação. Desta vez, não houve negociação. Soubemos por Jânio que:

"Houve na limpeza pública um princípio de parede. Alguns lixeiros rebelaram-se contra esta condição de eternos mendigos e sofreram o competente processo criminal, rígido, rigoroso, com o dr. Delegado a presidi-lo, para acabarem na Cadeia Pública"³⁹. Não seria o único caso, como adiante veremos.

Outro fator que por si é revelador das condições políticas da época foi o que aconteceu a Eduardo Dias, um militante operário do Alto da Moura, autor de um livro de memórias que relata suas experiências e as condições políticas do seu tempo⁴⁰.

Durante dez anos militara no Partido Comunista, durante o governo Getúlio Vargas. Nunca fora preso; distribuía jornais, arregimentara adeptos, participava de manifestações pelo fim da ditadura. Era espanhol de nascimento. Em 1946 foi chamado ao Dops e processado por ser ao mesmo tempo estrangeiro e comunista. Foi sumariamente expulso do país. Em consequência, teve que passar a viver, em plena época da legalidade do PC, na clandestinidade, no interior do Estado, usando identidades falsas.

As condições políticas nacionais, portanto, apesar da democratização formal, eram adversas, para os militantes comunistas e para os movimentos reivindicatórios de uma forma geral e seriam agravadas, a partir de 48, com a cassação dos mandatos dos comunistas, o acordo entre os principais partidos conservadores e a campanha

anticomunista que se desenrolava no país e no exterior. Por isso, crescia em audiência as vozes dissonantes, como a de Jânio Quadros, que da tribuna denunciava os "golpes desferidos contra as liberdades".

A primeira sessão da Câmara Municipal de São Paulo já seria aberta dentro deste novo contexto e já sem a presença dos 15 vereadores comunistas eleitos pelo PST, cujos votos foram anulados por decisão judicial.

Nestes primeiros dias de janeiro, haveria uma série de episódios envolvendo a repressão policial. Numa cadeia de fatos, as oficinas do jornal comunista Hoje foram invadidas pela polícia, com tiros e bombas de gás lacrimogêneo e todos os que estavam lá trabalhando foram presos. E ainda cinco mascarados invadiram a sede do jornal A Hora, jornal popular antiademarista, empastelando suas instalações.

Reaberta a Câmara, houve apenas um protesto contra a decisão de anular os votos dados aos candidatos comunistas: o do vereador Cid Franco, profundamente hostilizado por seus pares, diante de suas declarações de que a Magistratura se colocara "a serviço do governo".

Todos os partidos da Casa foram beneficiados pela medida judicial que, anulando os votos dados ao PST reduziu o coeficiente eleitoral para os demais partidos e permitiu o crescimento das bancadas. A parte de leão caberia ao Partido Social Progressista, aquinhoado com 10 das 15 cadeiras do PST. Mas todos os partidos foram premiados, inclusive o Partido Socialista, que teve um suplente elevado à condição de vereador. Para Cid Franco, a postura do seu partido era diferente da dos demais porque "o vereador socialista está contrafeito, pronto para devolver o seu lugar tão logo seja modificada esta decisão".

Mas a decisão viera para ficar. Na Câmara Municipal, aos poucos,

os vereadores da UDN, do PSD, do PR, do PDC e do PSB formariam um grupo de oposição ao governo ademarista e aos prefeitos indicados por Adhemar. No curto espaço em que Jânio esteve na Câmara, de três anos, foram quatro os prefeitos nomeados⁴¹.

Neste contexto, surgiria Jânio Quadros, um vereador de oposição. Popularizou-se, como vimos, defendendo as populações da periferia. Combatia a corrupção e o câmbio negro. Defendia os trabalhadores e as liberdades constitucionais. Teria seu show e sua platéia. Subiria ao estrelato.

Os coveiros do regime

A atitude do governo Dutra diante das reivindicações operárias teria o mesmo parâmetro da que foi adotada no caso dos lixeiros, que já comentamos. Através dos Anais da Câmara, tivemos acesso ao relato de outros episódios, muito semelhantes ao primeiro. Melhor sorte que os lixeiros não tiveram, por exemplo, os condutores de bondes e ônibus e demais funcionários da CMTIC. O vereador Cid Franco contaria à Câmara que, no dia 12 de agosto de 1948 uma comissão de funcionários foi procurar a superintendência da empresa. Eram cerca de 20 pessoas, que foram presas antes de chegar aos escritórios da companhia. Nas imediações do sindicato da classe, foi armado um impressionante aparato bélico. Segundo Jânio Quadros, "dir-se-ia que estalara lá um motim, um motim de loucos, de famigerados. Eram operários reivindicando aumento de salários"⁴². Um mês depois, nove dos detidos continuavam na prisão.

No Natal de 1948, outro fato da mesma espécie. O petebista Anis Aidar fez chegar à Câmara a notícia de que, em São Paulo, um grupo de trabalhadores da Nitroquímica haviam entrado em greve "por não terem

sido aquinhoados com o abono de Natal. Chamada a polícia, "os próprios praças se encarregaram de promover a desordem", disse o petebista, já que "passaram a agredir indiscriminadamente a todos os cidadãos que se encontravam nas ruas".

Os ânimos já estavam exaltados naquela região. Poucos dias antes, na pequena estação de Carlos de Campos, houve tumulto e quebra-quebra, devido ao atraso de um trem. A reação policial, segundo Jânio, neste caso foi de "atirar indiscriminadamente na multidão, com o propósito incontestado de ferir, de derrubar"⁴⁹. Uma fotografia, levada por Cid Franco ao plenário, foi exibida como "prova do arbítrio": um policial civil, montando guarda na estação, dormindo na pontaria. O saldo dos conflitos foi a morte de um menor de 16 anos e várias pessoas feridas à bala.

As manifestações políticas mais visadas pela repressão eram, na verdade, as que pretensamente tinham inspiração comunista ou que eram claramente convocadas pelo PC. Este seria o caso do movimento pró-paz, a princípio legal, mas logo perseguido por Dutra sob a acusação de que se tratava de um movimento "quinta-coluna", de inspiração soviética. Jânio seria partidário do movimento, antes e depois da decretação de sua ilegalidade e na condição de vereador assinaria manifestos e compareceria às manifestações de rua. Em 1949, a recém criada Liga Pela Defesa da Constituição promoveu um comício no Anhangabaú, com manifestantes de várias tendências políticas. No momento em que tomou a palavra o representante dos comunistas, a polícia interveio para dissolvê-lo:

"Jânio Quadros", relata Elias Chaves Neto, "que iniciou sua carreira colocando-se ao lado das lutas populares, estava presente no comício, assim como o deputado Castro Neves. Assim que a polícia iniciou

o seu ataque, Jânio, com a habilidade de um gato, pulou do palanque e desapareceu na massa, nele permanecendo apenas Caio Prado Júnior, Castro Neves e um eletricitista, que não abandonou o seu material"⁴⁴.

Assim, poucos anos depois de decretada a anistia, Dutra enchia outra vez as cadeias com presos políticos. Pelo relato de Elias Chaves Neto, preso inúmeras vezes no período, muitos militantes entravam e saíam da prisão, permanecendo no cárcere por alguns meses. Alguns poucos chegaram a sofrer condenação judicial e a cumprir pena, como foi o caso dos lixeiros.

Algumas das ações repressivas do governo de Adhemar de Barros tiveram, em vários momentos, a feição de atividades clandestinas, gangsteristas, permanecendo, na versão oficial, como atividades de bandidos, sem apuração das culpas. Foram desta natureza os ataques sofridos pelo jornal A Hora. Como já dissemos, suas oficinas foram empasteladas nos primeiros dias de janeiro de 1948 por cinco homens mascarados. Toda a imprensa divulgou a versão do jornal sobre o episódio. Tratar-se-ia de uma represália política, urdida nos Campos Elísios. Em junho do mesmo ano, o editor e proprietário do jornal, Denner Médici, foi atacado pessoalmente, outra vez por cinco mascarados, na cidade de São Vicente.

As agressões, aparentemente, visavam a todos os desafetos do governador e não apenas a oposição de esquerda. Jânio Quadros citou na Câmara "delitos que são do conhecimento geral, como o atentado contra a residência do deputado Loureiro Júnior, as ameaças constantes que vem sofrendo o deputado Juvenal Sayon e o atentado contra a residência do deputado Auro Soares de Moura Andrade"⁴⁵. E o próprio Jânio declarou-se, na ocasião, vítima de uma tentativa de agressão, da qual conseguiu safar-se, que teria sido praticada também por homens mascarados.

Um dos casos mais rumorosos denunciados por Jânio, na tribuna, foi o "sequestro" de um grupo de pessoas que participavam de uma manifestação contra uma conferência de embaixadores norte-americanos no então Distrito Federal. A manifestação, convocada pelo Partido Comunista, foi um fracasso, porque reuniu apenas os seus próprios militantes. Ao final, vários manifestantes foram presos e recolhidos inicialmente no Corpo de Bombeiros, para depois serem colocados em dois vagões de trens da Sorocabana e deixados em estações distantes. Em um dos vagões, os policiais espancaram os presos durante o trajeto e a viagem foi um "pandemônio".

Segundo carta lida por Jânio em plenário, os presos começaram a ser postos para fora do trem em Assis, "portanto, a mais de 700 quilômetros da Capital, sem dinheiro, muitos deles, como o jornalista Elias Chaves Neto, em mangas de camisa e sujeitos a serem presos novamente, como salteadores de estradas"⁴⁶.

Vários outros casos, menos notórios, também chegaram ao plenário por intermédio do vereador pedecista, como o do operário João Bocalete, do Alto da Móca, que o procurou para denunciar a sua prisão, por investigadores do Dops, quando se encontrava numa confeitaria em Vila Maria e os espancamentos que sofreu naquela delegacia.

Na ocasião, maio de 1950, João Bocalete revelou a Jânio que já fora preso outra vez, sofrendo os mesmos maltratos, em setembro do ano anterior e que se confessava "simpatizante dos comunistas", mas não comunista militante, mas que esta não era razão que explicasse o comportamento "bárbaro" das autoridades⁴⁷.

Mais tarde, quando já era deputado estadual, Jânio tornou-se famoso por denunciar a morte em consequência de torturas de um padeiro, de nacionalidade portuguesa, um homem "agigantado", que foi preso e

e colocado num pau-de-arara por ter se desentendido no trânsito com um delegado de polícia. Em companhia do repórter Osvaldo de Benedictis, Jânio esteve no hospital para visitar o homem agonizante, denunciando o caso aos jornais e do plenário da Assembléia Legislativa.

A maioria dos casos de violência policial que eram denunciados, contudo, envolviam na verdade cidadãos comuns, que não estavam envolvidos em atividades de militância política. Eram violências praticadas contra presos comuns, indigentes e ambulantes, ou seja, contra a "gente pequena" e os "párias" da cidade.

"Quero protestar mais uma vez", dizia ele, "contra as arbitrariedades policiais que vêm atingindo humildes ambulantes, velhos e inválidos. Recentemente, a polícia apreendeu o amendoim de Francisco Ferreira do Nascimento, homem trôpego, de 89 anos, que vendia à praça João Mendes, ameaçando-o de prisão ... dias depois, a violência repetiu-se, levando os inspetores a pobre mercadoria, no valor de 70 cruzeiros, a cesta e o saco de estopa, de propriedade do ancião"⁴⁹.

Adotando uma posição de independência em relação a ambos os governos, estadual e federal, Jânio credenciava-se para apontar, para ambos, o fogo de suas críticas. Constantemente, denunciava os que chamava de "coveiros do regime" e alertava para o perigo que ameaçava a sobrevivência das instituições democráticas, quando afirmava que tinha a sensação de que falava no Parlamento pela última vez.

Constantemente, na Câmara Municipal, digladiavam-se os representantes do Partido Social Progressista e do Partido Social Democrático. Imputavam-se, mutuamente, pelas violências praticadas nas duas esferas da administração. Segundo Jânio, cada um dos dois governos bem podia "comer um ao outro ... porque ambos têm perpetrado, cada qual na sua esfera, os mais rudes golpes contra os direitos individuais...."

A rivalidade entre os dois governos, segundo o pedecista, não resultava em vantagem para "a multidão", porque, afirmava ele, "lá como cá a cadeia existe para ela, o aparelhamento estatal existe para ela, para que possa cair-lhe sobre a cabeça, onde quer que fale em liberdade, onde quer que fale em paz, onde quer que fale em fome"⁴⁰.

O Vereador, que dizia receber "a cada passo", operários de "costelas quebradas, olhos machucados e corpo ensanguentado, porque passaram pelo Largo General Osório", colocava-se assim, para os agredidos, como uma reserva de autoridade com senso ético e também como uma reserva de coragem, como observou Osvaldo de Benedictis, repórter do jornal A Hora, que o acompanhou, nesta condição, em algumas de suas cruzadas justiceiras.

Ele criava assim, para si e para os outros, sua própria imagem de "consciência da autoridade" e de justiceiro vigilante, refúgio dos fracos e dos injustiçados. Com esta imagem, conquistaria o coração da cidade.

NOTAS

1. A expressão é de Francisco Weffort, título do primeiro capítulo de O Populismo na Política Brasileira, pp 15 a 44.

2. O último prefeito eleito pelo voto direto foi Pires do Rio, que exerceu o mandato entre 1928 e 1930. Reeleito em 30, foi impedido de tomar posse, devido à nova conjuntura criada pela revolução de outubro. A cidade perdeu sua autonomia política, situação que deveria perdurar até 1953.

3. José Oswald de Andrade, Um Homem sem Profissão, sob as Ordens de Mamão.

4. A respeito da formação dos bairros operários de São Paulo, ver Juengen R. Langenbuch, A Estruturação da Grande São Paulo; Caio Prado Júnior, A Cidade de São Paulo, Geografia e História e Aroldo de Azevedo, organizador, A Cidade de São Paulo, entre outros.

5. Langenbuch, op. cit., p 131.

6. Ibid, p. 132, nota 3, citando Azis Ab Saber, "O Sítio Urbano de São Paulo" in Aroldo de Azevedo, organizador, A Cidade de São Paulo, v. I, capítulo 5, p 218.

7. Diário da Noite, 20 de janeiro de 1953.

8. José Oswald de Andrade, op. cit., pp 67 e 68.

9. Esta é a opinião manifestada por Langenbuch (op. cit., p 134). Também Oswald de Andrade menciona o fato de que, após a guerra, os terrenos em São paulo sofreram acentuada desvalorização.

10. Jânio Quadros, Anais da Câmara Municipal, 10/2/50.

11. O bonde foi inaugurado em São Paulo em 1900 e já cedo tomou posições "arrojadas" de servir a bairros afastados e ainda pouco populosos, o que de certa forma evidencia a sua ligação com interesses imobiliários. A este respeito diz Langenbuch que "a concessionária estendeu suas linhas a bairros isolados e mais afastados, atravessando grandes extensões não urbanizadas e que por algum tempo não poderiam garantir o transporte lideiro". Op. cit., p 84.

12. Os grifos são meus.

13. Oswald de Andrade, op. cit., p 48.

14. Jânio Quadros, Anais da Câmara Municipal, dia 24 de setembro de 1948.

15. Cid Franco, Anais da Câmara Municipal, 95a sessão, dia 5 de novembro de 1948.

16. Jânio Quadros, Anais da Câmara Municipal, dia 23 de agosto de 1950.

17. A Light era uma "unanimidade" na Câmara Municipal, atacada tanto pela oposição como pela situação. Os ademaristas estavam à vontade para atacar a empresa porque a companhia era subordinada diretamente ao presidente Dutra, considerando inimigo dos pessepistas. As críticas à Light eram atravessadas pelos sentimentos nacionalistas exaltados da época, que viam na empresa um inimigo alienista do progresso nacional.

18. Jânio Quadros, Anais da Câmara Municipal, dia 3 de maio de 1950.

19. Ibid, dia 17 de maio de 1950.

20. Ibid, dia 14 de junho de 1950.

21. Pelo menos, é o que se deduz do depoimento dos vereadores.

22. Dava-se a essa questão grande prioridade, na época. Discutindo o caso de Vila Bela, o pessepista Cunha Mattos afirmou que a primeira providência a tomar ali seria a oficialização das ruas. "Nesse sentido, procuramos o antigo proprietário dos terrenos de Vila Bela, senhor Francisco Canger, e já obtivemos desse nosso ilustre munícipe autorização para declarar que ele fará a doação das ruas". Em 1953, havia tramitando na Câmara Municipal um projeto de oficialização em bloco de todas as ruas da cidade que ainda não gozassem da condição legal.

23. Os dados são do Censo de 1950, que foram publicados no artigo

intitulado "O Novo Retrato", no Observador Econômico e Financeiro, n. 176, setembro de 1950.

24. Jânio Quadros, Anais da Câmara Municipal, dia 18 de setembro de 1950.

25. Ibid.

26. Ibid.

27. Jânio Quadros, Anais da Câmara Municipal, dia 10 de fevereiro de 1950.

28. Ibid, dia 13 de junho de 1950.

29. Ibid, dia 18 de setembro de 1950.

30. Sobre a coleta do lixo em São Paulo, Jânio discursou na Câmara Municipal. Ver Anais ... dia 25 de agosto de 1950.

31. Ibid.

32. O PSP e o PSD eram inimigos na Câmara Municipal, devido às relações difíceis entre Dutra e Adhemar. Os pedessistas era, portanto, naquelas condições, opositoristas intransigentes.

33. José Cyrillo, Anais da Câmara Municipal, 16 de abril de 1949.

34. Sobre o uso de imagens no discurso teológico, diz Roberto Romano que "a cadeia de imagens no discurso teológico é tão importante quanto o arrazoado explícito. Frequentemente, uma figura determinada envia a outra e o leitor desavisado não chega a captar a dimensão própria deste tipo de construção"... Romano, op.cit., p 41.

35. Jânio Quadros, Anais da Câmara Municipal, dia 6 de fevereiro de 1950.

36. A este respeito ver Jacques Rancière, A Noite dos Proletários - Arquivos do Sonho Operário, p 26.

37. Ver capítulo 3.

38. Elias Chaves Neto, Minha Vida e as Lutas do Meu Tempo, p. 67.

39. Jânio Quadros, Anais da Câmara Municipal, 3 de setembro de 1948.

40. Eduardo Dias, Um Imigrante e a Revolução, passim.

41. Neste período, os prefeitos foram Paulo Lauro, de 29/8/47 a 25/8/48; Milton Imbrota, de 6/8/48 a 31/1/49; Asdrúbal da Cunha, de 14/1/49 a 27/2/50 e Lineu Prestes de 28/2/50 a 31/1/51.

42. Jânio Quadros, Anais da Câmara Municipal, dia 27 de outubro de 1948.

43. Ibid, 24 de dezembro de 1948.

44. Elias Chaves Neto, op. cit., p. 115.

45. Jânio Quadros, Anais da Câmara Municipal dia 11 de agosto de 1948.

46. Carta lida por Jânio Quadros em plenário, sem citar o nome do autor, que foi um dos presos da manifestação. Anais da Câmara Municipal, dia 26 de maio de 1950.

47. Jânio Quadros, Anais da Câmara Municipal, dia 24 de maio de 1950.

48. Ibid, dia 7 de agosto de 1950.

49. Ibid, dia 21 de agosto de 1948.

CAPÍTULO 3

"A ECONOMIA MORAL"⁴ DE JÂNIO QUADROS

O general Eurico Gaspar Dutra chega ao Palácio do Catete em fevereiro de 1946, numa conjuntura econômica marcada - ao mesmo tempo - pela expansão dos negócios e pelo aumento da inflação. O país vinha de um surto industrial, ocorrido entre 42 e 45 e que fora alimentado, como vimos, por um lado pelo intercâmbio com o exterior (favorável ao Brasil devido à guerra) e por outro pela própria inflação.

A industrialização deste período provoca uma grande expansão das cidades, sobretudo do Rio de Janeiro e de São Paulo. Estas cidades vivem, neste período, de forma dramática, as dores do crescimento, com o virtual colapso do fornecimento de energia elétrica, com a falta d'água em muitos bairros, a insuficiência dos transportes e a crise no abastecimento dos gêneros de primeira necessidade.

A política seguida por Dutra para conter a inflação (a liberação das importações) teria o efeito de frear a alta dos preços a partir do segundo ano do seu mandato. Ao mesmo tempo em que promovia a famosa queima das reservas cambiais do país no exterior, o general presidente conseguiu manter a inflação a taxas de 5% ao ano entre 1947 e 1948.

A reorientação da política econômica adotada a partir de 1949 - o controle seletivo das importações - propiciaria a ocorrência de um novo surto industrial². Foram estabelecidas quotas diferenciadas de importação, que priorizavam a aquisição de matérias-primas e equipamentos, em detrimento dos bens manufaturados de consumo popular. A volta do controle das importações coincidia com uma alta de preços que tem, como ponto de partida, a valorização dos preços do café no mercado externo, que seria o prenúncio de uma nova alta generalizada dos produtos de exportação, provocada pela guerra na Coreia.

O Brasil viverá um novo surto industrial, entre 1949 e 1952. Os empresários serão beneficiados, mais uma vez, por um conjunto de medidas

e situações. As importações seletivas traziam para a indústria matérias-primas e equipamentos a preços constantes, ao mesmo tempo em que reduziam a concorrência dos produtos nacionais com os seus similares estrangeiros. Neste período, portanto, os empresários puderam colocar seus produtos no mercado com preços sempre ascendentes, ao mesmo tempo em que compravam, no exterior, com preços estáveis.

Segundo os dados de Celso Furtado, o nível de preços de importação no mercado externo cresceu em torno de 7% entre 1945 e 1950, enquanto os produtos manufaturados no país, preços de produtor, elevaram-se em 54%. A "capitalização" ou o enriquecimento do patronato industrial foi portanto uma constante neste período, entre o final do governo Dutra e o início do governo Getúlio Vargas. Furtado diz que não se pode negar que, para este enriquecimento, concorreu poderosamente a inflação, o que em outras palavras significava uma constante redistribuição de renda. Ele considera que seria, contudo, simplista atribuir somente à inflação o surto industrial que se verificou entre 1949 e 1952. Na sua opinião, o que aconteceu foi uma "apropriação", por parte dos empresários, principalmente dos industriais, de um parte crescente do aumento da produtividade econômica de que estava se beneficiando a economia, com a melhora das relações de intercâmbio externo.

Em apoio a esta opinião de Furtado podemos indicar a pesquisa de Armando Boito Júnior que revela que, no início do governo Vargas, a principal preocupação dos empresários organizados na Fiesp/Ciesp era a obtenção, junto à CEXIM, de guias de importação para a aquisição de matérias-primas, equipamentos e insumos industriais. A principal atividade "política" dos empresários era a de pressionar as autoridades para a liberação das licenças de importação. Periodicamente, eram

organizadas caravanas ao Rio de Janeiro, para solicitar as licenças diretamente ao ministro da Fazenda, Horácio Lafer³. Tudo isto parece indicar que, como opina Furtado, o intercâmbio com o exterior era por si só uma atividade lucrativa.

Também a revista Anhembi, tradicional opositora de Vargas lamentava, em setembro de 1952, que as "cambiais" fossem negociadas como moeda política. Dizia que "não há cambiais para os importadores que não estejam ligados, lícita ou ilícitamente, ao governo". Como exemplo de manipulação política citava o caso da importação de papel para livros que, segundo eles, "chegou a ser proibida porque um dos ministros do senhor Getúlio Vargas fabrica um papel que vende por um preço cinco vezes maior do que o importado da Finlândia"... mas "os comerciantes desonestos, associados a membros ou a amigos do governo importam o que desejam"⁴.

A "apropriação" de que falava Furtado, era percebida pela maioria da população como uma realização de lucros que não se podia justificar. O jornal A Hora, em editorial, comentava que "o comércio, a indústria e as classes conservadoras ... revoltam o povo com esta constante, incrível e contraproducente prática de arrancar lucros estratosféricos de quem já não ganha o elementar". Dizia também o texto que "há uma corrida infrene ao enriquecimento, que precisa ter paradeiro de qualquer maneira, antes que seja tarde demais"⁵.

Este enriquecimento sensível e acelerado começa a ter o seu ritmo diminuído a partir de 1953, segundo Furtado, porque debilitaram-se os estímulos externos. Já em 1952, a indústria têxtil, a maior empregadora entre os ramos industriais da época, fazia demissões, que segundo o sindicato patronal deviam-se à crise da energia elétrica e à dificuldade para importar. A dar-se crédito às informações prestadas

pelos representantes dos patrões, havia 91 167 tecelões em São Paulo em 1953, quando haviam sido 105 252 em 1951⁶.

Se o ritmo de crescimento da indústria diminui, o mesmo não se passa com o crescimento dos índices do custo de vida. Vimos que em 1949 tem início uma elevação dos preços do café, que seria acompanhada, a partir de 1950, pela alta de praticamente todos os produtos de exportação. A história se repete. Ao acúmulo de divisas corresponderá um crescimento acelerado das importações, sobretudo de matérias-primas e equipamentos industriais que, como vimos, alimentará o surto industrial de 1949 a 1952. Logo o saldo se transformará em deficit, chegando, em 1953, à impressionante cifra de 1 bilhão de dólares⁷. Neste momento, Getúlio será forçado a um controle das importações e do câmbio, que forçará a desaceleração do ritmo de crescimento industrial⁸.

Internamente, as taxas de inflação voltam a crescer. Em 1950 e 1951 houve taxas anuais de 11%. Em 1952, a inflação atingirá os 21% ao ano. Em setembro de 1952, a revista *Ahmebi* relata que, em várias cidades do Rio Grande do Sul, "o povo, acossado pela fome, revolta-se e vem às ruas", enquanto o governo permanece "na mesma tranquilidade, na mesma incôsciência"⁹.

O editorial revela, por outro lado, que foram vários os motins por comida ocorridos no país, desde 1947. No Rio de Janeiro, por exemplo, "a miserável população dos morros desceu para Copacabana exigindo alimento nos bairros ricos ... em Belo Horizonte, repete-se o mesmo fenômeno em maior escala do que em São Paulo e no Rio. Acougues, mercearias e casas comerciais outras são queimadas em protesto demonstrativo de que a população está cansada de ser explorada ... depois, repetiram-se os motins em Uberaba ... a seguir em Curitiba..."¹⁰

Salários, preços e alimentos.

Em dezembro de 1951, Getúlio promoveu o segundo reajustamento do salário mínimo, desde que ela havia sido instituído em maio de 1940; o salário passou a cr\$ 1.120 em São Paulo. A categoria dos tecelões da Capital recebeu, em consequência da medida do presidente, um aumento de salários em janeiro de 1952, para acompanhar o novo valor do mínimo. Em março de 1953, o sindicato dos tecelões entregou à federação do patronato um pedido de aumento de 60%. Dois meses antes, os tecelões do Distrito Federal, encerrando uma longa jornada grevista que durara 48 dias, haviam obtido um aumento de salários da ordem de 42%¹¹.

A reivindicação dos tecelões paulistas foi considerada como "descabida" pelo patronato, que argumentava que, desde o último reajuste da categoria, a elevação do custo de vida fora da ordem de 19,07%. Os empregadores reconheciam, porém, que os índices de aumento dos gêneros alimentícios tinham sido superiores: 84% para o arroz, 85% para o feijão e 108% para a batata¹².

Desde os primeiros dias de 1953, os jornais informavam, em tom de alarme, sobre a escassez de gêneros de consumo popular, sobretudo do arroz, que ocasionava a sua alta vertiginosa: "encontram-se completamente vazios os armazéns das grandes firmas atacadistas", dizia o Diário da Noite em 18 de janeiro. O repórter dizia-se surpreso com "a falta de sacaria de mostra na porta do estabelecimento, como é de costume" e esclarecia: "os comerciantes não têm o que vender, pois os armazéns de feijão e arroz encontram-se completamente vazios"¹³.

A situação agravava-se com o passar dos dias. No dia 21, o Diário informava que "as reservas de arroz escoaram-se definitivamente" e que o produto faltava em todo o país. Afirmava que os melhores tipos, o

amarelão e o blue rose, já haviam atingido o preço de 500 cruzeiros a saca, mas que "os dois preços mencionados são apenas para negócios virtuais, porque não se registram compras nos últimos dias, por absoluta falta do produto"¹⁴.

Dizia ainda o Diário da Noite que "os profiteurs estão fazendo rios de dinheiro, na capital e no interior, especulando com um produto essencial na mesa do pobre". A escassez era tamanha que o arroz de boa qualidade já estava custando 600 cruzeiros (dia 27/1) pagos 'por fora' e que era vendido "por favor, exclusivamente a velhos clientes"¹⁵.

No dia 2 de fevereiro relatava-se, finalmente, que "muitas firmas não têm grãos de arroz em seus depósitos", porque o produto não chegava mais a ser descarregado. Retirado da estação ferroviária ele era "imediatamente distribuído aos clientes varejistas, aos hotéis, pensões e hospitais que o estão esperando". A situação, dizia o jornal, era inédita e nunca se tinha visto algo semelhante.

Toda esta onda altista e as operações especulativas aconteciam à revelia da Cofap, que estabelecia "preços tetos" para a venda dos produtos. Até março, quando acontecem as eleições municipais e a greve geral, a situação permanecia inalterada e era atribuída à estiagem. O governador Garcez se põe a campo à procura de gêneros mas com pouco sucesso. No Correio da Manhã, do Distrito Federal, comentava-se que o governador de São Paulo enviara "agentes de sua confiança" à procura de arroz no Brasil Central, mas eles nada encontraram. Em fevereiro, com grande estardalhaço, Garcez anunciou a chega a São Paulo de arroz do Rio Grande do Sul, que seria vendido na Capital com preços tabelados pela Coap. Mas a iniciativa teve fôlego curto e os jornais logo denunciaram que o arroz assim vendido era "quirrela"¹⁷.

À escassez do arroz seguiu-se a do feijão. O Correio da Manhã de

22 de fevereiro de 1953 noticia que o presidente da Coap de São Paulo, Plínio Cavalcanti, havia obtido do Ministério da Fazenda 24 mil sacos de feijão preto que seriam repassados à população paulistana através da Prefeitura. O feijão preto seria vendido a cr\$ 150,00 a saca, o que permitiria que a população paulistana o consumisse a cr\$ 2,50 o quilo. Não sabemos se a operação foi concluída e qual o seu alcance, mas o mesmo Correio da Manhã, ao comentar o resultado das urnas de 22 de março, informa que, no dia do pleito, o feijão já era vendido em São Paulo a cr\$ 18,00 o quilo e o arroz, quando encontrado, custava cr\$ 14,00.

Apesar dos surtos industriais que se tinham verificado, de 42 a 45 e de 49 a 52, a indústria têxtil paulista, ao discutir aumentos de salários com os seus trabalhadores afirmou que seria muito difícil fazer concessões, porque a indústria operava com dificuldades. Segundo eles, a crise de energia elétrica e a dificuldade para importar matérias-primas, além do "custo elevado da mão-de-obra" fazia com que as tecelagens paulistas sofressem dura concorrência das congêneres nordestinas, onde, justamente, os salários eram inferiores. A média salarial dos tecelões, segundo o próprio sindicato patronal, era de cr\$ 1 584 por mês, quantia, portanto, apenas um pouco superior ao salário mínimo.

Nesta ocasião, no Diário da Noite, o jornalista João de Scatimburgo, conservador, insuspeito de adesão a idéias radicais, afirmava que as revoluções se preparavam em conjunturas como aquela e que o seu fermento era "a fome que aumenta". Scatimburgo, argumentava que "os estômagos são inaplacáveis, com o feijão a 9,50 e o arroz a 14,00 cruzeiros o quilo. A revolução", continuava, "se processa no balcão das vendas, na caixa das mercearias, nos fogões onde o lume não

pode arder para cozinhar o alimento que nutre, embora mal"¹⁸.

Scatimburgo, um jornalista admirado por Jânio, dizia ainda que "os homens do governo, os burocratas de alto padrão, industriais e comerciantes não fazem idéia do que é hoje a vida do pobre". Dizia ainda que os gêneros como o feijão, o arroz, as batatas, "essa coisa prosaica mas indispensável", haviam se tornado proibitivos e que crescia a desproporção entre o salário do pobre e as suas necessidades.

Para ele, a situação só era favorável "aos sibiritas e aos revolucionários, porque introduzem, nas anomalias da conjuntura, a cunha falsa do marxismo e as seduções das ditaduras totalitárias". Os culpados por produzir aquela situação "anômala" eram: o liberalismo econômico, a divisão da sociedade política em partidos e a representação partidária nas câmaras; eram os males que contribuíam para desorganizar a nação, provocando, entre outras coisas, a alta de gêneros.

Scatimburgo deplorava, finalmente, que as revoluções fossem preparadas "pelas falsas idéias a respeito da democracia, do exercício da deputação e sobre a organização política da Nação"... Via em tudo uma consequência da "partidocracia" e das "câmaras aviltadas", rebaixadas a interesses inferiores", como acontecia, na sua opinião, na Assembléia Legislativa de São Paulo (de maioria pessepista), onde, dizia, tinham assento "negocistas de projetos de lei" e "corruptores do regime".

Na concepção do jornalista, a crise econômica, que estava disfarçada no esbanjamento, no desperdício e nos gastos perdulários dos ricos, tinha como pano de fundo o prevalectimento de uma concepção de vida que fazia do homem um utilitário, preocupado tão somente com os seus próprios interesses.

Neste caso há um típico exemplo da idéia de economia moral, em termos bastante próximos dos que eram constantemente manifestados por

Jânio, que via nos problemas econômicos do país uma consequência da irresponsabilidade social dos privilegiados. Está claro também um certo substrato de autoritarismo, quando se deplora a existência das câmaras corruptas, resultado da (má) escolha popular.

Ainda sobre as condições de vida das classes populares neste início de 1953, há outros depoimentos que atestam que elas eram vistas como particularmente duras, pelo menos para os padrões que podiam ser considerados como aceitáveis. Outro órgão insuspeito de adesão a teses operárias, o jornal O Estado de São Paulo, durante a longa greve de março e abril de 1953, solicitava aos empresários que concedessem aumentos de salários, ainda que à custa de "sacrifícios temporários", tendo em vista a situação de penúria em que viviam os trabalhadores. O Estadão pedia aos patrões que não dessem ao presidente Vargas o pretexto que ele esperava para intervir nos "problemas de São Paulo".

Engorça

Tratamos aqui destes problemas que afligiam os trabalhadores neste início de 1953 porque queremos situar Jânio Quadros neste cenário e mostrar como ele participava deste diálogo, sobre a produção da riqueza e das dores do Brasil e de São Paulo em particular.

Reiteradas vezes temos falado do tratamento que ele dirigia aos industriais (ricos, plutocratas, privilegiados) porque era a sua forma de se colocar ao lado dos que representavam "o tostão", embora, em nenhum momento ele se identificasse de fato com eles; a sua adesão "aos pobres" era uma adesão moral, àqueles que, escorraçados na vida, herdariam o reino dos céus.

Em março de 1952, como deputado, ele protestava contra a

suspensão de uma portaria que teria sido retirada pela Coap quando já estava na Imprensa Oficial para ser publicada. Dizia respeito ao comércio e à produção de cimento. A suspensão se deu pressões claramente confessadas do senhor J J Abdalla, proprietário da Cia de Cimento Perus.

Abdalla, ex-secretário do Trabalho, Indústria e Comércio do governo de Adhemar de Barros e deputado federal pelo PSD era, segundo Jânio, "uma das figuras mais temíveis dessa danosa plutocracia emergente das ruínas guerreiras, que dissemina males mais graves que a própria guerra, porque desmoraliza os governos e escandaliza os povos"¹⁹.

Segundo a denúncia de Jânio, os fabricantes de cimento mantinham a sua produção em níveis inferiores aos da demanda (900 mil sacas mensais, quando o consumo, só na Capital, era de 600 mil) como um artifício para tornar o produto escasso e o câmbio negro atuante. Como consequência, Jânio dizia que que, "uma vez que a repressão inexistente para os "onipotentes deputados do poder econômico" o câmbio negro se tornava legal, o que contribuiria para "sustar nosso engrandecimento, tolher nossa expansão, por no desemprego nosso proletariado, ferir as atividades fabris correlatas e enxovalhar a autoridade democrática", tudo isso para que "os Abdallas continuem na engorda, devorando, no apetite sem termo, a gente e o governo da República"²⁰.

Em Abdalla havia uma certa coincidência de situações para torná-lo um caso típico. Enriqueceu durante a guerra, por processos pouco convenientes e conseguiu se colocar em excelente posição em relação à máquina do Estado. Era inclusive membro do PSD, partido que, em São Paulo, reunia o empresariado de origem perrepista, com tradição política, apesar de ser "um turco", um novo rico. Isto, por outro lado, talvez tenha contribuído para tornar mais estreitas as suas relações com

Adhemar, de quem foi secretário do Trabalho.

Outro secretário de Adhemar também enriquecido durante a guerra e o Estado Novo e que notoriamente se valia de processos corruptos em seus negócios era Hugo Borghi, um dos líderes do queremismo, figura de destacada atuação política. Foi secretário da Agricultura de Adhemar, candidato a governador em 1947 e uma das figuras mais desprezadas pela elite política tradicional, por ter sido considerado um dos responsáveis pela derrota do brigadeiro Eduardo Gomes nas eleições presidenciais em 1950²¹. Este sentimento de desprezo em relação aos empresários novos ricos, aos sonegadores e especuladores tomava dimensões maiores quando se tratava de especulação com gêneros alimentícios. Neste caso, as implicações morais eram claramente colocadas, com muito maior emotividade, como no caso, por exemplo, da manchete do jornal A Hora, de finais de 1950, citada por Jânio Quadros e por ela endossada da tribuna: soltem o açúcar, canalhas!

Desde 1948, quando assume a cadeira de vereador, Jânio travou uma polêmica dura com os atravessadores ou intermediários do Entrepasto de Gêneros de São Paulo, da rua da Cantareira, que estavam ali estabelecidos de longa data e cuja presença naquele estabelecimento municipal era, segundo o próprio Jânio, amparada em posturas, ou seja, legal.

Os atravessadores conseguiram monopolizar a produção de verduras e legumes devido aos privilégios que detinham, como comerciantes estabelecidos. Segundo Jânio, "à 1h30, quando o Entrepasto é franqueado, somente têm acesso a ele os que possuem bancas e aí os atravessadores, entrando à hora da verificação das quantidades que chegam, adquirem, muitas vezes, a totalidade de determinados produtos, passando a

governar-lhes o custo com absoluta liberdade".²²

Eles que "não produzem nem distribuem" eram os que transmitiam as mercadorias e seu respectivo valor a terceiros, ou seja, a quitandeiros, proprietários de carrocinhas e de mercados dos bairros". Em outubro de 1948, Jânio e o pessepista Brasil Bandecchi, que integravam a Comissão Municipal de Preços, encaminharam um projeto de lei à Câmara expulsando sumariamente do Entrepasto da Cantareira os que não pudessem comprovar sua condição de produtores, ou seja, de agricultores sitiante ou chacareiros.

A simples apresentação deste projeto motivou o surgimento "milagroso", da ACEG - Associação dos Agricultores e Comerciantes do Entrepasto de Gêneros de São Paulo - que para o vereador nada mais era do que "uma reunião dominada e presidida pelos atravessadores, cuja nocividade à bolsa do povo constatamos 'in loco'".

Dois meses depois da apresentação do projeto, Jânio discursava outra vez sobre o problema do Entrepasto, dizendo que estava disposto a denunciar "o caos bíblico" que ali se instalara, a despeito das tentativas de suborno de que dizia ter sido alvo, por parte de alguém que se apresentara a ele ("um senhor Antônio, que eu não conheço") como presidente da recém fundada associação.

Afirmava o vereador que combatia a nocividade dos atravessadores "apesar de saber que a associação dos agricultores, na palavra do seu presidente, possui mais de mil associados, representando de quatro a cinco mil pessoas (era um colégio eleitoral, como observara a Jânio o comerciante) e já arrecada de 11 a 12 mil por mês, apesar de somente despende 7 mil...".²³

Quadros denunciou também, nesta ocasião, que a Associação constituíra, como advogado, ninguém menos que "o professor Miguel

Reale, figura exponencial do Partido Social Progressista, membro do diretório regional daquele partido e ex-secretário de Estado. Este o patrono que os atravessadores obtiveram", dizia, "ao custo de 4 mil cruzeiros mensais e o assunto não admite contradita, porque tenho em minhas mãos já um recibo dos honorários do professor Miguel Reale, neste valor, referente ao mês de outubro do corrente ano... "24

Jânio denunciou, também, na mesma ocasião, que os próprios atravessadores estavam sendo vítimas de chantagem, por parte de pessoas que ofereciam "proteção" para o exercício de suas atividades. Segundo Quadros, depois da apresentação do seu projeto de lei ... o pânico que se estabelecera no entreposto ... tomou proporções de temor indescritível" e daí surgiu, sem que se soubesse como "a figura protetora de Otávio Júlio Silva, funcionário do Ministério da Agricultura, a receber dinheiro dos atravessadores para beneficiá-los... "25

Apesar do "temor indescritível" e do projeto de lei, sabemos que a atividade dos atravessadores da rua da Cantareira continuou normalmente, a ponto de que, em 1952, Jânio considerasse o entreposto como "a praça forte" da sonegação e solicitasse à Coap que ousasse atravessar "aquela porta estreita de que fala a Bíblia" para libertar o povo daquele "grupelho".

Outras praças fortes sediavam o comércio negro perseguido por Jânio. Depois da rua da Cantareira, a cidadela mais atacada era a da rua Clélia, onde funcionava o Tendal Único, onde se realizava o comércio atacadista da carne. O Tendal era também um entreposto municipal e lá se estabeleciam os "marchantes", com casas de carne, que revendiam o produto para os açougueiros da cidade.

A produção de carne era insuficiente para abastecer a demanda, desde os tempos da guerra. Em 1. de fevereiro de 1950, quando ainda era

vereador, Jânio protestava contra "a quota de carne verde assinalada para a Capital de São Paulo, pelo Ministério da Agricultura", por ser "muito inferior às necessidades do mercado". Diante da escassez, Jânio perguntava à administração municipal quais as providências que seriam tomadas para "assegurar uma distribuição equitativa do produto pelos bairros da cidade e para combater, quer o açambarcamento pelas casas de carne, quer o câmbio negro"²⁶.

Durante todo o período que atua como parlamentar, como vereador e deputado, Jânio combate o câmbio negro da carne, que acontecia em cascata. O sistema de quotas permitia que os marchantes cobrassem ágio dos açougueiros que o repassavam à população. Como a carne tinha preços tabelados, primeiro pela CCP e depois pela COFAP, toda a atividade comercial do setor vivia na ilegalidade. A responsabilidade pela fiscalização do comércio da carne e do Tendal era da Secretaria da Higiene do Município, cujo titular era (desde 1948 e até 1952) o pessepista Paulo Ribeiro da Luz, um dos administradores mais duramente atacados por Jânio Quadros.

Como a atividade era toda viciada, pelo desrespeito às tabelas e quotas, proliferava a indústria da "proteção" à sonegação sob as mais variadas formas. Em dezembro de 1948, quando ainda funcionava a Comissão Municipal de Preços, Jânio apresentou um projeto de lei proibindo a circulação dos 'livros de honra', rifas e tómbolas, nas repartições públicas municipais em em "todos os próprios sob a administração do município". O projeto visava, particularmente, combater os livros de honra que circulavam no Tendal e que eram uma das formas usadas pelos fiscais e vendedores de proteção para extorquir dinheiro dos comerciantes

Os livros de honra eram subscrições que, em tese, deveriam se

destinar a obras filantrópicas e que eram, supostamente, patrocinadas por "damas ilustres de nossa sociedade, inclusive pela esposa do governador, dona Leonor de Barros". Jânio explicava que os livros eram levados aos comerciantes para neles subscreverem determinadas parcelas e que, para os açougueiros, a 'contribuição' mínima era de cr\$ 500,00²⁷.

No caso da carne, Jânio denunciava, ainda, em maio de 49, que estava "em formação um monopólio, sob a forma de exclusividade para o abate do fornecimento e sob a forma de revenda, nas famosas casas de carne, que o secretário da Higiene inaugura sorridente e feliz, e cujos proprietários elogia, chamando-os de colaboradores do governo" ele sentenciava que o Tendal era "um antro de marotos, onde campeia infrene o câmbio negro"....

Ao tempo de sua permanência na Comissão Municipal de Preços, Jânio preparava, com a colaboração de um promotor público, Paulo Texeira de Camargo, comandos, para surpreender os cambionegristas. Uma iniciativa semelhante havia sido tomada pelo deputado estadual udenista Juvenal Sayon. Segundo Jânio, os comandos estavam prontos para ser postos em ação quando ... "zás, o senhor Abdalla extinguiu a Comissão Municipal de Preços"....²⁸

Além do câmbio negro e da sonegação, a carne figurava nos discursos políticos sempre que a CCP e a CEP (e mais tarde a COFAP) autorizavam o reajuste das tabelas. Havia alguma comoção política sempre que os reajustes de preços se fixavam nos gêneros alimentícios de consumo popular. Um caso rumoroso, citado pelo pessepista Cantídio Sampaio, foi o aumento do preço do leite, efetuado em 1949. O aumento havia sido solicitado pela Faresp - Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo - e foi a princípio negado pela CCP; como consequência, o presidente Dutra exonerou os conselheiros contrários à

medida e o reajuste foi aprovado.

No caso da carne, tomamos conhecimento de algumas polêmicas que foram travadas em relação ao reajuste de suas tabelas ... Em maio de 49 relatava Jânio que ... "acudam-nos os céus, a sub-comissão da CEP decidiu elevar os preços da carne para nove cruzeiros e cinquenta centavos o produto de primeira e para quatro cruzeiros e cinquenta centavos o de segunda", que, completava, "era infame e nem cachorro come"^{2º}.

Cerca de um ano depois, em maio de 1950, já havia outra tabela a lamentar. Desta feita, já no último ano do governo Dutra, já se tinha em questão a existência das Comissões de Preços e no Senado já se votara a sua extinção.

Na Câmara Municipal de São Paulo a idéia da extinção da CEP encontrava apoio, sobretudo, na bancada udenista. O vereador Camilo Ashar dizia que as CEPs se mostraram incompetentes para baixar o custo de vida e só promoveram reajustes. Tiveram o poder, dizia ele, "de mudar a constituição do Zodíaco, colocando o povo sob o signo do tubarão". Para além do argumento de incompetência e corrupção que dominavam o órgão, havia, no vereador udenista, a defesa dos princípios liberais, já que propunha que, extintas as comissões "a normalidade de mercado se produza à custa dos efeitos da lei da oferta e da procura".

Em maio de 50, a CEP de São Paulo reuniu-se tendo em vista uma nova portaria da CCP, reajutando os preços da carne e fixando uma nova tabela para vigorar no Distrito Federal. Reunida para apreciar os novos valores fixados pela CCP, a CEP decidiu por também reajustar os preços em São paulo, só que em bases superiores às que haviam sido fixadas para o Rio de Janeiro, onde o preço de custo da carne era superior, devido ao frete. Foi um deus nos acuda. Jânio Quadros, do plenário da Câmara, dava aos fatos ares de finais dos tempos.

Segundo ele, valendo-se da portaria da CCP, a CEP decidiu "ultrapassar-lhe os limites da majoração, de forma abusiva, revoltante, execrável, levando o preço da carne, que é largamente consumida pela população, à casa dos 12 cruzeiros o quilo". O pessepeista Cantídio Sampaio, líder da situação, disse que havia sido aprovada uma "tabela tremenda" e que a entidade dos produtores, a Faresp, tinha conseguido realizar os seus sinistros propósitos.

Por outro lado, segundo Jânio, a comissão havia tido o "despautério" de enxertar na medida um inciso que liberava os preços dos miúdos. Insidiosamente, acusava Quadros, "lançou a permissão pela qual esses produtos, que vão à mesa do todo o proletariado, que representam o prato obrigatório das classes trabalhadoras, terão doravante o preço que melhor aprouver ao vendedor". Tratava-se para ele de pedir "um minuto de silêncio, em memória da respeitabilidade que a CEP deveria ter e já não tem".

Os preços dos miúdos haviam sido fixados em 1948, em tabela elaborada pelo vereador José de Moura, do PSP, em medida aplaudida por Jânio. Em 1950, a liberação dos miúdos parece ter sido uma medida particularmente impopular, considerada "uma indecência" pela maioria dos vereadores na Câmara e combatida até mesmo por jornais como o Estado de São Paulo.

De qualquer forma em 1952 essa liberação já não vigia. Em 11 de setembro daquele ano, um discurso de Jânio Quadros combatia outro aumento do preço da carne, da ordem de dois a cinco cruzeiros o quilo. O aumento atingia, pelo que se pode depreender do texto, a carne de primeira, já que o deputado denunciava também o desaparecimento, nos açougues, da carne de segunda e dos miúdos, dando a entender que eram as espécies que tinham os preços tabelados.

Sobre os miúdos, dizia Jânio também que eram "a comida do pobre, a única que lhe frequentava a mesa, mas já não se acham víceras no boi que, ajustado aos tempos, pôs de lado a melancólica necessidade de entranhas..."³⁰

A carne então posta à venda, "o que a gancharia mostra", dizia Quadros, tinha preços variando entre 22 e 32 cruzeiros o quilo, preços que dizia ele serem inacessíveis aos operários (às legiões tratadas com o salário mínimo) e à classe média, "oprimida no colarinho e na gravata". Comparando-se com os preços de 1950 a se confiar nos dados de Jânio, o produto teve alta de mais de 100% em dois anos, elevação, portanto, bem superior à do custo de vida no período.

Nos protestos de que fala a revista Anhembi, em editorial, justamente em setembro de 1952, os açougues são mencionados como alvo especial de fúria: o açougueiro tornou-se um salteador, o vendeiro um "ladrão", dizia Anhembi, acrescentando que "não há lei, não há polícia para eles"³¹. Considerando-se a linha editorial da revista, conservadora, antipopulista, com inclinações udenistas, percebe-se que a idéia de "preços de mercado" não se estabelecera ainda, com a respeitabilidade de que desfruta nos nossos dias.

Era nesta corrente de pensamento que Jânio se inseria. ao nosso ver, quando combatia a idéia da extinção das comissões de preços. Esta medida chegou a ser aprovada, no Senado da República, por ampla maioria, mas não chegou a ser concretizada durante o governo Dutra.

Acompanhamos, em maio de 1950, os debates sobre a extinção da CCP e de suas congêneres estaduais na Câmara Municipal, quando a tese de dar fim, pura e simplesmente, às comissões de preços era defendida pelo vereadores udenistas, secundados pela bancada do PSD. Contra esta medida estavam os pessepistas, liderados por Cantídio Sampaio e Jânio Quadros,

que acompanhava o líder do PSP na tese de que "estamos mal com elas e pior sem elas".

Cantídio Sampaio, oficial da Força Pública do Estado, vereador eleito pelos bairros da zona norte da Capital, figura de proa no PSP, defendia a tese de que a culpa pela alta dos preços não estava nas comissões, mas na atividade lobista dos empresários, que forçavam o governo Dutra a conceder aumentos dos preços das utilidades básicas.

Dizia ele que "as comissões da famigerada Faresp, que partem para o Rio de Janeiro, são recebidas pelo presidente da República como se representassem o povo de São Paulo e pudessem falar em seu nome e pedir o aumento do custo de vida, quando realmente representam os exploradores, os atravessadores, os verdadeiros criminosos responsáveis por este estado de coisas que atravessamos"... Ele dizia também que "tornou-se quase uma regra depararmos nos Diários Oficiais e pela imprensa em geral com os aumentos sucessivos nos preços das utilidades básicas". Finalmente, para Cantídio, não era possível dispensar as comissões de preços enquanto vivermos com essa carência de produtos, às vezes essenciais como a carne e o leite".⁹²

Os argumentos do passepista eram rebatidos pelo vereador udenista Camilo Ashar, que advogava a tese de que as comissões eram "contrárias ao interesse público", quando se vivia "em tempo de crise caracterizada pela deficiência da oferta em relação à procura e pela especulação desenfreada de comerciantes gananciosos".

Os argumentos de Ashar eram visivelmente mal costurados. Apesar do udenista reconhecer a deficiência da oferta e a "ganância" do comércio, ele afirmava que "é melhor extinguir as comissões de preços que nada fizeram em benefício do povo, fazendo com que a normalidade do mercado se produza, às custas dos efeitos da lei da oferta e da

procura". Parece claro que, em situação de escassez, dificilmente o mercado insituiria a normalidade esperada pelo vereador.

A favor de Ashar, aparentemente, estava a grande impopularidade que a CCP alcançou, já que os aumentos que pareciam como "tremendos" apareciam como obra sua, já que, formalmente, resultavam de suas decisões. Ainda segundo Camilo Ashar, a CCP era um "antro de incapacidade, de ineficiência, de corrupção" sendo ainda "inteiramente inútil e inimigo n. 1 da população"³⁹.

Por trás da polêmica, é possível divisar o debate liberalismo X populismo, presente na época. Neste ponto, Jânio Quadros defendia sempre uma posição "paternal", favorável ao intervencionismo do Estado em defesa dos mais fracos, contra a "ganância", a "especulação" e a "exploração", como na época eram tratados os aumentos abusivos de preços.

O debate não cessaria tão depressa. Extintas as CEPs e a CCP, surgiria, no governo Getúlio Vargas, a COFAP - Comissão Federal de Abastecimento e Preços - com poderes ampliados, já que passaria também a atuar na área de abastecimento de gêneros. O titular da COFAP, Benjamin Soares Cabello, sofreria duramente o desgaste de encabeçar o órgão controlador de preços numa época de inflação ascendente.

Em 1953, o jornalista João de Scatimburgo comentava os boatos de demissão iminente de Cabello e os justificava, dizendo que ele já estava sendo chamado de "para-raios da República". "A vida encareceu?", perguntava ele, "o culpado é Cabello. O abastecimento entrou em crise nos pequenos e grandes centros consumidores? Culpa do Cabello. O desapontamento popular ampliou a sua base abrangendo hoje área humanas infinitamente maiores do que no tempo de Dutra? O culpado é Benjamin Soares Cabello", dizia ainda Scatimburgo, no que expressava, naturalmente, não a sua opinião individual, mas aquilo que ele

considerava como o senso comum, a voz corrente³⁴.

A impopularidade de Cabello chegou mesmo, em fevereiro de 53, a transformá-lo em tema de marcha de carnaval. Segundo o Diário da Noite, numa marcha intitulada "Bom Tempo", os cariocas diziam que "já não há manteiga nem queijo, já não há café de colher; vamos pedir a São Cabello, prá não deixar faltar mulher"³⁵.

Como em 50, Jânio mantinha a sua postura diante das comissões de preços, de exigir policiamento e aplicação da justiça, diante das elevções do custo de vida. Em todos os momentos, ele deixava clara a sua crença numa economia "patrulhada", regulada por fiscais e portarias.

Em maio de 1952, discursando na Assembléia Legislativa, ele criticava a Comissão de Abastecimento e Preços de São Paulo por sua pequenez, por sua inação ... "enquanto segue o enterro da economia proletária, o que faz a Coap? Responda-me alguém, elucide-me alguém, ajude-me alguém. A que eu sei, não possui sequer sede, entre nós, Não possui fiscalização própria. Não possui autonomia. Subordina-se ao Rio, a mera executora ... Afinal, que Coap é essa? Que preços são esses que resultam do capricho e da guia de forças inumanas? ... Vejo que à morte da CEP, os atentados à bolsa do povo repetem-se, e com reforço nas adesões de novas co-autorias. Os cavaleiros apocalípticos estão à solta e não há sinais nos céus de jugo na besta"³⁶.

Como em 1950, havia vozes contrárias à existência das comissões. Apesar das escassez provocada, entre outros fatores, pela estiagem prolongada, o que, como vimos, fez baixar a quase zero os estoques, a princípio de arroz e depois de feijão, a posição de alguns setores continuava a ser contrária à simples existência das comissões.

Assim, O Diário da Noite noticiou que "duzentas entidades de comércio, reunidas em assembléia, podem a extinção da Cofap" ..

A reunião, dizia ainda a reportagem, visava apresentar ao governo o pensamento "das classes mercantis sobre a melhoria do abastecimento, o fomento da produção e a contenção dos preços das utilidades. O mal era sempre o mesmo; os remédios é que variavam, de A a Z.

A questão do encarecimento das utilidades, durante o governo "populista" de Getúlio Vargas, tornou-se uma matéria política de primeira ordem. Em novembro de 1953, uma pesquisa eleitoral do Ibope que procurava identificar as razões do voto em Jânio Quadros colheu os seguintes resultados: 77% das pessoas justificaram seu voto como um protesto contra o aumento do custo de vida; 50,2% votaram contra o aumento dos preços dos gêneros alimentícios; 22,4% votaram em Jânio em protesto contra Adhemar de Barros; 12,3% contra o presidente Vargas e 11,7% contra Garcez.

Este foi o resultado geral da pesquisa. Entre os eleitores catalogados como de "classe pobre", contudo, o resultado foi o seguinte: 82% de protesto contra o custo de vida; 56,6% contra a alta dos gêneros; 16,6% contra Adhemar de Barros; 6,9% contra o presidente Vargas e 7,8% contra Garcez³⁷.

Pelo quadro traçado, pode-se perceber que os eleitores politizavam a questão do encarecimento da vida (já que a tinham como motivação eleitoral), mas que ao mesmo tempo poupavam, sobremaneira, os governos estadual e federal da responsabilidade pela elevação dos preços.

Em toda a literatura da época que trata do assunto, os responsáveis pela inflação são quase sempre os empresários, que enriqueciam graças à especulação e entre eles estão sobretudo os comerciantes: vendeiros, açougueiros, atravessadores - que "engordavam" às custas do empobrecimento geral. Seguindo este diagnóstico, Jânio era

sempre o parlamentar que atacava os lucros considerados extorsivos, que defendia o preço justo e clamava pela fiscalização e pela aplicação da lei contra os poderosos.

Ou seja, a escolha de Jânio implicava, ao nosso ver, na escolha de um tipo de Estado, que se colocasse como anteparo entre os fortes e os fracos e que servisse como feio à sanha dos exploradores. Esta a imagem de Jânio, construída em sua curta carreira, nas vagas de uma conjuntura marcada pelo contraponto entre o enriquecimento e a fome.

Trabalho e arbítrio

"Senhor presidente", dizia Jânio Quadros, iniciando um discurso proferido em agosto de 1952, no último ano em que exerceu o mandato de deputado. "Meu partido pede-me que chore e ria. Chore na tragédia dos pequenos funcionários da Municipalidade, cujo reajustamento foi vetado e o veto mantido"... "Ao mesmo tempo eu rio, o senhor Paulo Ribeiro da Luz foi exonerado a pedidos, algum tempo antes de redigir e oferecer o pedido..."⁹⁸

Nestes dois fatos, a tragédia dos funcionários e a demissão do secretário da Higiene do município estavam resumidos muitos dos temas que compuseram a atuação parlamentar de Jânio Quadros desde 1948. Em Paulo Ribeiro da Luz ele tivera um contraponto à sua maneira de pensar e agir durante quase todo o período como deputado e vereador.

Por isso, o regozijo: "então a cidade toda ri e eu rio com a cidade e o partido. Não será esse o homem das carrocinhas alaranjadas, e dos desgraçados ambulantes que às madrugadas eu buscava nos ergústulos da 1ª delegacia? Não será esse o homem dos mercadinhos, das casas de carne? Não será esse o homem do abatecimento, do Pronto Socorro, dos

cemitérios, da limpeza pública? Não será esse o homem das perseguições mesquinhas, do favoritismo suspeito, da indiferença escandalosa e da incompetência suprema? Por isso, completava ele, nunca um governo ganhou tanto perdendo tão pouco"³⁹.

Por outro lado, no mesmo discurso, ele dizia "chorar" com os servidores. "Conheço como ninguém a pobreza que aflige contínuos, escriturários e mecanógrafos, para citar apenas algumas classes, sempre que não há eleição à vista. Por isso, certamente, Maugham escreveu no Sheppey: só os pobres ajudam os pobres. Os homens de prestígio e influência não têm tempo nem cuidados para os homens sem influência nem prestígio, exceto, é claro, nas vésperas dos pleitos"⁴⁰.

Jânio, aparentemente, sentia-se à vontade para falar dos outros. A indiferença dos homens de prestígio nada tinha a ver com ele. Desta faceta de sua atuação pública, isto é, da "vigilância que exercia, sobretudo sobre as condições de trabalho impostas a determinadas categorias de operários, é que trataremos a seguir.

Entre 1948 e 1952, havia todo um grupo de trabalhadores que é possível distinguir nos discursos de Jânio como aqueles para quem ele voltava habitualmente suas atenções. Como vereador, ele se ocupava, principalmente, dos operários contratados pela administração municipal para os serviços braçais, que estavam incluídos na rubrica de "pessoal para obras". Ainda na administração, ele se relacionava mais estreitamente com as categorias mais exploradas, como os trabalhadores dos cemitérios, da limpeza pública, do matadouro municipal, etc.

As categorias mais mobilizadas, por outro lado, como os funcionários da CMTC e os ferroviários da Sorocabana, também logravam conseguir sua atenção. Como deputado, finalmente, ele apoiou a mobilização salarial dos bancários e sua longa jornada grevista em

1951) e esteve na liderança da campanha dos comerciários pelo fechamento do comércio noturno⁴¹.

O quadro dos trabalhadores intitulado "Pessoal para Obras" foi criado, segundo Jânio Quadros, em 1945 e regulamentado em 1946. Ele dizia que o quadro "existe em caráter permanente e ficará para todo o sempre, já que objetiva necessidades também permanentes", como, por exemplo, a retificação do rio Tietê. Não obstante, ele reclamava que seus operários "jazem em situação anômala, sem paralelo em qualquer outro setor, não digo da administração mas da própria iniciativa particular"⁴².

Considerados como extranumerários, os operários da Comissão do Tietê, da Divisão de Matas, Parques e Jardins, das Ruas e Estradas, por exemplo, não tinham as garantias legais dos funcionários públicos, não tinham direito à assistência médica, nem gozavam das prerrogativas da legislação trabalhista de 1943. Ou seja, como não eram funcionários públicos nem empregados da iniciativa particular, estavam, numa espécie de "buraco negro", já que as suas atividades não estavam amparadas por qualquer tipo de legislação. Esta situação "anômala" dava margem a que Jânio se erigisse em fiscal de suas condições de trabalho, levando sua "autoridade" para as diferentes repartições onde o "arbitrio" imperava.

Como era de sua personalidade a obsessão com as minúcias, encontramos, em alguns de seus discursos na Câmara, "relatórios" detalhados sobre as condições de trabalho impostas aos operários. Era comum que fiscalizasse, por exemplo, os vestiários, os refeitórios e a própria comida servida aos trabalhadores braçais.

Dizia ele, por exemplo, em janeiro de 50, que, por solicitação dos próprios operários que trabalhavam na rua Borácea, foi examinar sua

comida. Segundo ele, "a visita se fez de surpresa, à hora do almoço e desejo contar a V. Exa. o que me foi permitido observar ... realmente, a cozinha é das mais porcas, perdoem-me, de sobejo - que vistoriei até agora. E já vistoriei cozinhas porcamente porcas. Quando na Comissão Municipal de Preços, junto ao senhor Brasil Bandecchi, andei a percorrer os ditos hotéis das imediações da Luz e da estação presidente Roosevelt ... pois a cozinha do operariado leva a palma no confronto com a daquelas estalagens vergonhosas. Fogão em ruínas, pias velhas e insuficientes, panelas amassadas e informes, geladeira entupida de restos pútridos de carne verde ou carne assada, restos de refeições servidas em longínquos dias. Carne? ... ao tê-la em mãos, musculosa, rígida, coberta de pelanca, indaguei do mestre cuca oficial da sua qualidade ... claro, já a reconhecera. Mas queria ouvir a confirmação homem. Confessou, encabulado, a contragosto, que a carne recebida para o proletariado da municipalidade era pescoço intragável e repugnante, carne de cachorro ... o arroz era o mais vagabundo, quirela. Asseguro a A. Exas que não exagero. O mais insecrupuloso dos comerciantes não se atreveria a por à venda. Os tomates, verdes ou podres. O macarrão, péssimo, as batatas, pequenas ou machucadas. E assim por diante"....

E continuava: "ouvi-os no refeitório, furiosos, indignados com o tratamento recebido ... disseram que não se conformam, em particular, com a supressão do feijão, talvez o único prato tolerável, o único alimentício... e aduziram que o cozinheiro jamais exercerá antes a profissão. Fora improvisado. O cozinheiro efetivo tinha sido enviado para outra cozinha e o faxineiro, um braçal qualquer, vira-se guindado às alturas de mestre-cuca. Pois era incapaz de aguentar-se em tais alturas. Todas as manhãs vinha abaixo, rebentava-se no destempero dos pratos, da inépcia dos preparos, na incapacidade dos condimentos"⁴³.

Também como extranumerários eram definidas uma série de outras categorias de que Jânio se ocupava. Nesta condição estavam, por exemplo, os trabalhadores dos cemitérios, a quem Jânio visitou - visita que também narrou a seus pares - em agosto de 1950. Nesta ocasião, ele lembrou aos colegas que já pedira medidas de proteção para "a classe humílima" mas que não fora atendido. "Os únicos que logram proteção são os coveiros do regime"... arrematava ... "os safados, os negociistas, os traidores das liberdades democráticas, os politiqueros sem escrúpulos, os câmbio-negristas, os poderosos, os influentes das ante salas palacianas", dizia ele, passando em revista a sua galeria de vilões de plantão⁴⁴.

Para os coveiros, que reivindicaram a vista de Jânio, o vereador reivindicava o pagamento de 300 horas mensais que, segundo ele, eram efetivamente trabalhadas mas não eram remuneradas e o pagamento dos feriados.

Como era a sua marca, Jânio demorava-se na descrição das condições de trabalho dos coveiros, "esses cuja vida é a eterna contemplação da morte". Segundo ele, os coveiros chegavam para o trabalho às seis horas da manhã e "permanecem junto aos túmulos, na lide habitual, até o anoitecer. A jornada é estafante. Comem por ali mesmo, maquinalmente, na certeza de que o dia de amanhã será igual ao de hoje, na rotina miserável da obrigação penosa"⁴⁵.

A descrição, repetida muitas vezes para outras categorias, nos leva a crer que Jânio esperava que seus discursos tivessem audiência fora do parlamento, sobretudo junto aos trabalhadores de quem tratava.

Michelle Perrot nos fala que, durante as greves do final do século passado na França, os trabalhadores que atendiam aos meetings esperavam que os discursos dos líderes fossem "obreiristas" e que se

prendessem à sua situação de vida:

"Audiences were profoundly workerist. They expected speeches to be about them, to deplore their conditions and the exploitation they were subject to, or to attack their most feared enemies, the bosses, and to promise a better future, without going into too much detail about how this might be achieved"⁴⁶.

Falar sobre os trabalhadores e deitar oratória sobre a exploração a que eram submetidos era uma das especialidades do discurso janista. Também sobre os "inimigos", sobre o arbítrio dos chefes, ele costumava falar:

"O matadouro é a praça forte do capitão Ribas e do seu lugar-tenente, o Capa-Preta ... Reinam e imperam. São déspotas, são sobas, são donos de homens e coisas, contando, para lograr os seus designios, não apenas com a simpatia da Prefeitura, mas com a terrível fama de valentes e desabusados que os assiste .. O pessoal sofre todos os arbítrios, todas as brutalidades. O capitão Ribas, cuja patente, com certeza, é das tropas SS, trata os subordinados que não o favorecem como não trata os animais de corte... A saudação habitual é um nome obscuro .. os amigos do peito, porém, com o famoso Capa-Preta à frente, têm de tudo. Assinam o ponto e vão-se, lépidos e risonhos, às 11 horas, para outras ocupações menos encardidas"⁴⁷...

Pela riqueza de detalhes vê-se que Jânio tinha os seus informantes entre os operários "que não favoreciam" o capitão. Um desacato ao seu inimigo todo-poderoso, do plenário da Câmara, da boca de alguém investido da autoridade, soaria para os trabalhadores como um bálsamo.

Outras vezes a autoridade de Jânio era chamada para reverter punições ou intervir em situações que ultrapassavam na visão dos

trabalhadores, os limites toleráveis da arbitrariedade.

Em fevereiro de 1950, por exemplo, Jânio pedia à Prefeitura que providenciasse o ressarcimento dos descontos sofridos por cerca de cem operários "por não terem permanecido no trabalho até as 10 horas da noite de sábado e no dia inteiro de domingo, quando da abertura da avenida Campos Elísios". Segundo o vereador, "o operariado então encontrava-se exausto, sendo inúmeros os que adoeceram por excesso de trabalho"⁴⁸.

Destes mesmos operários, Jânio já havia se ocupado, em outras oportunidades. Em dezembro, ele denunciara à Câmara a sua situação "transferidos do setor de sua especialização para a Secretaria de Obras, a fim de levarem a cabo as demolições necessárias à abertura da avenida dos Campos Elísios".

"Contei", dizia ele, "que aqueles braçais vinham sendo submetidos a um regime brutal de labor ininterrupto, principiando suas atividades às sete da manhã para terminá-las às oito ou até às dez da noite ... como se já não bastasse aos domingos ... vêem-se os proletários constrangidos a continuarem naquele ritmo, com graves consequências para a saúde já combalida, pela alimentação deficiente e pela pobreza que os atormenta. E tudo isto por quê? Ora, senhores, porque o Executivo deseja, a todo preço e a qualquer modo, inaugurar aquela via pública no aniversário da cidade. É uma inauguração e não há como perdê-la. Que importa o sacrifício de gente humilde? Que importam as punições sofridas pelos trabalhadores quando faltam ao emprego, dessocrados e exangues? A inauguração é o que importa..."⁴⁹

As histórias são incontáveis e os olhos de Jânio parecem estar por toda parte. Em 10 de setembro de 1950, ele defendia o operário Euclides Leandro da Silva, da Divisão de Matas, Parques e Jardins,

impedido de ingressar no trabalho em que chegara atrasado, apesar de que exibía uma justificativa, fornecida pela Estrada de Ferro Central do Brasil.

Jânio vinha à carga: Vv Exas não conhecem os trabalhadores da Prefeitura que morem em subúrbios da Central? Eu tenho em mãos uma papeleta de um trem dessa ferrovia que chegou atrasado e levando um extranumerário essa papeleta ao seu chefe não conseguiu ingressar no trabalho. O chefe não aceitou a justa causa ... mas o homem não tem o dom da ambiguidade: ele achava-se preso num desses trens fedorentos, inseguros, da Central do Brasil!⁵⁰

O que impressiona, na atividade do vereador, é a sua capacidade de rastrear as situações de injustiça onde elas pareciam totalmente subterrâneas. Em 30 de agosto de 1950 ele fazia o seu discurso dirigido a uma "classe" totalmente marginal dentro dos quadros da Prefeitura: os entregadores de avisos de impostos, que eram classificados como "tarefeiros", classe que era composta, segundo ele, de jovens entre 16 e 17 anos.

Descrevendo as expectativas e o dia a dia dos jovens que se entregavam àquela tarefa, Jânio dizia que o serviço era "penoso, cansativo, ingrato, exigindo longas caminhadas no dever inglório de levar às partes os avisos-recibos majorados, que a população recebe com cólera justificada"⁵¹.

Em seu discurso, Jânio Quadros protestava contra o logro de que foram vítimas os tarefeiros, que só estavam recebendo a metade do pagamento que lhes fora prometido. "O que importa agora é a promessa que receberam de que seriam pagos à razão de cinquenta centavos por unidade tributada entregue. Que entendem Vv Exas? Um aviso-recibo. Um desses papéis de lançamento de impostos, em várias tonalidades, mas todos

escorchantes na gula fiscal. Esse o meu entendimento. Esse o deles, entregadores de avisos.

Como no pagamento os tarefeiros receberam apenas metade do que lhes deviam, receberam, segundo Jânio, a explicação sofisticada, de raposa velha, a interpretar direitos para as ovelhas: cada unidade tributada corresponde a duas prestações e assim são dois os avisos-recibos satisfeitos pelos mesmos cinquenta centavos". E Jânio concluía: "o hermeneuta que se saiu com essa deveria sentar na corte de La Fontaine e legislar paara bichos"⁵².

Na boca do vereador, as injustiças do dia a dia ganhavam cores, plasticidade. Embora, na sua fala, ele se dirigisse sempre aos outros (à classe humílima, ao operariado, aos infelizes, etc) não se pode deixar de notar que, ao transformar em oratória aquilo que estava nos subterrâneos do mundo do trabalho, Jânio criava e recriava laços de uma identidade poderosa entre ele e os seus eleitores, ao mesmo tempo em que politizava questões que, de outra forma, não chegariam jamais à dimensão do público.

Em todo o conjunto dos seus discursos, Jânio está sempre em outro lugar que não o de seus eleitores/ouvintes. Considerava-se mesmo em outro "plano existencial". No entanto, sua emergência na política veio de saber manipular, com maestria, outros temas e outro tom, que eram novidade na política de então. O populismo de Jânio teve, portanto, como vimos, sua especificidade e por isso partiu da "assolada periferia" paulistana, mobilizando, entre os trabalhadores, sobretudo "os mais deserdados". Tudo isto num momento em que eles, trabalhadores, faziam, por vias tortuosas, sua entrada na grande cena política institucional.

NOTAS

1. Devemos esta expressão a E. P. Thompson, em seu célebre artigo sobre "La Economía Moral de la Multitud en La Inglaterra del siglo XVIII", que inspirou várias das nossas considerações sobre o tema neste texto.

2 A política de liberação das importações, como já tem sido assinalado pela historiografia, adotada por Dutra, teve o efeito de deter a inflação, mas se esgotou rapidamente, provocando, já em 1949, problemas no balanço de pagamentos. A reorientação adotada, de controle seletivo das importações (conhecida como política da "substituição das importações") seria uma peça chave na política de desenvolvimento industrial, que teria como colorálio a ideologia do "nacional-desenvolvimentismo", que seria a ideologia oficial até 1964.

3. Armando Boito Júnior, O Populismo em Crise, Tese de Mestrado, p. 2.

4. O editorial intitulado "Aos Curriais de Augias" está em Anhembi, v. VIII, n. 22, pp 2 a 4.

5. A Hora, dia 30 de julho de 1951.

6. O Estado de São Paulo, dia 11 de março de 1953.

7. Thomas Skidmore, Brasil, de Getúlio a Castelo, p. 150.

8. Furtado, op. cit., p 225 e Skidmore, op. cit., p. 151.

9. "Aos Currais de Augias", Anhembi, n. 22, p.2 a4.

10. Ibid.

11. Armando Boito Júnior, op. cit., p.23. Boito Júnior diz que greve se estendeu de 8 de dezembro de 52 a 24 de janeiro de 1953. O Diário da Noite fala em 52 dias de parede.

12. O Estado de São Paulo, dia 11 de março de 1953.

13. Diário da Noite, dia 16 de janeiro de 1953.

14. Ibid, dia 21 de janeiro de 1953.

15. Ibid, dia 27 de janeiro de 1953.

16. Ibid, dia 27 de janeiro de 1953.

17. Correio da Manhã, dia 2 de fevereiro de 1953 e Folha da Manhã, dia 20 de fevereiro de 1953.

18. João de Scatimbrugo, Diário da Noite, dia 2 de fevereiro de 53.

19. Jânio Quadros, Assembléia Legislativa, 11a sessão, dia 31 de março de 1952.

20. Ibid.

21. Atribuía-se a Hugo Borghi a afirmação de que o brigadeiro Eduardo Gomes teria dito que desprezava o voto dos marmiteiros. Dava-se grande importância a este boato como um dos fatores que consolidou a imagem de elitista do brigadeiro, trazendo-lhe a antipatia do eleitorado operário.

22. Jânio Quadros, Anais da Câmara Municipal, dia 1. de dezembro de 1948.

23. Ibid.

24. Ibid.

25. Ibid.

26. Jânio Quadros, requerimento apresentado em 1.º de fevereiro de 1950.

27. Idem. Anais da Câmara Municipal, dia 10 de dezembro de 1948.

28. Ibid, dia 16 de maio de 1949.

29. Ibid, dia 16 de maio de 1949.

30 Jânio Quadros, Assembléia Legislativa, dia 17 de setembro de 1952.

31. "Aos Currais de Augias", Anhembi, n. 22, p. 2 a 4.

32. Cantídio Sampaio, Anais da Câmara Municipal, dia 7 de junho de 1950.

33. Camilo Ashar, Anais da Câmara Municipal dia 7 de junho de 1950.

34. João de Scatimburgo, Diário da Noite, dia

35. Ibid.

36. Jânio Quadros, Assembléia Legislativa, dia 28 de maio de 1952.

37. Ibope, Coleções Especiais, pesquisas eleitorais, novembro de 1953.

38. Jânio Quadros, Assembléia Legislativa, dia de agosto de 1952.

39. Ibid.

40. Ibid.

41. Ao nosso ver, neste período, a aproximação de Jânio com o operariado se dava, em primeiro lugar, a partir de sua condição de moradores, de "municipes". Assim, vemos referências suas às condições de vida e trabalho dos operários da Nitroquímica em São Miguel; da Celosul, em Ermelino Matarazzo; da Melhoramentos em Caieiras e da Cimentos Perus, em Perus. São todas indústrias que, por dominarem o mercado de trabalho de pequenas regiões, estabelecem um controle sobre os seus operários a partir do próprio local de moradia.

42. Jânio Quadros, Anais da Câmara Municipal, dia 19 de junho de 1950.

43. Ibid. dia 27 de janeiro de 1950.

44. A respeito dos coveiros ver Jânio Quadros, Anais da Câmara Municipal, dia 21 de agosto de 1950.

45. Ibid.

46. Michelle Perrot, *Workers on Strike*, p. 208.

47. Jânio Quadros, Anais da Câmara Municipal, dia 12 de dezembro de 1950.

48. Ibid. dia 1. de fevereiro de 1950.

49. Ibid, dia 7 de dezembro de 1949.

50. Ibid, dia 10 de setembro de 1950.

51. Ibid, dia 30 de agosto de 1950.

52. Ibid.

CAPÍTULO 4

A ONDA POPULAR

Certa ocasião, durante o Estado Novo, um grupo de militantes do Partido Comunista na Móoca varava as noites pelas ruas do bairro, pintando nas paredes inscrições com as demandas democráticas do período: anistia, viva a liberdade, abaixo a ditadura.

A rua era de terra, reinava a escuridão. Por isso, os operários não viram a aproximação dos cavalarianos da Força Pública do Estado. Diante da prisão iminente, arriscaram-se em fuga desesperada, derrubando um dos soldados da montaria e jogando sobre o outro a lata de cal. Foram protegidos pela falta de iluminação e pelo estado das ruas. Eduardo Dias descreve a fuga:

"... entramos pela rua Lituânia, que era escura como breu e só paramos, adiante da caixa d'água. Aqui, nem um batalhão de policiais nos pegaria. Havia poucas casas. As ruas eram cheias de enormes buracos... adiante, as margens da estrada do oratório eram formadas por chácaras de caquis... havia enormes barrocas cheias de matos por todos os lados. Escuridão completa... Ninguém entrava ali, os cavalarianos muito menos¹...." As carências do bairro ganharam um sinal positivo para os quatro militantes.

Pioneiro na organização das primeiras células do PC na Móoca durante o Estado Novo, Eduardo Dias pôde colher o fruto do seu trabalho, com o crescimento do movimento comunista no bairro. Segundo ele, lutas populares reivindicatórias movimentaram o Alto da Móoca por muito tempo, chegando a ficar o bairro conhecido como um dos maiores centros comunistas do período:

"Chegamos até por volta de 45 e 46 a ter a nossa Praça Vermelha, na confluência das ruas Oratório, Móoca e Paes de Barros. Os comícios aqui eram de impressionar, o povo comparecia em massa. A politização por

essa época era impressionante"².

Comícios, mobilização, politização, greves e crise política. Estes os ingredientes da conjuntura de 45 e 46, que já comentamos, que teriam a sua expressão nas eleições gerais de 45 e nas estaduais de 47. A Móoca fazia parte, como é importante, lembrar, do "Y" ferroviário de que falava Azis Simão³. Pertencia àquele grupo de distritos que formavam a primeira zona eleitoral operária, composta por bairros antigos, em que a industrialização remontava ao começo do século.

Nestes distritos, em que estavam inscritos quase 70% dos eleitores operários da Capital, o PCB foi a legenda que recebeu maior quantidade de votos, abocanhando, sozinho, 32,59% da votação. Este foi o resultado colhido nas eleições de 19 de janeiro de 1947, para a Assembléia Legislativa do Estado. Em novembro do mesmo ano, o partido teria nova votação consagradora, para a Câmara Municipal, elegendo 15 vereadores, registrados na legenda do PST.

Foi um resultado devastador. Os partidos "de centro" foram a nocaute. Providenciaram a imediata mudança das regras do jogo; anulação dos votos dados ao PST em 1. de janeiro de 1948 e cassação dos mandatos de todos os comunistas no dia 12.

Mas ficaram sequelas. No imaginário político, criou-se, entre outras coisas, uma entidade abstrata, que todos temiam e cortejavam mas que pouco conheciam: o eleitorado comunista. Os jornais, da época, tagarelavam sobre o assunto. Em 1953, estava aberta a temporada de caça aos votos comunistas. O PC, no leilão, negociava o que julgava ser o seu espólio eleitoral:

"... em vista disso tudo o partido dita novas ordens: passaríamos a combater o governador. Agora, iríamos apoiar um tal de Jânio. Este sim era o bom, diziam. Mas logo mais, por artes não se sabe de que gênio

diabólico, não seria mais esse o bom, mas um tal de André Nunes, dono de uma rede de lojas de calçados, de que ninguém tinha ouvido falar⁴

Mas nas eleições de 1953 a entidade desaparece, como que por encanto. Os comunistas continuavam atuantes, arregimentando os trabalhadores nas greves, eleições sindicais e marchas contra a carestia. Mas o eleitorado comunista volatizava-se, com a abertura das urnas de 22 de março. Nem votação trabalhista nem comunista. Tudo se dissolveu e fundiu na torrente janista. O novo líder popular Jânio Quadros, candidato do PDC e do PSB à prefeitura da Capital, consagrou-se, com quase 70% da votação. Eduardo Dias teria do novo líder e de sua vitória a seguinte impressão:

"... Jânio, debilóide, usando linguagem revolucionária⁵, arrastaria consigo as massas humildes da população, desiludidas e desencantadas com a atuação vacilante do Partido Comunista"⁶.

O Tostão contra o Milhão

As eleições de 1953 foram excepcionais. Realizaram-se apenas nos dois municípios que estavam recuperando sua autonomia: São Paulo e Santos. Os demais municípios elegeram seus prefeitos em 1951. Mesmo sem a esperada votação comunista ou trabalhista, pode-se dizer que os maiores derrotados em 22 de março foram os partidos dominantes nas políticas estadual e nacional: o PSPe os autointitulados partidos de centro, a UDN e o PSD.

Estes partidos tomaram, diante do pleito, uma posição bastante cautelosa. O eleitorado de São Paulo, cidade "cruel", na expressão dos socialistas, porque castigava os candidatos governistas, eleitorado refratário e reticente, exigia que se fizessem concessões e sacrifícios.

Eram tempos difíceis e sempre poderia haver surpresas desagradáveis. O espantinho dos votos comunistas ainda estava de pé.

O processo foi comandado pelo então governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, eleito pelo PSP, sucessor de Adhemar, mas em rota de colisão com a corrente ademarista. Bem ao contrário de Adhemar, Garcez tinha o charme dos velhos políticos bem nascidos. Apesar do seu pecado de origem - o ademarismo - era um "homem bom", como sugestivamente o definira o articulista Hélio Damante⁷. Mesmo o jornal A Hora, antiademarista ferrenho, chamara-o de "flor do lodo", quando da sua posse. Sobre a sua honrabilidade, os jornais não faziam ressalvas. "Namorava a UDN"⁸ e pretendia unir os paulistas em torno de sua fama de bom mocismo. Nas eleições municipais, empenhava o seu próprio futuro político.

O candidato escolhido por Garcez foi Francisco Antônio Cardoso, seu secretário de Saúde, apresentado para concorrer à Prefeitura por uma coligação de sete partidos, reunindo praticamente todas as forças políticas do Estado. Não era o candidato do peito de Adhemar, que preferia alguém com mais afinidade com a sua própria corrente, como seu irmão, Antônio Emílio de Barros Filho⁹. Mas Cardoso foi o nome de "consenso". Não possuía experiência política, nem popularidade. A falta de qualificativos parecia ser a sua principal qualidade. Mas estava "eleito" dado o conjunto de forças que reunira em torno do seu nome.

Além dos partidos políticos e do governador, tinha apoio da imprensa (com exceção do jornal A Hora), das rádios, do patronato e até mesmo, sem muita ênfase, do presidente Getúlio Vargas. Os jornais não escondiam o seu afeto pela candidatura cardosista e sequer se empenhavam em simular uma suposta neutralidade. Raras e lacônicas eram as notas e informações a respeito do candidato de oposição, Jânio Quadros, que só

ganhava espaço na imprensa através das chamadas "seções livres", eufemismo que designava as matérias pagas. As pesquisas de opinião já existiam, mas raramente eram divulgadas¹⁰.

A campanha durou apenas dois meses e o seu resultado surpreendeu o país. Contra todas as expectativas iniciais, Jânio Quadros, uma liderança popular, sem a retaguarda de uma máquina administrativa ou partidária e com muito pouca tradição, não apenas venceu mas recebia uma maioria esmagadora de votos, praticamente em todos os bairros e urnas.

Jânio tivera invulgar habilidade em criticar o seu adversário, Francisco Antônio Cardoso, atribuindo-lhe, de uma só vez, dois estigmas diferentes. Em primeiro lugar, era o de ser o candidato de Adhemar e de tudo o que ele significava, ou seja, "a caixinha", as negociatas e a corrupção. Por outro lado, era justamente o seu inverso: candidato apoiado pela UDN e pelo PR, nada lhe faltava para vestir o figurino dos "cartolas", símbolo do estilo esnobe dos políticos tradicionais. União dos contrários, as forças que apoiaram Francisco Cardoso anularam-se. O candidato era de todos mas não era de ninguém.

Capítulo à parte foi a posição do PC nas eleições. Herdeiro de um presumível contingente eleitoral cativo, o partido contava em ser, mais uma vez, como na eleição de Adhemar, o fiel da balança. Os jornais especularam, durante algum tempo, sobre o provável apoio dos comunistas a Jânio Quadros:

"..... assinala-se que o senhor Jânio Quadros está conseguindo ampliar a sua base eleitoral em bairros operários e sobretudo nos setores mais trabalhados pelo Partido Comunista. Explica-se esta penetração. O candidato da aliança PDC/PSB fala a mesma linguagem dos stalinistas e sob certo aspecto, adota linha política coincidente"¹⁴.

O artigo prossegue mostrando como Jânio adotara o mesmo ponto de

vista dos comunistas na defesa do monopólio para a exploração do petróleo, na crítica ao acordo militar Brasil- Estados- Unidos e finalmente, como apoiara os congressos pró-paz realizados por iniciativa dos comunistas.

Mas cerca de três semanas antes do pleito os comunistas realizam uma "convenção popular", no Salão das Classes Laboriosas e apontam André Nunes Júnior e Nelson Rustici (presidente do sindicato dos tecelões) para candidatos a prefeito e vice-prefeito, respectivamente, outra vez pela legenda do PST.

O lançamento desta quarta candidatura¹² fora antecipado, em 20 de fevereiro, pelo jornal carioca Correio da Manhã. Anunciava-se que os comunistas lançariam candidato próprio, cujo nome ainda não estava definido. O Correio da Manhã acreditava que a escolhida seria Elisa Branco Batista, militante do PC que fora presa e processada por manifestar-se contra o envio de tropas à Coréia. A candidata teria "renome mundial", como ironizava o Correio, por ter sido agraciada com o prêmio Stalin da Paz.

Ao mesmo tempo em que anuncia a quarta candidatura, o Correio lança a hipótese (que sustentaria mesmo depois do pleito) de que a candidatura comunista era fruto de um acordo entre o partido e Adhemar de Barros, para dividir a votação da massa trabalhadora, retirando "entre 50 e 60 mil votos da dobradinha popular".

No acordo entre os comunistas e os ademaristas estaria incluída ainda uma soma em dinheiro - cinco milhões segundo o Correio da Manhã - que seria recebida pelo PC para financiar a campanha eleitoral e a própria atividade das células comunistas em todo o país. Na matéria, diz o jornal carioca que os comunistas que realizavam uma campanha dispendiosa eram agora partícipes da "caixinha do Adhemar"¹³.

As informações que temos sobre o candidato finalmente escolhido, André Nunes Júnior, são contraditórias. Comerciante, dono de uma cadeia de lojas de calçados (milionário, na versão do Correio), André Nunes Júnior era vereador, em 1953, na legenda do PTB. Fora candidato a candidato a vice-prefeito na chapa de Francisco Cardoso, mas perdera a indicação. O PTB, a quem fora destinada a indicação do vice, decidira-se pelo nome de Fernando Nobre Filho¹⁴.

Talvez tenha pesado contra André Nunes o fato de não ser um petebista histórico. Entre 1948 e 1950, encontramos o vereador na Câmara Municipal, na bancada do PSP de Adhemar de Barros. Não apenas integrava a bancada, mas era um dos mais aplicados na defesa do governador e de seus prefeitos nomeados.

Os Anais da Câmara estão repletos de bate-bocas entre a bancada social-progressista, de um lado e a oposição, de outro. Sob qualquer pretexto, levantavam-se as barricadas. Um documento que seria enviado ao presidente da República, pedindo autonomia para o município de São Paulo, foi contestado do plenário da Câmara por André Nunes porque:

"... me pareceu que ele encerra críticas subjetivas ao governador do Estado, que é o chefe do meu partido ... com as quais, evidentemente, data vênha, não posso concordar, na defesa do maior homem público do Brasil..."¹⁵

Em agosto de 1948 estava no auge a campanha pela intervenção federal no Estado de São Paulo. A oposição acusava os ademaristas de serem responsáveis por uma série de ataques gangsteristas, contra jornais, jornalistas e deputados. Na Assembléia Legislativa, a maioria dos deputados decide, como parte da campanha intervencionista, enviar a Dutra um telegrama protestando contra o clima de insegurança que havia em São Paulo onde, diziam, estavam ameaçadas as instituições.

Coube a André Nunes o contra-ataque ademarista. Foi ele o autor de um telegrama em sentido contrário, garantindo ao presidente que em São Paulo reinava a "mais absoluta tranquilidade". Diante da leitura do telegrama no plenário da Câmara, o vereador Jânio Quadros declarou-se "estático, assombrado, atônito; em estado de profunda estupefação".

Mas por outro lado não se pode dizer que André Nunes não dispusesse de qualquer credencial para se apresentar como candidato na chapa dos comunistas. Aqui e ali, em várias oportunidades, ele cortejara o partido, protestando, polidamente, contra os ataques que sofria e até lhe rendendo homenagens:

"anarquistas e comunistas senhor presidente ... disse uma vez, aparteando Jânio Quadros, ... foram também aqueles que, na Europa, deram seu sangue e seu idealismo em benefício da democracia e ... depois foram escorraçados pelo mundo todo, como feras e não encontram um lugar ao sol para viverem honestamente e dedicarem-se ao seu idealismo - certo ou errado, não importa - em benefício do povo"¹⁶.

Quando Jânio Quadros ou Cid Franco tomavam a defesa dos comunistas presos recebiam dele sinais de aprovação, sempre cautelosa... "penso que não é lícito maltratar qualquer preso comum e principalmente os presos políticos ... nós nunca devemos ter a vaidade de julgar ... a situação dos presos políticos de hoje bem pode ser a situação de qualquer um de nós..."¹⁷

Diante do lançamento da quarta candidatura calculava-se que Jânio Quadros seria o maior prejudicado, com a divisão do eleitorado oposicionista. O pedecista contra-atacaria em duas frentes, à direita e à esquerda. Em primeiro lugar, tentaria impedir o registro da nova candidatura, delatando ao tribunal eleitoral a condição de "comunistas" dos candidatos, testas de ferro de um partido ilegal¹⁸.

Publicamente, procuraria associar André Nunes à candidatura Cardoso. Denunciava a associação dos comunistas com os ademaristas (não seria a primeira vez) e de maneira geral, com as forças do "milhão", numa verdadeira união de esforços para derrotar a verdadeira candidatura popular. *

Mas não houve, finalmente, a presumida divisão. André Nunes teria que se contentar com apenas 4,4% da votação. Um número insignificante para uma candidatura apoiada pelos comunistas, numa eleição que se realizava sob clima de agitação social na cidade. Poucos dias antes do pleito (em 18 de março) uma passeata monstro dirigiu-se aos Campos Elísios, a fim de endereçar ao governador Garcez um ultimato, exigindo providências para baixar o custo de vida. André Nunes e Nelson Rustici estavam à frente deste cortejo, organizado pela Comissão de Combate à Carestia da Vida. Mas a população operária consagrou Jânio. Para Fernando Henrique Cardoso, ele foi eleito pelo "fundo do tacho" da sociedade paulistana, ou seja, pela população dos bairros periféricos que ele costumava visitar, na qualidade de deputado e vereador.

Os números da eleição

Para traçar um perfil mais nítido do eleitorado janista em 1953, dividimos os distritos eleitorais de São Paulo em três blocos, agrupando-os de acordo com os percentuais obtidos por Jânio em cada bairro.

Considerando-se que ele recebeu 67,45% da votação, criamos três grupos de distritos, com médias inferior, semelhante ou superior a esse percentual geral. Com estes dados, que podemos comparar com os dados colhidos por Azis Simão para as eleições de 19 de janeiro de 1947,

obtemos um perfil razoavelmente nítido do eleitorado janista.

Em primeiro lugar, temos o bloco formado pelo grupo de distritos em que Jânio obteve suas piores médias. São os seguintes:

BAIRRO	JÂNIO%	CARDOSO%
Jd América	45,19%	49,17%
Parelheiros	48,17%	50,49%
Consolação	49,63%	43,26%
Sta Cecília	51,70%	42,30%
Aclimação	52,90%	40,80%
Jd Paulista	54,02%	39,58%
V Mariana	56,25%	37,55%
Perdizes	57,11%	36,74%
Cerqueira César	57,54%	36,05%
Sé	59,06%	33,45%
Liberdade	59,08%	33,33%
Sta Ifigênia	60,10%	32,60%
Bela Vista	61,34%	32,60%

Podemos observar que este grupo de bairros, onde as médias de Jânio são inferiores à sua própria média geral, é constituído, com a notável exceção de Parelheiros, pelos distritos definidos por Azis Simão como sendo aqueles que formariam a zona não operária da capital.

No segundo grupo, com percentuais quase idênticos ao percentual geral do candidato eleito, encontramos os seguintes distritos:

BAIRRO	JÂNIO%	CARDOSO%
Guaiianazes	64,10%	32,29%
Ibirapuera	64,25%	28,48%
Santo Amaro	65,30%	28,79%
Capela do Socorro	66,34%	29,79%
Butantã	66,53%	27,38%
Cambuci	66,79%	24,25%
Vila Madalena	66,89%	27,45%
Saúde	66,96%	26,19%
Barra Funda	67,11%	25,26%
Indianópolis	67,39%	26,51%
Vila Bela	67,55%	14,66%
Bom Retiro	68,50%	22,62%
Brás	68,73%	21,55%
Jaraguá	68,99%	24,45%

Finalmente, formado por um grande número de bairros periféricos, temos o grupo onde Jânio recebeu médias percentuais superiores à sua própria média geral:

BAIRRO	JÂNIO%	CARDOSO%
Vila Prudente	69,50%	12,35%
Vila Matilde	69,77%	16,08%
Itaquera	70,07%	21,95%
Tucuruvi	70,24%	22,15%
Móoca	70,93%	19,02%

(continuação)

Santana	71,28%	22,29%
Perus	71,36%	17,12%
Pari	72,23%	19,74%
Ipiranga	72,43%	18,63%
Lapa	72,60%	19,24%
Belém	72,95%	18,72%
Vila Alpina	73,20%	20,16%
São Miguel	73,72%	19,23%
Penha	74,13%	17,06%
Osasco	74,32%	19,54%
Pirituba	74,34%	14,08%
Casa Verde	74,49%	18,70%
Tatuapé	75,08%	17,06%
Alto da Móoca	75,43%	15,55%
Vila Maria	77,86%	13,40%
N S do ó	79,59%	13,70%
Vila Califórnia	83,33%	5,20%

Conforme se pode facilmente constatar, pelo elenco de bairros que compõem o terceiro grupo de distritos, estão incorporados nesta lista, tanto os velhos povoados-estação, pioneiros como sede das indústrias em São Paulo (Ipiranga, Móoca, Lapa, Belém, Santana), como os demais bairros afastados, onde o direito à cidade era a principal reivindicação dos moradores, como Perus, Itaquera, São Miguel, Pirituba, etc, etc.

Segundo o critério de Simão, parte destes bairros constituía a

primeira zona eleitoral operária, ou seja, aquela onde a industrialização era mais antiga e onde estavam concentrados 68,49% dos eleitores operários da capital. Seria formada pelos distritos do Ipiranga, Vila Prudente, Cambuci, Móoca, Alto da Móoca, Tatuapé, Penha, Pari, Bom Retiro, Barra Funda, Lapa, N. S. do Ó, Casa Verde, Santana, Tucuruvi, Vila Matilde e Vila Maria¹⁹.

Segundo a pesquisa de Azis Simão, neste conjunto de bairros os partidos "operários" tiveram, em 47, 57,39% das preferências eleitorais (32,59% dos votos comunistas e mais 24,80% de votos trabalhistas). O candidato Jânio Quadros obteve, nestes bairros, 72,08% de sufrágios para a sua chapa. Em contrapartida, nos distritos do centro "não operário", seguindo ainda o critério de Simão, a média da votação de Jânio foi de 55,32%. A simples comparação destes números mostra que, mesmo com grande favoritismo em toda a cidade, a votação de Jânio Quadros foi muito mais significativa nos setores operários e populares.

Um outro fato pode ser considerado: observamos que a média geral da votação de Jânio é inferior às médias obtidas na maioria dos bairros. Este fato tem sua explicação quando se analisa a distribuição geográfica do eleitorado pela cidade. Com exceção da Sé, caso à parte²⁰, o número de eleitores não ultrapassava a 60% da população dos distritos. As maiores proporções de eleitores sobre o número de habitantes são encontradas nos distritos do centro, de uma maneira geral e em alguns bairros industriais mais antigos. Depois da Sé, os distritos com maior número proporcional de eleitores eram os seguintes:

1. Sé	134,00%
2. Móoca	59,41%
3. Sta Ifigênia	56,11%

4. Bom Retiro	54,17%
5. Sta Cecília	51,84%
6. Vila Mariana	46,32%
7. Bela Vista	46,14%
8. Belenzinho	44,60%
9. Brás	44,44%
10. Liberdade	43,45%

Reunidos estes bairros tinham uma população de 509 687 habitantes, dos quais 257 565 eram eleitores. Totalizavam 19,98% da população e 36,93% do seu eleitorado.

Havia, contudo, um grande número de bairros periféricos, pequenas cidades, como Vila Prudente, Tucuruvi, Alto da Móoca, etc. com um eleitorado muito reduzido, menos de 20% de suas populações respectivas. Para os distritos que seguem abaixo, encontramos as seguintes percentagens de eleitores:

1. São Miguel	17,97%
2. Casa Verde	17,84%
3. Vila Maria	15,92%
4. Vila Prudente	15,73%
5. Tatuapé	15,07%
6. Tucuruvi	14,94%
7. Osasco	13,72%
8. Saúde	13,44%
9. N S do Ó	12,41%
10. Alto da Móoca	7,29%

Este conjunto de bairros periféricos eram povoados por 856 192 habitantes, dos quais apenas 123 000 eram eleitores, ou seja, os que votavam eram apenas 14,36% daquela população. Comparando os dados destes bairros com os da cidade, temos que eles abrigavam 33,75% da população da capital e 17,64% dos eleitores.

Mesmo considerando que parte dos moradores da periferia poderia ter se alistado nos distritos onde tinham seu local de trabalho, conforme previa a legislação da época, não resta dúvida de que grande parte das populações periféricas, talvez a sua maioria, estivesse alijada da participação política, por vários motivos, sobretudo pelo analfabetismo. Estes números indicam que o apoio a Jânio Quadros poderia ter sido inclusive superior ao que foi, caso a periferia paulistana contasse com um número maior de eleitores inscritos.

O dia seguinte

As eleições para prefeito da Capital que consagraram Jânio Quadros foram realizadas num domingo, dia 22 de março de 1953. No dia seguinte, dia normal de trabalho, tiveram início as apurações, no Parque da Água Branca. Um repórter do jornal A Gazeta, presente ao local, deu a seguinte descrição do início da contagem dos votos:

"Quando se abriu a primeira urna, da Casa Verde, ficou selada a sorte do pleito. Veio a segunda urna, confirmando a primeira. A terceira, ratificando a preferência do eleitorado. Nesse instante já se sabia o nome do prefeito eleito: Jânio Quadros²¹.

Até o final, em praticamente todos os bairros e urnas, como vimos pelos números por distrito, foi fogueada a margem de vitória de Jânio sobre os partidos coligados. A Folha da Manhã, que circulou no dia 24,

trazia um relato impressionante sobre as comemorações pela vitória janista:

"Desde as 16 horas de ontem, conhecida a diferença que separava Jânio de Cardoso, surgiram, espontaneamente, em vários pontos da cidade, manifestações populares de regozijo. Pouco a pouco foram aumentando e transformando-se em verdadeiras passeatas improvisadas, com fogos e dísticos... na avenida São João, desde aquela hora, os populares se aglomeravam à saída dos cinemas e nas esquinas, organizando cortejos, alguns pitorescos, relativos aos candidatos dos partidos coligados..

... durante algumas destas manifestações, o trânsito ficou interrompido, tal era o número de manifestantes, que cada vez mais engrossava, à medida que as casas comerciais do centro iam divulgando e afixando os resultados ... No Brás, Belém, Cambuci e outros bairros sucedeu o mesmo. Rojões, bombas espocaram durante toda a tarde, enquanto o povo, em pequenos desfiles, a princípio e em grandes passeatas, depois, exprimia verdadeira alegria pelos resultados...

Na avenida Rangel Pestana o trânsito ficou interrompido por algum tempo e numerosas casas comerciais ficaram sem os seus empregados, que abandonaram seus postos para comemorar. Durante toda noite, em vários pontos da cidade, surgiram manifestações de regozijo, que se prolongaram até altas horas da noite....²²

Numa segunda-feira de trabalho, passeatas, cortejos, trânsito interrompido, comerciários que abandonam seus "postos" para comemorar. Manifestações partiam dos bairros, tomavam o centro, suspendiam a rotina de trabalho na cidade. A população desfilava em seu dia de vitória.

O desfile da vitória e os acontecimentos que se seguiram à proclamação dos resultados das eleições de março de 1953 indicam que, neste caso, são pertinentes as observações feitas por Eder Sader para

outro contexto, quando analisava as eleições para o Senado da República em São Paulo, em 1974. Dizia ele que "os resultados eleitorais, ao mesmo tempo em que revelaram tendências, produziram resultados. Se o ato de votar é solitário e atomizado", dizia ainda, "a divulgação dos resultados revela um coletivo. Os resultados, ao expressarem tão fortemente a existência de uma opinião pública de oposição, abriram um campo de referência e legitimação para comportamentos de rebeldia, resistência e contestação"²³.

Em 1963, um comentarista político da Folha da Manhã, Viegas Neto, preocupava-se, uma semana depois do pleito, com o clima de insubordinação social que se instalara em São Paulo, onde tecelões e metalúrgicos em greve haviam pretendido realizar uma passeata até os Campos Elísios - palácio do governador - que teria como ponto de partida a Praça da Sé, mas que fora violentamente reprimida pela polícia. O jornalista deplorava, sobretudo, "a postura dos populares .. que [na manifestação] se manteve firme com os comunistas, aguentou com eles as duchas de água fria e de efeito moral ...enfrentando e às vezes escarnecendo da polícia".

O jornalista divulgava ainda a versão dos acontecimentos sustentada pelas autoridades de que "os órgãos de segurança estavam há mais de uma semana de posse de um plano de agitação em São Paulo, que deveria ser cumprido a partir do momento em que fossem conhecidos os resultados eleitorais. "Os seus colaboradores" - dizia - "erraram apenas num ponto: esperavam que as manifestações ocorressem apenas no final das apurações, aguardado na quinta-feira passada. Nesse mesmo dia, simultaneamente com as greves dos tecelões e metalúrgicos, ocorreria a passeata da fome e os quebra-quebras"²⁴.

Sobre a relação entre a greve e os resultados eleitorais, Viegas

Neto diz em seu artigo que:

"estabelecem os observadores a esse respeito uma ponte entre o que aconteceu nos últimos dias e a eleição de Jânio Quadros. Longe de nós acolher a hipótese de que o líder pedecista tenha alguma coisa a ver com aquelas ocorrências, mas não se pode deixar de reconhecer que a sua investidura serviu de precioso estimulante para a agitação... de um momento para o outro descobriu o povo a sua importância para o funcionamento da democracia. Da mesma forma como comemorou a vitória de Jânio Quadros, achou que poderia, por outras maneiras, prosseguir no seu movimento de protesto"²⁵.

O jornalista observa, em todo o artigo, o fato que assinalamos, de que os resultados eleitorais apareceram como legitimadores para outros movimentos de rebeldia social. A operação que ele faz, seguindo a lógica das autoridades policiais - é de reconstrução ex-post dos acontecimentos, atribuindo o que se passou aos desdobramentos de um plano subversivo pré-elaborado. Não deixa de ser interessante o fato de que policiais e jornalistas atribuísssem aos comunistas a capacidade de prever a ocorrência de manifestações de massa em comemoração pela vitória de um candidato que, mesmo sendo opositor, não era o seu.

A idéia conspirativa, de que estava em curso todo um plano subversivo, apoiava-se na observação impressionista de uma cadeia de acontecimentos em que os trabalhadores e outros setores populares tomaram uma série de iniciativas para resolver a crise social que tomava proporções consideradas como intoleráveis.

Alguns dias antes do pleito, em 19 de março, os jornais falavam de um grande desfile que na véspera tomara as ruas da cidade. As manchetes com algumas variações, proclamavam que os trabalhadores

exigiam providências para baixar o custo de vida. Segundo os jornais, uma multidão marchara até os Campos Elísios para "exigir" que Garcez tomasse medidas que detivessem a alta dos preços. Entre as reivindicações apresentadas, eles pediam que o arroz e o feijão tivessem seus preços de volta para a casa dos sete e oito cruzeiros o quilo, respectivamente.

O número de manifestantes não foi noticiado pelos jornais. A Folha da Manhã, O Diário da Noite e o Última Hora não falam em números. A Folha Socialista (jornal do Partido Socialista Brasileiro) que voltou a circular em junho de 1953, após longa interrupção, disse que se tratara de uma "passeata gigantesca". O Secretário da Segurança, Elpídio Reali, falou em "número excepcional de pessoas". Um dos organizadores do evento, o Sindicato dos Bancários, disse que cem mil pessoas marcharam contra o custo de vida²⁶. Cem mil seriam quase 5% dos dois milhões de paulistanos, cerca de 20% do colégio eleitoral que se manifestou em 22 de março.

Organizada pela comissão de combate à carestia da vida, a marcha tinha o apoio explícito do sindicato dos bancários, dos tecelões, dos metalúrgicos e dos gráficos. Ela dirigia-se ao governador em termos de ultimato: dava-lhe um prazo de 15 dias para que providências fossem adotadas. A repercussão da passeata parece ter sido muito forte. Era o sintoma mais evidente da existência de uma "onda popular" oposicionista, posta em movimento pela crise inflacionária que havia assumido dimensões insuportáveis. Ou seja, era como se a fome silenciosa que imperava nas casas onde "o lume não pode arder" tivesse se aquartelado nas ruas.

As consequências do protesto para as eleições foram ambivalentes. À sua frente, como já vimos, estavam os candidatos do PST(PCI), André Nunes e Nelson Rustici. Os temas que os manifestantes

abordavam eram, contudo, aqueles que haviam composto a intervenção pública de Jânio Quadros em todo o seu período de parlamentar e durante a campanha eleitoral.

Micheel Perrot chama a atenção no seu estudo sobre o surgimento do 1º de maio na França em 1890 para os significados que podem advir da "intimação" ou do "ultimato". Diz ela que, "a intimação, dirigida às autoridades, transforma-se, entre certos operários, sobretudo os mais deserdados, numa expectativa mais ampla e vaga de transformação"²⁷.

Expectativa de transformação. Esta ao nosso ver é a chave para entender as várias manifestações produzidas naquele momento marcado, entre outros fatores, pela emergência política do nosso personagem, Jânio Quadros. As manifestações vitoriosas diante do resultado do pleito e a longa jornada grevista que se seguiu mostram que os trabalhadores pareciam apostar numa virada do jogo a seu favor.

De um ponto mais distante de observação, a onda popular também era percebida. O jornal carioca Correio da Manhã, decretava, na semana seguinte ao dia 22, que "depois das eleições paulistas as massas brasileiras estão se aproximando rapidamente daqueles momentos em que o povo faz a história"²⁸. Algo material e perceptível ocorria aos olhos de todos. Dizia o Correio que "já está se processando, surdamente, inconfiguradamente, a revolução".

Segundo o analista do jornal, a revolução que estava em curso independia de todas as direções que postulavam a sua liderança no país. Não era a revolução "dos populistas de cartola", nem dos "trabalhistas do Catete" e nem mesmo a do Partido Comunista. Considerava mesmo que as massas brasileiras estavam "muito à frente daquele partido" que se revolava "tal como a elite conservadora, incapaz de dirigir os acontecimentos". O movimento popular que marcava aquele momento era,

segundo o Correio, "uma aspiração coletiva à procura de sua formulação"²⁹.

Cascata, contágio, epidemia: a greve geral.

A greve dos 300 mil, oficialmente decretada no dia 25 de março, teve seu início na mesma segunda-feira em que se desenrolavam as comemorações pela vitória janista. Pararam, inicialmente, atendendo ao chamado dos primeiros piqueteiros, os 2 800 operários da Fábrica de Tecidos do Belenzinho e os 800 trabalhadores do Cotonifício Paulista, distantes entre si por cerca de um quilômetro³⁰.

A greve, iniciada na segunda-feira, dia 23, aconteceu aos poucos e foi crescendo em cascata. Foi oficialmente decretada no dia 25, numa assembléia realizada no Estádio Maria Zélia, no Belenzinho, onde, segundo o repórter da Folha da Manhã, "desde o início dos trabalhos o plenário já havia praticamente tomado esta medida"³¹. No mesmo dia, uma assembléia de metalúrgicos realizada no Salão das Classes Laboriosas decretava a greve desta categoria, numa decisão surpreendente, já que o sindicato havia dado um prazo ao patronato (até o dia 28 de março) para o atendimento de suas reivindicações. Segundo uma testemunha presente à assembléia, a medida fora tomada diante do "júbilo intenso" provocado pela notícia de que os tecelões haviam dado início à greve³².

O sucesso da greve foi decidido nas batalhas de rua, à frente dos portões das fábricas. Desde a primeira hora, a greve teve características de arrastão. Assim, por exemplo, diante do Cotonifício Crespi. Ali, segundo a reportagem do Estado de São Paulo, "parte substancial do operariado permanecia no trabalho os grevistas

aglomeraram-se diante dos portões de aço e aos brados reclamavam a dispensa dos companheiros. Ameaçavam derrubar os portões e invadir a fábrica se dentro de cinco minutos a empresa não dispensasse os empregados. Assim foi feito, evitando-se mal maior. Mais tarde compareceu a polícia e os grevistas foram dispersados a golpes de bastão e à pata dos cavalos³³.

Os piquetes de greve impressionavam pela sua ousadia e pelo fôlego com que driblavam a repressão policial: "os piquetes de greve, encarregados de levar a palavra de ordem dos sindicatos aos operários, varam a vilgância, cumprem a sua missão sendo de vez em quando dispersados violentamente pela polícia"³⁴.

Na sexta-feira, dia 27, a greve já tomara vulto, modificando a paisagem. Segundo o relato d'O Estado "nos bairros da Móoca, Fábrica, Ipiranga, Belém, Brás, Santana e Sacomã estão fechadas as indústrias metalúrgicas e de tecelagem. Também o silêncio provocado pela greve já se insinuava, eloquente: "a vida nos bairros está transformada. Emudeceram teares e fusos. Não fumegam as chaminés nem reverberam os cadinhos das fundições. O ambiente é pesado, o policiamento intensivo e desertas as frentes das fábricas ... muito armamento e viaturas de rádio patrulha subindo e descendo vagarosamente"³⁵.

Silêncio nas ruas, grande o alarido no Salão Piratininga, na Móoca, novo QG dos tecelões em greve. Ainda segundo a reportagem do Estado, "lá dentro é grande a animação, com predominância do elemento feminino e de meninas, de 12 e 13 anos, verdadeiras crianças, que também trabalham nas tecelagens".

O ritmo das adesões e a combatividade dos piquetes fizeram com que, já no dia 30 de março, ao iniciar-se a segunda semana, a paralisação geral fosse uma realidade incontestável. A greve se

estendeu, portanto, por contágio, não tendo sido convocada como uma greve geral, mas transformando-se, rapidamente, numa greve generalizada. Para ela confluíram todas as reivindicações salariais que despontavam na capital e mesmo no interior. Algumas categorias (carpinteiros, vidreiros e gráficos) chegaram a oficializar sua adesão ao movimento, enquanto outras permaneciam marginais, mas o clima era de agitação geral, a greve era uma epidemia.

Os termos que estamos utilizando - epidemia, contágio, generalização - foram propostos por Michelle Perrot em seu estudo sobre as greves na França no final do século 19. Segundo ela, as organizações sindicais a princípio discordavam da tática de greve geral, admitindo apenas greves parciais, em fábricas previamente assinaladas³⁶. Essa tática era frequentemente desrespeitada pela base operária, já que a greve transbordava para outras fábricas, generalizando-se por contágio. Ela cita uma onda de greves na França entre 1876 e 1890, que tiveram caráter epidêmico e que anteciparia a teoria e a prática da greve geral, que se institucionalizaria a partir do 1º de maio de 1890.

A historiadora francesa diz ainda que, nas greves generalizadas, era destacada a participação de mulheres e crianças na sua deflagração e propagação, dizendo que isso talvez indicasse que a intuição e a sensibilidade eram a pedra de toque de condução desses movimentos. Mesmo sem dispor de uma estatística sobre a composição dos grevistas da parede de 53, é comum encontrarmos nos jornais referências à participação de mulheres e crianças no movimento e nos choques de rua, o que levou o juizado de menores a se manifestar, proibindo a participação dos menores nas atividades da greve e pedindo aos pais que exercessem a vigilância para conservá-los em casa³⁷.

A eclosão da greve deu nova dimensão à luta contra a carestia.

que provocara a passeata do dia 18. Novos atos estavam programados, em protesto contra o custo de vida, como uma assembléia que teria lugar no Sindicato dos Bancários, no dia 28 de março. A repressão se fez sentir no sentido de impedir que a Comissão de Combate à Carestia voltasse às ruas, já que ela já comprovara o seu poder de mobilização e era dirigida pelos comunistas.

Apesar das proibições, no dia 31 seria realizada uma manifestação de rua, na Praça da Sé, que deveria ser o ponto de partida para uma nova marcha aos Campos Elísios. Diante da intervenção policial, a manifestação tomou proporções de combate de rua, já que um grande número de populares decidiu desafiar a proibição. Segundo os jornais "os soldados da Força Pública, vaiados pelo povo e algumas vezes agredidos à pedradas, praticaram evidentes excessos espancando, atropelando, jogando água em populares indefesos que estavam como simples transeuntes ou curiosos..."⁹⁰.

O auge dos conflitos se deu às 16 horas, quando sindicalistas e parlamentares tentaram iniciar uma passeata: gritos, assobios, jatos d'água, bombas de efeito moral espocaram momentânea e surpreendentemente. Os cavalarianos carregavam contra os populares ... os soldados vibravam seus sabres e várias mulheres e crianças foram atingidas pelos golpes...⁹¹

Os parlamentares presentes à passeata, dado incomum, eram membros do PSP, o Partido Social Progressista de Adhemar de Barros e Lucas Garcez. Estavam na Sé os deputados Lino de Matos, José Miraglia, Saldanha Marinho e Mendonça Falcão. John French chamou a nossa atenção para o fato de que o jornal ademarista O Dia deu ampla cobertura à parede. Os dois fatos estavam vinculados à querela entre Adhemar e Garcez, que se transformaria em ruptura e guerra aberta logo depois.

Os conflitos de rua como o do dia 31, ainda se repetiriam, com menor intensidade, por cerca de dois dias. O clima de tensão do dia 31 fez com que o movimento grevista crescesse ainda mais. A greve teria ritmo ascendente, ao nosso ver, até o dia 9 de abril, quando atingiu o seu clímax. Nesta data, já eram quatro as categorias oficialmente em greve - têxteis, metalúrgicos, carpinteiros e vidreiros. A greve começava a atingir o interior, principalmente Sorocaba e ainda receberia a adesão dos gráficos. A greve só se encerraria, para metalúrgicos e tecelões, oficialmente, no dia 23 de abril.

As negociações passaram a ser feitas com a mediação do governador, que tentava assumir a direção política da crise. No dia 8 de abril, uma cerimônia reunia, outra vez, "incalculável multidão": era a posse do prefeito Jânio Quadros, que segundo A Gazeta teve que vencer, para chegar ao Palácio Prates, a maré humana que se levantava desde as proximidades da Praça Patriarca até as portas da Câmara Municipal.

No dia seguinte, o movimento grevista viveria sua jornada decisiva. Os jornais falavam em medidas duras de repressão que se avizinhavam, com a intervenção nos sindicatos como a primeira delas. Sintomaticamente, o sindicato da indústria têxtil, o setor mais intransigente do patronato no episódio, retirou-se das negociações, "liberando" o governador Garcez do papel de mediador e informando que esperaria, a partir dali, a decisão da justiça.

Mas no dia 9 de abril, ocorreu uma passeata (as manifestações de rua estavam terminantemente proibidas) que terminou em conflito entre policiais e grevistas e que foi, pela primeira vez, reprimida à bala pela polícia, que enfrentou os manifestantes que revidaram a pedradas. O incidente ficou conhecido como "a porteira da Móoca" (local dos conflitos) e deixou ferida a operária Gilda dos Reis, de 22 anos. Além

disso, um grande piquete foi organizado na Lapa, reunindo mais de mil grevistas, realizando um "arrastão" nas fábricas que ainda estivessem funcionando. Estes dois fatos - em especial o da "porteira da Móoca" provocaram uma reversão no quadro que se desenhava até então e a negociação voltou à ordem do dia, superando a tendência à repressão pura e simples do movimento.

Surge a proposta conciliatória de 32% de reajuste na DRT. Os grevistas, inicialmente, com algumas variações, reivindicavam 60% de aumento e receberam do patronato a proposta de 15% escalonados. Durante o movimento, os sindicatos rebaixariam a reivindicação para 600 cruzeiros para todos (cerca de 40%, considerando-se a média salarial dos tecelões) e o governador tentou, sem sucesso, promover um acordo em torno do percentual de 23% de reajuste.

Os 32% são aceitos, inicialmente, apenas pelos patrões da indústria metalúrgica. Levada à assembléia dos metalúrgicos, a proposta foi rejeitada, diante da insistência da Comissão de Greve, dirigida pelos comunistas, de que não poderia haver acordos em separado, devido ao pacto entre os quatro sindicatos que participavam do movimento. Mas a partir de 13 de abril, os jornais revelam, pela primeira vez, um tímido retorno dos operários metalúrgicos ao trabalho, o que indicava que a proposta de 32% de aumento tinha obtido adesões, silenciosas, entre os trabalhadores. É o primeiro sintoma de que a greve, até aqui ascendente, começava a refluir.

A proposta de 32%, apesar de rejeitada inicialmente pelos metalúrgicos, modificaria o curso do movimento páredista. As negociações seriam redirecionadas, no sentido de que este índice fosse também acatado pelos outros setores do patronato. Nos dias 15 e 16 de abril, quando houve finalmente o julgamento do dissídio dos têxteis e

metalúrgicos, respectivamente, seria este o índice que prevaleceria no tribunal. Sem surpresas, as sentenças proferidas conferiam 32% para ambas as categorias, sobre o valor dos salários de janeiro de 52, descontadas as antecipações.

Depois deste fato, o índice de 32% passou a ser o parâmetro definitivo em torno do qual se dariam os acordos como se "a força da lei" e o enfraquecimento da greve tivessem se combinado para fazer daquele percentual um valor inquestionável. Sintomático dessa nova situação foi o fato de que, nas assembleias dos grevistas, o reajuste de 32% passasse a ser considerado como uma vitória.

Os dois finais

As sentenças proferidas pelo Tribunal Regional do Trabalho, embora concedessem aos metalúrgicos e tecelões o mesmo índice de reajuste, foram diversas numa cláusula: no caso dos metalúrgicos, para os tarefeiros, o reajuste foi concedido sobre o valor unitário das tarefas. No julgamento dos tecelões, contudo, esta mesma cláusula foi voto vencido. Abriu-se para os patrões da indústria têxtil, a possibilidade de burlar o montante dos reajustes, pela via da intensificação da produção.

Os tecelões colocaram esta questão para o governador, como condição para decidirem-se pelo final da greve. Antes que ela estivesse resolvida, contudo, uma assembleia, realizada no dia 17 de abril, envolvendo as quatro categorias, votava antecipadamente o fim do movimento, autorizando os dirigentes sindicais a firmarem um acordo naquelas bases. A votação foi realizada em urna e teve o seguinte resultado: pelo encerramento da greve, foram 7 337 votos a favor, 851

contrários e três nulos. Ao final da assembleia, não faltaram os discursos de vitória e os agradecimentos ao governador. A greve se encerrava, oficialmente, antes de terminar.

O governador e seu secretário do Trabalho firmaram um acordo com os dirigentes que previa o reajuste sobre o valor unitário das tarefas e conseguiram, para ele, a adesão dos patrões das indústrias marceneira e vidreira. O acordo previa ainda o retorno ao trabalho em 48 horas. Algumas das reivindicações foram esquecidas, como o pagamento dos dias parados e a garantia de que não haveria demissões. Sem nenhum compromisso oficial, Garcez dirigiu um "caloroso apelo" aos industriais para que tivessem a nobreza de não permitir perseguições ou demissões, por motivo de greve, "que já foi resolvida e é passado"⁴⁰. Sugeriu ainda um adiantamento de férias aos operários como compensação pelos descontos nos dias não trabalhados.

Finalmente, o governador de São Paulo telegrafou ao presidente Vargas, anunciando o fim da greve e o sucesso das negociações: "atendendo às sábias diretrizes de harmonia social que orientam o governo de V. Excia e na qualidade de mediador ... tenho a honra de comunicar que, neste momento, patrões e empregados... etc, etc, etc. Sinto-me feliz por ter respeitado o direito constitucional de greve..."⁴¹

Os dias que se seguiram foram os mais confusos do movimento, estando a greve envolvida numa complicada rede de contra-informações. O acordo, amplamente divulgado e antecipadamente celebrado, não foi assinado no sábado, dia 18 de abril, e nem nos dois dias que se seguiram, porque ao ato não compareceram os patrões da indústria têxtil.

Como justificativa para a sua ausência, os industriais enviaram

um comunicado ao secretário do Trabalho, em que anunciavam a sua nova disposição contrária à assinatura do acordo, porque consideraram que os termos da minuta que daria base ao acordo "discrepavam em pontos de capital importância da sentença do TRT para agravá-la ainda mais em termos prejudiciais à economia do Estado".

A negativa extemporânea dos industriais da tecelagem em assinar um acordo no qual se empenhara o governador do Estado, tornava constrangedora a situação, o que levou a maioria da imprensa a divulgar notícias desencontradas, atribuindo aos trabalhadores a responsabilidade pelo novo fracasso das negociações. A Folha da Manhã, por exemplo, na mesma edição em que divulgava o comunicado dos industriais, afirmava que o acordo não fora concluído devido a "detalhes pendentes", como o pagamento dos dias parados e de que havia a "informação" de que alguns grupos pretendiam levar o movimento até o dia 1º de maio⁴².

O próprio Garcez, desmoralizado, passou a endossar esta nova versão dos fatos. Da tribuna, o deputado Cid Franco protestaria, em nome dos tecelões, contra o noticiário distorcido da imprensa. Dizia ele que o acordo não acontecera porque os representantes dos patrões faltaram, repetidamente, aos encontros marcados na Secretaria do Trabalho, onde o documento deveria ter sido assinado.

Estava claro que a discrepância entre a sentença do TRT e a minuta do acordo estava na questão da remuneração dos tarefeiros, que permaneceria em pendência até o fim e que seria reconsiderada, finalmente, pelo TRT.

No dia 18, nenhum dos sindicatos assinou o acordo, devido à ausência dos representantes da indústria têxtil. O sindicato dos vidreiros, contudo, decidiu não acompanhar os tecelões nesta via crucis final. Divulgou um comunicado à imprensa, desobrigando-se do acordo com

os demais sindicatos em greve, dizendo que não poderia vincular os interesses da categoria às decisões de um "grupinho de ditadores". Acrescentava que a maioria dos vidreiros já havia retornado ao trabalho.

Segundo Paul Singer, então integrante da comissão de salários dos metalúrgicos, a partir da situação criada no dia 19, iniciou-se uma grande e decisiva batalha para sustentar a greve, enquanto perdurasse a questão dos têxteis. Foi necessário acionar todas as redes de comunicação informal entre os operários para divulgar a notícia de que a greve continuava⁴⁹. Muitos tiveram que retornar à greve depois de já haver voltado às fábricas. O esforço foi bem sucedido. O movimento continuou, com um número razoável de paredistas e apenas terminaria no dia 23, depois de resolvida a pendência dos têxteis, por decisão de assembléia.

Na verdade a greve chegaria ao fim com as duas categorias que a iniciaram, os tecelões e os metalúrgicos. Vidreiros e marceneiros assinaram um acordo na Secretaria do Trabalho, no dia 20 de abril e retornaram às fábricas. A partir daí o movimento passou a sofrer um violento cerco repressivo. Os trabalhadores pagavam pela decisão de manter um movimento que já tinha terminado.

No mesmo dia 20, os sindicatos receberam um comunicado da Secretaria da Segurança, de que não mais poderiam usar o Hipódromo da Móoca para a realização das assembléias, porque "já haviam sido concedidos os aumentos salariais". O secretário, que fixara o prazo de 22 de abril para a devolução do estádio, preferiu não esperar para ver. Na madrugada do dia 22, com grande aparato de homens e armas, foram ocupados o Hipódromo da Móoca e o Salão Piratininga.

No dia 23, último dia da greve, a polícia invadiria a subsede do sindicato dos metalúrgicos em Osasco e ainda promoveria, durante horas,

espancamentos em todos os grupos de operários que encontraram pelas ruas, em torno das fábricas. Enquanto promovia o acordo, Garcez impunha, pela força, o fim do movimento. Não queria mais surpresas.

Finalmente, o TRT julgou favoravelmente a um recurso impetrado pelo sindicato dos tecelões, sobre a questão dos tarefeiros. Os industriais metalúrgicos assinaram, enfim, o acordo com os seus empregados.

A greve terminou, de maneira organizada, por decisão de assembléia, realizada no Salão das Classes Laboriosas. O jornal Folha da Manhã publicou uma foto dos grevistas com os braços erguidos, aclamando o final do movimento. Pela primeira vez, uma assembléia dos grevistas merecia uma foto na primeira página do jornal. Uma vez reconciliados com o trabalho e a produção, os trabalhadores deveriam aparecer, rapidamente, no primeiro plano do palco, para retornarem, logo em seguida, para o "mundo sob o mundo" da existência proletária.

A greve de março e abril de 1953 marcou um dos momentos de eclosão desta "onda popular" de que viemos falando, em que os trabalhadores paulistanos se colocaram em luta pela solução da crise que lhe era imposta, com o agravamento de suas condições de existência.

A greve se notabilizou por seu caráter de ação espontânea, pela imprevisibilidade de seu surgimento e de seu desenrolar e pelo fôlego com que os participantes do movimento o sustentaram. Sobretudo neste episódio envolvendo os seus "dois finais" é possível notar a força da mobilização popular que estava em curso.

Parece claro que os 32% de reajuste não significaram um ganho econômico real, porque o percentual não cobria o custo de vida do período, tendo em vista sobretudo o fato de que os aumentos de salários eram anuais. A insistência na proclamação da "vitória", tese que

unificava o governador, as direções dos sindicatos e os comunistas (e que foi assumida de forma pouco crítica pela historiografia)⁴⁴ parece uma tentativa de obter ganhos políticos a partir do que foi de fato alcançado e uma construção, com vistas a transformar o possível no ideal. Já em maio, o jornal comunista Notícias de Hoje informava sobre a existência de uma onda de demissões de grevistas nas fábricas e denunciava que algumas tecelagens não pagavam o aumento, ignorando deliberadamente a sentença do tribunal.

A questão sobre a direção do movimento, que preocupou José Álvaro Moisés, nos parece de menor relevância. A manifestação espontânea parece ter dado o tom do movimento e os grevistas se valeram das direções que tinham à mão para as funções de condução e "representação" da greve. O mesmo Nelson Rustici, presidente do sindicato dos tecelões e um dos principais dirigentes da greve, havia sido flagrosamente derrotado como candidato a vice-prefeito.

Por sua vez, o divórcio que pode ser apontado aqui entre a prática sindical e a opção política dos trabalhadores era, naquele momento, bem menos evidente do que se pode pensar, quando se considera a trajetória posterior de Jânio Quadros. Ali, para além do seu carisma pessoal, Jânio personificava a opção mais viável da vitória do "tostão" sobre as forças que representavam o patronato e o governo.

NOTAS

1. Eduardo Dias, Um Imigrante e a Revolução, pp 46 e 47.

2. Ibid, p. 35.

3. Azis Simão, O Voto Operário em São Paulo, n.º 1, p. 132.

4. Eduardo Dias, op. cit., p. 56. ...

5. Os grifos são nossos.

6. Eduardo Dias, op. cit., p. 57.

7. Hélio Damante, "O Movimento de 22 de março em São Paulo" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, n.º 18, pp 105 a 112.

8. Texto a respeito das ligações entre Garcez a UDN, do "namoro" entre o governador e o partido da eterna vigilância foi publicado no Diário da Noite, dia 22 de janeiro de 1953.

9. O verbete do Dicionário Histórico e Geográfico da Fundação Getúlio Vargas a respeito de Jânio Quadros diz que houve um apoio discreto de Adhemar a Jânio, como forma de retaliar a não indicação do seu irmão para a postulação do cargo. Não conseguimos comprovar esta afirmação. A opinião dos antigos redatores do jornal A Hora, que ouvimos, é de que o apoio não aconteceu, porque as divergências entre Jânio e Adhemar, naquele contexto, eram irreconciliáveis. Já o Correio

da Manhã identifica dois momentos da participação de Adhemar na campanha de Cardoso. Num primeiro momento, ele tentaria se apropriar do candidato, reservando-se os momentos apoteósticos dos comícios e fazendo proclamações de vitória pessepista. Quando a candidatura deu sinais de naufrágio iminente, contudo, ele procurou afastar-se de Cardoso, para não ser identificado com a derrota.

10. O jornal A Gazeta publicou, no dia 9 de abril de 1953, uma pesquisa de opinião que indicava o crescimento de Jânio na reta final e que lhe assegurava a vitória por uma margem inferior à que foi de fato obtida. Segundo o jornal, a pesquisa fora divulgada na véspera do pleito, pela emissora de rádio ligada ao jornal. Os demais jornais "previram", até a véspera do pleito, uma vitória apertada de Cardoso sobre Jânio.

11. Diário da Noite, dia 23 de janeiro de 1953.

12. Havia um terceiro candidato, o deputado federal petebista Ortiz Monteiro, lançado pelo PTN com o apoio de Hugo Borghi. Recebeu votação inferior ao número de votos nulos ou brancos.

13. Correio da Manhã, 20 de fevereiro de 1953.

14. Três nomes figuravam como candidatos a candidato a vice-prefeito na chapa de Francisco Cardoso. Fernando Nobre Filho, o indicado, André Nunes Júnior e Ortiz Monteiro, todos do PTB. Os dois últimos acabaram por lançar as suas próprias candidaturas a prefeito; como o candidato a vice de Jânio, Porphírio da Paz, também era

petebista, o partido participou das quatro chapas que concorreram às eleições. O Correio da Manhã, depois do pleito, avaliou que a força eleitoral do partido foi transferida para Jânio, através dos grupos de Porfírio da Paz e Marrey Júnior:

15. André Nunes Júnior, em aparte a Jânio Quadros, Anais da Câmara Municipal, dia 27/3/50.

16. André Nunes Júnior, Anais da Câmara Municipal, dia 31/5/50.

17. Ibid, dia 13/2/50.

18. Eram comuns as tentativas de impugnação dos candidatos na época, sob a acusação de comunismo. Cardoso também tentou impugnar a candidatura de Jânio, sob o mesmo argumento.

19. Azis Simão, op. cit., p 132.

20. A legislação eleitoral do pós-guerra permitia que os eleitores se inscrevessem no seu local trabalho e a inscrição ex-officio era inclusive realizada pelos empregadores, para o conjunto dos seus funcionários. Como a Sé era um grande centro de comércio e serviços, muitos trabalhadores a escolheram como distrito eleitoral. A Sé tinha 11 000 habitantes e 14 744 eleitores.

21. A Gazeta, 24 de março de 1953.

22. Folha da Manhã, dia 24 de março de 1953.

23. Êder Sader, Quando Novos Personagens Entraram em Cena. tese de doutoramento, p. 94.

24. "Transcende à participação comunista a gravidade da situação na Capital", Viegas Neto, Folha da Manhã, 2 de abril de 1953.

25. Ibid.

26. Folha Bancária, n.º 45, junho de 1953, citada por Armando Boito Júnior, p. 62, nota 63.

27. Michelle Perrot, "O Primeiro de Maio na França (1890): O Nascimento de um Rito Operário" in Os Excluídos da História, p. 128.

28. Correio da Manhã, dia 29 de março de 1953.

29. Ibid.

30. Folha da Manhã, 24 de março de 1953.

31. Folha da Manhã, 26 de março de 1953.

32. Paul Singer, "Uma Experiência: A Greve dos Metalúrgicos" in Folha Socialista, 5/6/53, 20/6/53 e 5/7/53.

33. O Estado de São Paulo, dia 27 de março de 1953.

34. O Estado de São Paulo, dia 28 de março de 53.

35. Ibid.

36. Michelle Perrot, Workers on Strike, France, 1878/1890. Ver sobretudo o quarto capítulo, "Strike Methods", pp 83 a 96.

37. Ver o comunicado do Juizado de Menores no Estado de São Paulo, dia 2 de abril de 1953.

38. Folha da Manhã, 1 de abril de 1953.

39. Ibid.

40. A Gazeta, dia 18 de abril de 1953.

41. Ibid.

42. Folha da Manhã, dia 21 de abril de 1953.

43. Paul Singer, "Uma experiência", 5/7/53.

44. José Álvaro Moisés afirma que, depois das sentenças do FRT "os trabalhadores eram sem dúvida os vencedores", mas que o retorno ao trabalho não se dera porque "queriam assegurar os termos de sua vitória segundo as condições que afirmavam os seus direitos". Os "termos" e as "condições" seriam a liberdade dos grevistas presos, o pagamento dos dias parados e a garantia de que não haveria represálias, condições já

abandonadas no "primeiro final" da greve, na assembléia do dia 17 de abril. Moisés, Greve de Massas e Crise Política, p. 90.

CONCLUSÃO

A eleição de Jânio Quadros foi o assunto político da semana que se seguiu ao pleito de 22 de março, no Rio de Janeiro, então capital política do país, devido ao inusitado de seu resultado. Os jornais cariocas, que como os paulistas combatiam, via de regra, os políticos populistas, não deixaram de assinalar os traços do novo prefeito, nem de indicar a corrente política na qual julgavam que ele se inseria.

O Correio da Manhã definia os traços biográficos e as características de Jânio: "filho de médico, formado em direito e professor de português, entrou na política como candidato bem sucedido a vereador, depois de curta e fulminante carreira entre as classes populares. Desde então, foi o orador que mais falou na Câmara Municipal e na Assmbléia Legislativa. Qual o seu método? Colarinho roto, punhos sújos, roupa e cabelos mal cortados, bigodes caídos, tenaz combatividade. Denúncias e mais denúncias da tribuna, algumas certas, outras erradas, contra Adhemar de Barros e sua gente"¹....

Sobre sua atividade política, dizia o Correio que ela se resumia a "projetinhos de reconhecer associações privadas como de utilidade pública, reestruturação das carreiras do funcionalismo, visitas diárias, de bonde, aos grêmios profissionais do proletariado e discursos de mangas arregaçadas. Sim, um novo tipo de demagogo, fazendo praça de pobreza e honestidade, agitando grevistas sem ser comunista e pregando a caridade sem ser cristão"².

O jornal vai mais longe, inserindo Jânio na corrente que, a seu ver, ele pertencia e criando a sua própria história da demagogia, onde acreditava que ele estava localizado. O Correio cria a sua história com personagens e momentos bem definidos ao dizer que "pode-se datar do senhor Getúlio Vargas a introdução da demagogia em larga escala na vida política, lançando os operários contra os patrões e agitando a panacéia

da legislação social ... o senhor Getúlio Vargas logrou criar uma popularidade e em 1950 recolheu os frutos, retornando ao poder. Aproveitando-se do exemplo, o senhor Adhemar de Barros procurou ir mais longe. Já não bastava cortejar os humildes e sustentá-los contra o que chama de burguesia, nem era mais suficiente uma demagogia puramente verbal, formulada em termos genéricos e abstratos ... impunha-se lastrear a demagogia em fatos espetaculares e gestos dramáticos e sobretudo, em organizações bem financiadas, que agrupassem em núcleos os eleitores ... e eis que o senhor Jânio Quadros dá um passo à frente. Além de apelar para as massas, além de organizá-las em núcleos consistentes, além da propaganda em larga escala, em termos espetaculares, era preciso manter o maior número de contatos pessoais. Falar com lixeiros às quatro da madrugada, almoçar em marmitas, no meio fio, junto com os operários de cada fábrica e travar relações diretas com o maior número possível de trabalhadores. O resultado desse esforço foi a conquista esmagadora do eleitorado. E agora? Como ultrapassar esta última etapa da demagogia? A demagogia atinge seus limites de possibilidades....³

Esta mesma ordem de enunciação do fenômeno do populismo pode ser encontrada, de maneira muito mais resumida, nos comentários do jornal O Estado de São Paulo, após os primeiros resultados do pleito. Para O Estado, o resultado indicava que um terceiro messias havia surgido das eleições⁴. O matutino conservador não se dá ao trabalho de explicar, sobre os messias, quais seriam os outros dois. A nossa conclusão é a de que a mesma história da demagogia valia para eles, mesmo porque Getúlio Vargas e Adhemar de Barros eram, de longa data, os inimigos históricos d'O Estado de São Paulo.

Na visão ex-post parece insensato reunir estes três "próceres" na

num mesmo enunciado, numa mesma história. O fato de que isso tenha sido feito e de maneira tão automática que O Estado sequer tenha se dado ao trabalho de esclarecer aos leitores sobre a história que construíra, nos leva de volta ao ponto de partida deste trabalho.

Ao formularmos num primeiro momento os nossos objetivos partimos do paradoxo apontado por John French para os trabalhos acadêmicos sobre o populismo latino-americano, que, dizia ele, sobrealçam, na análise do fenômeno, a manipulação política dos trabalhadores e dos setores populares do eleitorado pelos políticos populistas. Segundo French, apesar deste fato, que não contesta, um outro lado do fenômeno não pode ser esquecido e repõe a questão. Trata-se do fato de que as classes dirigentes jamais tenham deixado de demonstrar o seu desafeto por estes mesmos políticos, considerados por eles como incendiários e promotores da subversão. As "classes conservadoras", com seu acesso privilegiado ao Parlamento e aos meios de comunicação, não se cansaram de orquestrar a ladainha contra os demagogos, reunindo a todos, malgrado suas diferenças sabidas ou pressentidas, num amálgama que continha a ameaça do inimigo comum: o comunismo e a revolução.

A respeito do comunismo, é verdade, ele tinha um significado emblemático para as classes dirigentes e para o patronato. Nas manifestações destes setores, comunismo era toda e qualquer rebelião dos trabalhadores. Qualquer contestação, ainda que tímida, à ordem social estabelecida, fosse ela ou não liderada pelos políticos demagógicos. Daí o fato de serem tão frequentes os termos mistos, como comuno-queremismo, comuno-ademarismo e que se fizessem acusações, como as que Jânio recebia, de ser um "vereador de linha justa".

Por isso, o sinal de igual entre dois inimigos jurados, como Adhemar de Barros e Jânio Quadros. Por isso, Getúlio Vargas como o pai,

não dos pobres, mas de toda e qualquer atividade política que se inscrevesse sob o signo da demagogia. É preciso entender a partir de que ótica estes políticos podiam ser considerados como uma ameaça. Desconhecer este processo é fechar os olhos a todas as manchetes e a todos os editoriais dos grandes jornais paulistas e cariocas, tão eloquentes sobre este julgamento negativo de Getúlio Vargas e de seus pretensos seguidores que o ex-ditador se viu obrigado a criar o seu próprio órgão de imprensa, no jornal Última Hora.

O que estava em crise a partir de 1945 era uma determinada política liberal, política dos bacharéis, dos melhores, que tinha raízes na Primeira República e que, apesar dos tempos adversos, ainda não entregara os pontos. A expressão mais acabada desta política liberal era a UDN - União Democrática Nacional, mas a crise atingia também, em certa medida, todos os chamados partidos de centro, que se definiam como não populistas, sobretudo o PSD.

Para entender a crise do liberalismo é preciso retornar às eleições para a Constituinte de 33, quando grande parte das famílias detentoras de mando político elegeram-se para participar da elaboração da nova constituição. Na constituinte de 46, como foi apontado por Sérgio Micelli, na bancada da UDN havia um grande número de deputados que haviam sido constituintes em 33. Exemplo típico de vitória liberal foi a representação paulista na Constituinte de 33, reunida na chapa São Paulo Unido, que congregava o PRP, o PD, a LEC (Liga Eleitoral Católica) e a Federação dos Voluntários (de 32). Trabalhando juntamente com esta chapa e defendendo as mesmas causas estavam os industriais paulistas, como Roberto Simonsen e Horácio Lafer, que participavam dela como representantes classistas do patronato. A tônica da atuação da bancada paulista foi o combate à intervenção do Estado nas relações sociais, à

politização da "questão social" e à criação da legislação trabalhista e do sindicalismo estatal.

Sérgio Micelli considera que, em parte, a UDN se compunha dos políticos que levaram a melhor em 33 e depois foram excluídos, cassados, pelo golpe de novembro de '37⁵. E o golpe do Estado Novo dirigia-se, afinal, não contra os comunistas e as mobilizações populares, que já eram alvo de repressão implacável desde 1935, mas contra os políticos oligarcas, que ameaçavam voltar ao poder através da candidatura de Armando Salles de Oliveira. Era o retorno de "São Paulo" ao poder, através do Partido Constitucionalista e da velha política dos melhores.

Por isso, para entender o que significava a história da demagogia, na qual Jânio foi inscrito como a terceira versão, é necessário entender melhor o que significava para os políticos as derrotas eleitorais, o voto das massas citadinas, a nova política do pós-guerra, que teria, na versão de Francisco Weffort, "como fundamento a massa e como chefes os líderes populistas".

A identidade de elite

O figurino político liberal, tão bem talhado para manobrar a política eleitoral até 1933, começa a dar sinais de não mais se ajustar às novas realidades sociais criadas pela industrialização e urbanização maciças do país, durante o Estado Novo e pelo novo padrão de participação política popular que se instaura no pós-guerra.

A derrota inicial do brigadeiro Eduardo Gomes e as demais derrotas que se seguiram, a perda de substância eleitoral dos chamados partidos de centro, pelo menos a nível nacional⁶, foram traduzidas por um julgamento que tinha dois pólos que se completavam. Em primeiro

lugar, o diagnóstico de que estava em curso uma crise das elites, que não conseguiam o mesmo sucesso com as novas regras do jogo eleitoral e as novas realidades do país. E o segundo, que prevaleceria até o golpe de 64, estava subsumido na frase de que "o povo não sabe votar".

A percepção desta crise das elites era pública e notória e deixou muitos registros. Um deles, anotado por French, pode ser encontrado nos discursos do médico Antônio de Almeida Prado, candidato derrotado ao governo do Estado de São Paulo em 1947, pela UDN. Os discursos de Almeida Prado falam de um mundo que desaparecia, de um sentimento de perda e confusão e da situação delicada em que ficavam aqueles que, como ele, não pretendiam mobilizar, em seu próprio favor, os sentimentos de ódio criados pelos conflitos sociais.

Almeida Prado deplorava, mesmo, o surgimento de um mundo industrial, com o êxodo dos campos, os problemas de abastecimento e habitação nas cidades, as greves e os conflitos. Deplorava, sobretudo, o fato de que as reivindicações populares fossem manejadas pelos políticos exploradores, a quem o povo, ingenuamente, a seu ver, convertia em ídolos.

O que se depreende do texto de Almeida Prado, além do senso de "noblesse oblige" é uma certa identidade de elite e a idéia de que a elite deixava de sê-lo, no momento em que não obtinha mais, através do jogo democrático que se empenhara em restabelecer, as mesmas posições de outrora.

Outra expressão da percepção desta crise pode ser vista nos artigos de João de Scatimburgo, editorialista do Diário da Noite, sobre o fenômeno político que ele definia como a "marginalidade da inteligência". Em artigo publicado a poucos dias do pleito de 22 de março, Scatimburgo propõe-se a uma análise histórica e política sobre as

clientelas eleitorais. Identifica o surgimento do fenômeno na Roma antiga, onde o patriciado a cultivava para respaldar seus interesses políticos na cidade. Dizia ele que tão inferior era a condição dos clientes que os plebeus tinham dela horror, porque consideravam-na como equivalente à escravidão.

Scatimburgo, no entanto, não situa o fenômeno das clientelas no Brasil nos famosos currais eleitorais do campo, como é a análise corrente da sociologia no país. Para ele, a clientela no Brasil era um fenômeno da democracia moderna e tinha suas causas bem demarcadas. Dizia ele que "o sufrágio universal nivelou por baixo e continuará por baixo a nivelar, mandando para as câmaras não os melhores, os mais aptos, os mais habilitados para as funções da representação, mas os menos habilitados, os menos aptos e em não poucos casos, os piores"⁷.

Segundo o jornalista, um espetáculo deprimente tinha sido visto nas últimas eleições gerais (de 1950) com o resultado das urnas em desfavor dos melhores. "Processores de Direito, talentos notáveis, deputados que haviam servido com dignidade à Nação foram derrotados por ... alguns pirralhos sem expressão, sem bagagem intelectual e o que é mais de acentuar, sem possibilidade de aprender"⁸.

Nesta batida, sucediam-se os editoriais, que se prendiam à crise das elites, sediadas pelo conflitos sociais elevados à esfera da política pelos demagogos sem escrúpulos e que, na maioria das vezes, como no artigo de Scatimburgo, terminavam por propor reformas políticas que implicassem na restrição do direito de voto aos "incapazes".

Na semana seguinte à vitória de Jânio Quadros para prefeito, o Correio da Manhã dedica toda uma série de editoriais para a análise da derrota dos grandes partidos, "batidos ruidosamente por um só homem" que soube "tirar da chuva os vapores da atmosfera".

Entre os vários fatores que ensejaram a derrota das agremiações, o Correio apontava "as novas realidades sociais do país, sobretudo no caso de São Paulo, já que o desenvolvimento quase instantâneo da cidade, aumentando a população, absorveu e diluiu a classe dirigente, fazendo emergir homens desconhecidos, algumas vezes puros aventureiros, que ainda não escolheram definitivamente o seu caminho, como aconteceu em Chicago"⁹.

Condenava também o sistema de representação proporcional, sistema que "não elimina grupos, antes os forma, subdividindo-os e estimulando-os à competição". E citava, finalmente o desinteresse crescente dos homens de elite pelos negócios públicos. Em um dos editoriais, O Correio mencionava o fato de que o governador do Rio, Amaral Peixoto, havia feito um apelo aos homens de elite, aos que se destacavam na vida privada, para que se filiassem nas agremiações partidárias, para evitar que a política passasse a ser dominada por aventureiros e demagogos. Dizia o Correio que a opinião do governador do Rio era compartilhada "por muitos homens de bem, ante o descalabro demagógico que se apodera do Brasil."¹⁰

Mas o editorial também considerava que, além da crescente concentração de esforços demandados por seus negócios privados, o que afastava a elite da política era o fato de que não podiam se conformar, "a valer, nas decisões coletivas, com o mesmo peso que tem o voto dos homens mais primários e incapazes". Afirmava que "já está se tornando cada vez maior, entre os homens de educação superior e de alto tirocínio prático, a consciência, bem ou mal, da inutilidade de qualquer esforço político. Para que filiar-se a algum partido se quem decide é a massa? Para que votar se o voto qualificado se perde entre os milhões de votos proferidos por gente que mal sabe desenhar o próprio nome e que tem da

vida a experiência mais acanhada e rústica que se possa conceber?¹¹

Como conclusão, o artigo menciona a hipótese de adoção de novos critérios eleitorais, que assegurariam uma eleição de acordo ... com o nível de educação. Mas o próprio jornalista diz a seguir que indicar esta medida não constituía uma solução, porque nada levava a crer que ela fosse, de fato, realizável.

Finalmente, ele propõe uma revisão do próprio sentido que se dava à palavra elite, afirmando que ela tinha um significado mais profundo do que aquele que era correntemente empregado. A verdadeira elite, dizia, não era apenas o grupo de pessoas pertencentes ao extrato social que "por vários motivos, notadamente os de classe, tiveram facilidades para se educar". Em seu "sentido profundo", a elite seria a camada que estava dotada, efetivamente, da capacidade para liderar as massas. Os dois sentidos do termo, segundo ele, já haviam estado reunidos numa mesma classe, que no Brasil haviam sido os bacharéis, liberais e conservadores, que proclamaram a República.

O divórcio, em 1953, da elite com a política, estava embasado na incapacidade crescentemente demonstrada por esta para liderar as massas. "Que liderança podem exercer estes homens cujos interesses se opõem aos das massas e cujos hábitos os divorciam delas? E aqui a proposta final se modificava. A solução seria que a elite recuperasse sua "capacidade de comando".... "o que só logrará se conseguir apontar para as massas rumos a que ela aspira e a liderar na conquista de suas reivindicações"¹².

Era um beco sem saída. Os liberais, defendendo seus princípios firmados nos privilégios de propriedade, de educação, pugnando pela não participação ampla dos trabalhadores na política institucional, contrários à intervenção do Estado nas relações sociais, avessos a

qualquer politização dos conflitos de classe, estavam sem dúvida em más condições para assumir a inusitada tarefa de interpretar e encaminhar as reivindicações populares.

Esta proposta, no entanto, não deixou de ser formulada, em sucessivas ocasiões. Ela partiu, inclusive, de setores exponenciais do pensamento autoritário no Brasil, como o ex-ministro Francisco Campos, autor da Constituição de 1937. Impactado pelo resultado do pleito de São Paulo, ele recomendou às elites políticas que, se quisessem sobreviver, deviam "participar das preocupações cotidianas do povo, demonstrando não se sentirem fatigadas ou enjoadas da rusticidade dos fatos e da plenitude um pouco agressiva do senso comum". E vaticinava que "em substituição às velhas elites, as novas já vêm apontando no horizonte, carregadas nas cristas das agitações populares"¹⁹.

Em endosso ao comentário de Francisco Campos, o editorial do jornal A Gazeta afirmava que "os estadistas de outrora se formavam numa escola política que poderia não ser muito adequada aos tempos modernos, mas era uma escola e numa escola se adquirem hábitos de disciplina e de respeito, de ordem e hierarquia, assim como se aprende a esperar a hora de cada coisa. Será muito desses bons hábitos que está faltando à moderna geração de homens públicos, improvisada ao sabor das flutuações políticas ou instavelmente conduzidas na crista das agitações sociais?

O diagnóstico e a recomendação final também não estão ausentes: "o voto popular repele os nomes da antiga ordem das coisas e estes, por sua vez, se retraem aos embates eleitorais, para os quais não sabem ou não querem empregar as armas da hora em que vivem. Cumpre que se façam menos reacionários, política e socialmente falando. E se atualizem, se adaptem e se organizem para conquistar o posto que lhes deve caber"¹⁴.

Esta recomendação final, tão repetida, vinha acompanhada de um

certo toque, mal disfarçado, de desilusão. Um dos editoriais do Correio dos últimos dias de março, constatava que "na verdade há um perdedor certo e inevitável em todas as eleições que se processam no Brasil, desde 1950, há uma derrota constante, entre as muitas variáveis. Este perdedor é a UDN, esta derrota é da UDN. Neste editorial, em particular, em que o Correio falava de uma "revolução popular em marcha", o jornalista esclarece, entre outras negativas, que não se tratava da revolução dos bacharéis, "que confundem a rebelião das massas com a guerra ao senhor Getúlio Vargas e acreditam na iminência de um golpe que depusesse o ditador (o senhor Getúlio Vargas será sempre o ditador, para o comodismo liberal) e com a deposição do ditador instaurasse o milênio dos comodistas e dos oportunistas...."¹⁵

Golpe, comodismo, oportunismo, instauração do milênio. Sem dúvida, poderíamos considerar estas palavras como proféticas, já que os liberais, udenistas ou não, não revelaram qualquer disposição para liderar as massas ou para "apelar ao povo" e afinal decidiram-se, em 1964, pela deposição, não do ditador, mas de seu herdeiro político, o presidente João Goulart¹⁶. Não deixa de ser significativo o fato de que, na solução final de 64, todos os líderes populistas, inclusive os que apoiaram os militares, tenham sido banidos da cena política, como foi o caso de Adhemar de Barros.

Ao seguir todo este roteiro de demonstração, estamos preocupados em recuperar o fato, obscurecido pelos eventos políticos do pós 64 (e por suas interpretações de esquerda) de que movimentos como o janismo e o ademarismo não eram tão facilmente assimiláveis pelas classes dirigentes.

Neste momento estavam em discussão dois projetos de ordenação social, ou como diria Evelina Dagnino, de organização da dominação

burguesa. Um deles era o projeto liberal, que esperava em 45 pela sua chance de volta aos dias de glória do início do século. O outro era o projeto nacional-desenvolvimentista, que se alicerçava nas transformações do país operadas durante o Estado Novo e no projeto de industrialização que estava em curso.

O projeto liberal retomava algumas idéias que nortearam a atuação política dos opositores de Vargas (e mesmo de alguns de seus aliados) durante todo o período getulista. Tratava-se da oposição, nunca abandonada, ao trato "político" da questão social, ou seja à condução das relações patrões/empregados através da mediação do Estado. Mesmo os empresários industriais, os grandes beneficiários da política industrializante do Estado Novo, que, como vimos, prosseguiu no pós-guerra, jamais fizeram causa comum com a legislação trabalhista e sempre avocaram para si próprios a imposição da lei e da ordem nas fábricas. Vários autores, como Maria Célia Paoli, já descreveram a longa luta dos empresários contra a aplicação das leis sociais.

Vimos como os empresários de São Paulo, representantes do setor mais forte da indústria no país, mesmo vinculados ao PSD e não à UDN, procuraram imprimir, durante o governo Dutra, uma abordagem puramente policial no trato com o movimento operário e suas reivindicações, tentando tornar sem efeito determinadas leis sociais, como a do salário mínimo, que não chegou a ser reajustado durante todo o período em que Dutra esteve no Catete.

Havia por outro lado entre os liberais uma orientação, como vimos, de sobejo, para a proposta de democracia restrita para condenar os apelos populistas às massas, apelos que eram julgados sempre à luz dos males que poderiam provocar, por atear incêndios através da inquietação popular.

Do ponto de vista econômico, o projeto liberal vinculava-se a uma postura de combater os excessos nacionalistas e o crescente intervencionismo estatal. Mesmo sem assumir uma postura diretamente antiindustrialista, estavam mais próximos da exigência de liberdade para importar e da abertura da economia para os capitais estrangeiros. Também como tendência, criticavam a política externa pragmática e desejavam um alinhamento maior com os Estados Unidos, seguindo as exigências bi-polarizantes do clima de guerra fria da época. Havia mesmo alguns que suspiravam pelos bons tempos da fazenda, do país com vocação agrícola, como era o caso do brigadeiro Eduardo Gomes e de Antônio de Almeida Prado⁴⁷.

O ponto de vista nacionalista e desenvolvimentista era a moeda que se impunha, apesar de que não tenha jamais sido encarada, sem ressalvas, pelo patronato. Estava alicerçada no velho projeto de industrialização, defendido pelos empresários do Ciesp no final dos anos 20, pelos revolucionários de 30 e assumido como política de Estado pelo governo getulista do Estado Novo. Apoiava-se na idéia de que as nações que não se industrializassem não teriam porvir, seriam esmagadas pela exploração "colonial" e encerrava uma certa idéia conspirativa de que os países ricos tramavam contra o progresso do Brasil.

Ao contrário do projeto dos empresários, em sua formulação original, o desenvolvimentismo getulista assumiu outras facetas, como a tentativa de incorporação dos trabalhadores na política institucional, a partir da criação seu próprio espaço legítimo de atuação, através do sindicalismo estatal e da participação política através de partidos como o PTB.

A emergência de Jânio Quadros, como vimos, no primeiro capítulo, esteve ligada, num primeiro momento, a um espaço criado pela emergência

dos trabalhadores na política do pós-guerra e também a um vazio proporcionado pela ilegalidade do PCB e pela repressão a seus militantes. O homem de Vila Maria, como destacava o Correio da Manhã, era o estranho tipo que "agitava grevistas sem ser comunista e pregava a caridade sem ser cristão".

As primeiras ligações de Jânio Quadros, como vimos, no primeiro capítulo, estavam vinculadas ao movimento de oposição pela derrubada do Estado Novo. O seu primeiro partido em 1945 foi a UDN e o seu voto em 2 de dezembro foi para o brigadeiro Eduardo Gomes. A sua ligação, concomitante, com os trabalhadores e os liberais poderia ser identificada na ambiguidade de sua figura. Era o homem que almoçava em marmitas no meio fio, mas que falava no "mais puro estilo camoneano". Sujo, mal vestido, despenteado, encarnava o moralista que varreria a corrupção. Era um ponto de interseção entre duas correntes que se entrecruzavam.

Num primeiro momento, poderíamos situá-lo no grupo que, dentro da UDN, aglutinava as forças liberais que demonstravam maior preocupação social, como Almeida Prado e Virgílio de Melo Franco. John French fala mesmo da existência de uma corrente de base na UDN, mais inclinada para o populismo, que terminou ofuscada pela definição anti-getulista e elitista do partido. O próprio Jânio Quadros, nos primeiros anos de atuação como vereador, tinha como modelo um deputado estadual udenista, Juvenal Sayon, que antes dele notabilizara-se pelo combate à corrupção ademarista. Sayon distinguiu-se pelas campanhas contra os senegadores, açambarcadores, cambionegristas e também pelas cruzadas contra a prostituição, o jogo do bicho e a "imoralidade" de modo geral. Também no governo Dutra, Jânio manteve-se na postura de defensor dos princípios democráticos, defendendo os presos políticos, denunciando as torturas e

combatendo as práticas repressivas do governo Dutra contra os movimentos sociais¹⁸.

No entanto, já por sua maneira de tratar os eleitores, "os proletários", "o operariado", vê-se que ele incorporara, na sua retórica, os tons criados pelo trabalhismo de Getúlio Vargas. Ou seja, era corriqueiro, em seus discursos, o tratamento aos operários como classe, reunindo-os num coletivo, num ser à parte, dentro da ordem social. Não existe, na maioria das vezes, nestes primeiros anos, a intenção de diluir os operários na massa dos consumidores, nem de forjar uma pretensa identidade comunitária.

Por outro lado, caldatária das propostas getulistas e nacionalistas era a sua visão da economia nacional, em diversos aspectos. A indústria - como vimos - era a indústria da Nação. A indústria traria civilização, independência e soberania. Os empresários seriam apenas agentes deste processo impessoal de criação de riquezas para o país. Os vilões eram as companhias estrangeiras, sobretudo nos setores petrolíferos, fornecedores de energia e de insumos industriais básicos.

Durante todo o ano de 1952, a explicitação destas idéias teve lugar na campanha pelo monopólio estatal para a exploração do petróleo. Comentando um projeto de lei de autoria do Executivo, que permitia a venda ao estrangeiro de minerais estratégicos, sem consulta ao parlamento, Jânio discursou em plenário, dizendo que ... "não posso silenciar, constrange-me o coração o sentido que se empresta ao destino do meu país ... tudo indica que a intenção é exauri-lo, arruiná-lo, sujeitá-lo ou não se intentaria, na alta administração, ceder ao empréstimo criminoso, alugar no negócio ilícito ou vender na mercância impatriótica o patrimônio coletivo, que é tudo o que a nacionalidade

despojada ainda possui e a esperança no amanhã"¹⁰.

O monopólio do petróleo, a nacionalização da Light, a industrialização como projeto nacional, o estado gestor e interventor, a independência econômica. Estas propostas asseguravam o seu lugar no barco desenvolvimentista e aproximavam a sua retórica dos vários discursos nacional-desenvolvimentistas da época, sustentados pelos trabalhistas, isebianos, socialistas, comunistas, etc,etc.

Este projeto desenvolvimentista era, por outro lado, traduzido por Jânio para outros momentos da vida cotidiana dos paulistanos que o elegeram. Vimos o tratamento que dava ao comércio, que queria disciplinado, regido por considerações de preços justos e lucros justificáveis. Também sustentava uma noção equivalente para os salários, que deveriam retribuir condignamente os esforços de forma a que trabalho e salário não se transformassem em fatores de aviltamento do operariado, que não os encurralasse na miséria.

Finalmente, mesmo com respeito às condições de trabalho, o lado sempre oculto das relações capitalistas, ele propunha que o Estado interviesse para estabelecer a justiça. Com isso, podemos vislumbrar na sua atividade, "infrene", como ele a definia, o ritmo da metrópole capitalista dos anos 50. A metrópole onde, segundo a crônica de Costa Rego, não se podia dormir com o barulho das demolições. A metrópole que impunha, aos que lá chegavam e lá viviam, a "voragem" do progresso" de que falava Eder Sader. Quadros, às quatro da manhã, com lixeiros; às madrugadas nas delegacias com os ambulantes; ao meio dia, almoçando no meio fio; tentando fazer retroceder o ritmo das demolições para a abertura da avenida dos Campos Elísios, porque às nove horas o operariado estava exausto, pela sobrecarga de trabalho.

Para além da encenação demagógica, há o significado simbólico de

toda esta atividade. Na metrópole em que o desenvolvimento capitalista impunha ritmos que se traduziam em trabalhadores "dessorados e exangues", batidos pela física e pela desnutrição, ele apelava para os valores cristãos para impor a justiça no próprio exercício da dominação. Por isso, Francisco Weffort concluiu que os eleitores de Jânio Quadros eram sobretudo operários reivindicando justiça, porque já estavam, ao contrário dos ademaristas, perfeitamente submetidos à vida sob as condições da exploração capitalista e definiam seus interesses a partir destas condições.

Ao nosso ver, os valores a que Jânio recorria para definir a justiça não podem ser subsumidos dentro da lógica de racionalidade capitalista (com o seu apelo ao "mercado" como instância de definição de regras e normas) e por isso julgamos ver mais resistência que integração, nos operários eleitores de Jânio Quadros. De qualquer forma, julgamos ter claro aqui o seu perfil em 1953, o que esclarece (não "explica") a sua ascensão, como líder popular, num momento de luta, ou como diria Sidney Chalhoub, num 'lugar' situado na confluência de muitos caminhos e na incerteza de vários futuros"²⁰.

NOTAS

1. Correio da Manhã, dia 21 de março de 1953.

2. Ibid.

3. Ibid, dia 29 de março de 1953.

4. O Estado de São Paulo, dia 24 de março de 1953.

5. Sérgio Micelli, Carne e Osso da Elite Política Brasileira. no Pós-30, in HGCV, v. 10, p. 565. Entre os constituintes de 33 reeleitos em 46, Micelli cita os nomes de Manoel do Nascimento Fernandes Távora (UDN - CE), José de Borba Vasconcellos (UDN -CE), José Augusto Bezerra de Medeiros (UDN-RN), Octavio Mangabeira (UDN-BA), João Vilasboas (UDN-MT), Aloysio de Castro (UDN-BA), Aloysio de Carvalho Filho (UDN-BA), João Mendes da Costa Filho (UDN-BA), Clemente Mariani Bittencourt (UDN-BA), Gabriel de Rezende Passos (UDN-MG) e Milton Soares Campos (UDN-MG).

6. Sobre a perda de substância eleitoral dos grandes partidos, vitoriosos nas eleições de dezembro de 45 ver Orlando M. Carvalho, "Os Partidos Nacionais e as Eleições Parlamentares de 1958" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 8, p. 17; ver também, Fernando Henrique Cardoso, Partidos e Deputados em São Paulo in Os Partidos e as Eleições no Brasil.

7. Diário da Noite, dia 9 de fevereiro de 1953.

8. Ibid.

9. Correio da Manhã, dia 26 de março de 1953.

10. Ibid, dia 27 de março de 1953.

11. Ibid.

12. Ibid.

13. A Gazeta, dia 27 de abril de 1953.

14. Ibid.

15. Correio da Manhã, dia 29 de março de 1953.

16. Antes de 64, houve outras tentativas de golpe, como registra a historiografia; contra Getúlio Vargas, que resultou no suicídio; contra a posse de Juscelino e finalmente pela adoção do parlamentarismo, para diminuir os poderes de João Goulart, após a renúncia de Jânio.

17. Sobre as idéias "ruralistas" de Eduardo Gomes e Antônio de Almeida Prado ver Eduardo Gomes, Campanha de Libertação e Antônio de Almeida Prado, Jornada da Democracia : Discursos Pronunciados na Campanha Eleitoral como Candidato a Governador do Estado de São Paulo. Citados por John French, Industrial Workers and the Origin of Populist Politics in the ABC Region of Greater São Paulo, Brazil, 1900/1950, pp

244 a 419.

18. Ver capítulo 2.

19. Jânio Quadros, Assembléia Legislativa, dia 18 de abril de 1953.

20. Sidney Chalhoub, Visões de Liberdade, p. 25.

FONTES IMPRESSAS CONSULTADAS

1. Revistas:

1.1 - Anhembi

1.2 Boletins do Tribunal Regional Eleitoral.

1.3 - Digesto Econômico.

1.4 - History Workshop.

1.5 - Isto É.

1.6 - Observador Econômico e Financeiro.

1.7 - Revista Brasileira de Estudos Políticos.

1.8 - Past and Present.

1.9 - Sociologia.

2. Jornais:

2.1 - Correio da Manhã - 1953

2.2 - Diário da Noite - 1953

2.3 - O Estado de São Paulo - 1953

2.4 - Folha da Manhã - 1953

2.5 - Folha Socialista - 1948/1950 e 1953.

2.6 A Gazeta - 1953

2.7 - Notícias de Hoje - 1953

3. Outros:

3.1 - Anais da Câmara Municipal de São Paulo - 1948 a 1950.

3.2 - Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo - discursos do deputado Jânio Quadros - 1951/1952.

BIBLIOGRAFIA

1. Benevides, Maria Vitória - A UDN e o Udenismo, RJ, Paz e Terra, 1981.
2. Idem - O Governo Jânio Quadros, São Paulo, Brasiliense, 1981.
3. Idem - O PTB e o Trabalhismo - Partido e Sindicato em São Paulo(1945/1964), SP, Brasiliense, 1986.
4. Carvalho, Orlando m. - "Os Partidos Nacionais e as Eleições Parlamentares de 1958" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, n° 8, Belo Horizonte, 1960.
5. Chalhoub, Sidney - Visões de Liberdade, SP, Cia das Letras, 1990.
6. Chauí, Marilena - Seminários: O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira, São Paulo, Brasiliense, 1982.
7. Chaves Neto, Elias - Minha Vida e as Lutas do Meu Tempo, São Paulo, Alfa Ômega, 1978.
8. Dagnino, Evelina - State and Ideology - Nationalism in Brazil, 30/45, Tese de Doutorado, Stanford, 1985.
9. Damante, Hélio - "O Movimento de 22 de março em São Paulo" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, n° 18, Belo Horizonte, 1965.

10. D'Araújo, Maria Celina Soares - O Segundo Governo Getúlio Vargas, 50/54, RJ, Zahar, 1982.
11. Decca, Edgar S. de - O Silêncio dos Vencidos, SP, Brasiliense, 1981.
12. Dias, Eduardo - Um Imigrante e a Revolução- Memórias de um Militante Operário, 34/51, SP, Brasiliense, 1983.
13. Ferreira, Oliveiros S. - "Comportamento Eleitoral em São Paulo" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, n° 8, 1960.
14. French, John D. - Industrial Workers and the Origins of Populist Politics in the ABC Region of Greater SP, Brazil, 1900/1950. Dissertação apresentada à Yale University, 2 v.
15. Idem - Workers and the Rise of Adhemarista Populism in São Paulo, 45/47 in Hispanic American Historical Review, 68: 1, 1988.
16. Furtado, Celso - Formação Econômica do Brasil, Cia Editora Nacional, 19a edição, 1984.
17. Ginzburg, Carlo - Morelli, Freud and Sherlock Homes. Clues and Scientific Method in History Workshop, n° 9, 1980.
18. Lamounier, Bolívar e Cardoso, F. H (eds) Os Partidos e as Eleições no Brasil RJ, Paz e Terra, 1975.

18. Langenbuch, Juegen R. - A Estruturação da Grande São Paulo, Rio, IBGE, 1971

19 Maranhão, Ricardo - Sindicatos e Democratização, SP, Brasiliense, 1979.

20. Micelli, Sérgio - "Carne e Osso da Elite Política Brasileira no Pós-30" in Boris Fausto, org, História Geral da Civilização Brasileira, v. 10, SP, Difel, 1981.

21. Moisés, José Álvaro - Greve de Massas e Crise Política - Estudo Sobre a Grve dos 300 mil em SP - 1953/54, Livraria e Editora Polis, 1978.

22. Idem- Classes Populares e Protesto Urbano, Tese de Doutorado, USP, 1978.

23. Munhoz, Fábio A. - Sindicalismo e Democracia Populista, a Greve de 1957 - Cadernos Cedec n° 2, São Paulo, 1978.

24. Paoli, Maria Célia - Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros: Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira in Comunicação, n° 7, Museu Nacional do Rio de Janeiro, 1982.

25. Perrot, Michelle - Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Estrangeiros, RJ, Paz e Terra, 1988.

26. Idem - Workers on Strike - France, 1871/1890 - London and New Haven, 1967.

27. Petersen, Phyllis J - Brazilian Political Parties: Formation, Organization and Leadership, Phd Thesis, Michigan, 1962.

28. Rancière, Jacques - A Noite dos Proletários - Arquivos do Sonho Operário, SP, Cia das Letras.

29. Ribeiro, Clóvis Leite - "A Classe Média e as Eleições de 19 de Janeiro" in Digesto Econômico, 3: 29, 1947.

30. Romano, Roberto - Brasil, A Igreja contra o Estado, SP, Kairós, 1979.

31. Sampaio, Regina - Ademar de Barros e o PSP - São Paulo, Global, 1982.

32. Schwartzman, Simon (org) - O Pensamento Nacionalista e os Cadernos do Nosso Tempo - Brasília, Câmara dos Deputados, Editora da UNB, 1981.

33. Skidmore, Thomas - Brasil de Getúlio a Castelo, 30/64. RJ, Paz e terra, 6a edição, 1979.

34. Souza, Maria de Carmo Campelo de e Lamounier, Bolivar - "Jânio, Três Momentos na Vida de um Político", Isto É, n 4, 1976.

35. Stone, Lawrence - "The Revival of Narrative" in Past and Present, n 85, 1979.
36. Thompson, E. P - Eighteenth Century English Society, Class Struggle without Class? in Social History, 3 (2), 1978
37. Idem - La Economía Moral de la Multitud en La Inglaterra del Siglo XVIII in Tradición, Revuelta e Consciencia de Clase, Barcelona, Grijalbo, 1975
38. Idem- Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros, Zahar, 1981.
39. Veyne, Paul M. - Como se Escreve a História e Foucault Revoluciona a História, UNB, 1982.
40. Vianna, Luiz Werneck - "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências" in Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, RJ, n 3, 1978.
41. Weffort, Francisco - "Democracia e Movimento Operário: Algumas Questões para a História do Período de 45 a 64" in Revista de Cultura Contemporânea, ano 1, n 1 2, SP, Cedec e Revista de Cultura e Política, ano 1, n 1, SP, Cedec.
42. Idem- O Populismo na Política Brasileira, RJ, Paz e Terra, 1978.

43. Idem- Sindicatos e Política- Tese de Livre Docência, USP,

78/1979.